

**Relatório e contas consolidadas
Dezembro 2002**

SONAE.COM, S.G.P.S., S.A.

Relatório e contas consolidadas

Dezembro 2002

I. Relatório de gestão	3
1. Carta de Paulo Azevedo, Presidente da Comissão Executiva	4
2. Estrutura do grupo e accionistas	8
3. Relatório de gestão	8
3.1. Revisão dos negócios	8
3.1.1. Móvel	8
3.1.2. Fixo	12
3.1.3. Media e Internet	14
3.1.4. Software e sistemas de integração	17
3.2. Recursos humanos	19
3.3. Regulação	20
3.4. Gestão ambiental	22
3.5. Gestão de Risco	23
3.6. Envolvente macroeconómica	24
3.7. Análise económica e financeira	24
3.8. Governo das sociedades	31
3.8.1. Quadros directivos	31
3.8.2. Informação e comunicação	39
3.8.3. Exercício de direito de voto e representação de accionistas	39
3.8.4. Regras societárias	40
3.8.5. Conselho de Administração	40
3.9. A SonaeCom e o mercado de capitais	42
3.9.1. Performance bolsista	42
3.9.2. Departamento de relações com investidores	43
3.10. Perspectivas futuras	43
3.11. Agradecimentos	44
II. Demonstrações financeiras consolidadas	45
Anexo aos balanços e às demonstrações dos resultados	53

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Carta de Paulo Azevedo, Presidente da Comissão Executiva

Caros accionistas,

No decorrer do processo de planeamento para 2002, numa altura em que a maioria dos nossos projectos se encontrava nos primeiros três anos de vida e em que estávamos a investir numa infra-estrutura nacional de telecomunicações, fomos confrontados com a necessidade de reduzir substancialmente o consumo de fundos. Por outro lado, os mercados accionistas passaram a dar prioridade à geração de *Free Cash Flow* (fluxos de tesouraria) em vez de às perspectivas de crescimento. A acrescentar a tudo isto, os mercados de dívida encontravam-se excessivamente expostos ao sector das telecomunicações, eles próprios a enfrentar sérias dificuldades sectoriais. Para nós tornou-se claro: a melhoria do FCF por si só seria insuficiente face ao risco de prejudicar o actual crescimento dos negócios e acima de tudo, as opções de crescimento para o futuro.

Os resultados que alcançámos em 2002 superaram os nossos melhores cenários. O FCF¹ (Fluxo Líquido de Tesouraria) cresceu de 268 milhões de euros negativos, para 56 milhões de euros negativos, tendo demonstrado uma melhoria constante ao longo do ano e atingindo valores positivos no último trimestre. Estes resultados apenas foram possíveis à luz da melhoria significativa da rentabilidade dos negócios, que se traduziu num aumento do “Cash EBITDA”, dos 7 milhões de euros negativos em 2001 para os 114 milhões de euros positivos em 2002. Por outro lado, o menor nível de investimento realizado em 2002 contribuiu igualmente para a capacidade de libertação de fundos. Esta redução de investimento já prevista (dada a conclusão da infra-estrutura nacional de telecomunicações de alta capacidade e dos anéis urbanos) não nos impossibilitou de, novamente, garantir a nossa liderança em termos da qualidade da rede de comunicações móvel.

Ao nível dos diversos negócios da SonaeCom, as melhorias de rentabilidade registadas foram alcançadas graças a ganhos de eficiência, à racionalização do portfólio de negócios e a uma aposta clara no crescimento - menos visível ao nível da Optimus, dada a sua dimensão relativa mas, essencialmente, devido à redução nas tarifas de interligação.

¹ Após serviço da dívida.

Aproveitando o nosso posicionamento enquanto operador global de telecomunicações, obtivemos importantes ganhos de eficiência - integrámos mais funções e departamentos para além dos processos de back-office, cuja integração tinha começado em 2001. De sublinhar que, em 2002, foi feita ainda a reorganização e integração dos negócios de software e sistemas de informação, a transferência total de tráfego de alta capacidade para a nossa infra-estrutura de telecomunicações e ainda a transferência de uma parte importante do tráfego directo para a nossa rede de acesso local. Ao nível da reestruturação de portfólio, para além do abandono de alguns projectos de Internet com retorno a longo prazo, avançámos para o encerramento de alguns “vortais”. Ainda no âmbito deste processo de reestruturação, para além de termos encerrado a nossa unidade de “Ventures” (responsável pela áreas de capital de risco e de parcerias), constituímos provisões de cerca de 15 milhões de euros para fazer face a perdas em investimentos financeiros e desvalorização de activos. Um dos aspectos positivos da reorganização do nosso portfólio foi a integração numa única unidade de gestão, “Software and Systems Integration”, de empresas com níveis de crescimento e rentabilidade elevados, e dedicadas às áreas de sistemas e tecnologias de informação.

Mas a melhoria de rentabilidade não foi a nossa única preocupação em 2002. Estivemos particularmente activos no mercado de dados móveis e no acesso fixo via rádio, lançando produtos e serviços que marcaram o mercado. Simultaneamente, reposicionámos a nossa abordagem face aos mercados tradicionais de voz móvel e fixo.

O ano que agora termina ficou ainda marcado pelas constantes dúvidas quer em relação à viabilidade económica, quer em relação à legalidade do lançamento de uma quarta operação exclusivamente GSM/GPRS. O mercado viu clarificadas as suas dúvidas quando, em final de 2002, a quarta licença UMTS foi devolvida ao regulador. A solução encontrada acabou por ir de encontro à solução defendida por nós há mais de um ano, a qual tornámos pública aquando de uma proposta dirigida à OniWay em Julho de 2002. Face às crescentes adversidades que o sector tem vindo a sentir desde o momento em que as licenças UMTS foram inicialmente atribuídas e atendendo aos compromissos assumidos na altura, a solução encontrada corresponde à menos lesiva para todos os envolvidos. Quase em paralelo com este processo, o regulador decidiu por um segundo adiamento de 12 meses nas obrigações da licença UMTS. Estamos plenamente de acordo com esta decisão e consideramos que persistem ainda muitas dúvidas quanto à disponibilização tecnológica de UMTS e quanto à apetência dos consumidores para esta nova tecnologia. Por outro lado, é notório que a tecnologia GPRS tem sido objecto de investimentos por parte dos operadores e que tem recebido quer destes, quer dos fabricantes de equipamento e infra-estruturas o apoio necessário para se assumir como uma plataforma de ensaio muito útil para testar as sensibilidades e apetências dos consumidores para novos serviços e aplicações. Em nossa opinião, não seria do interesse público obrigar a um lançamento antecipado de UMTS num momento tão crítico no desenvolvimento da indústria. Espera-se que o regulador demonstre flexibilidade no tratamento desta matéria.

Ao nível regulatório, o ano foi marcado por um vácuo, motivado principalmente pela mudança de poder político e pela mudança do corpo administrativo da entidade reguladora. A ANACOM apenas começou a deliberar sobre matérias fundamentais para o desenvolvimento do sector decorridos nove meses e as poucas decisões que foram tomadas durante este período contribuíram negativamente para o desenvolvimento do sector. Continuam por resolver matérias de elevada importância e Portugal afasta-se cada vez mais do resto da Europa. De entre estas matérias fundamentais para o sector, destacam-se o facto do operador incumbente deter o controlo de ambas as redes fixas de acesso local (cobre e cabo) e a necessidade de implementar medidas eficazes para obrigar o cumprimento das medidas regulatórias e para combater comportamentos de mercado abusivos.

A implementação de um enquadramento regulatório equitativo e eficaz e medidas de combate a abusos de mercado, torna-se um pré-requisito para muitos dos investimentos e projectos de inovação da SonaeCom. Sabemos que o Governo tem como prioritária a resolução destes problemas, tendo reforçado a sua preocupação no programa apresentado pelo Ministério da Economia. Representantes quer do Governo, quer do regulador, por várias ocasiões referiram-se publicamente à urgência destas matérias e prometeram tomar medidas para as resolver.

Em 2002, as acções da SonaeCom tiveram uma performance bolsista inferior à do PSI-20 em 23% e à do Dow Jones Eurostoxx Telco em 13%. Os principais temas que afectaram a nossa cotação bolsista em 2002 foram a realização de um aumento de capital e os persistentes rumores em torno de um eventual processo de consolidação. Assumimos hoje que não fomos bem sucedidos na comunicação ao mercado de ambos os temas. O aumento de capital foi colocado com um desconto de 25% face aos preços de mercado da altura e em paralelo com a melhoria de rentabilidade das operações, permitiu um incremento significativo na situação financeira da SonaeCom (dívida líquida / Cash EBITDA aumentou de valores negativos para 3,3). Isto por si deveria ter sido suficiente para minorar a percepção de risco. Em termos da consolidação no sector, por várias vezes a SonaeCom tornou públicas as suas opiniões sobre a consolidação do sector de telecomunicações fixas e participou activamente nas conversações que posteriormente levaram à redução do número de licenças UMTS. Em nossa opinião, não é de todo provável a ocorrência de outras consolidações ao nível do sector móvel em Portugal, num futuro próximo.

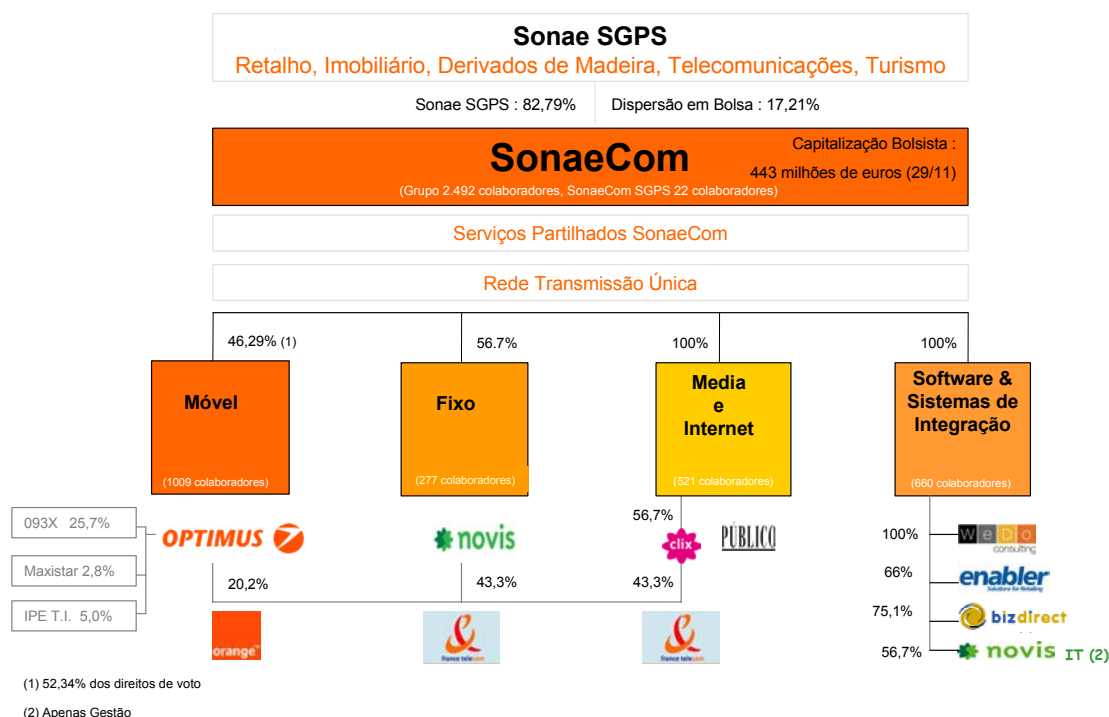
É nosso objectivo melhorar significativamente algumas falhas de comunicação com o mercado e ainda alguns aspectos que nos são apontados como penalizadores. Ainda conscientes das vantagens ao nível da comunicação financeira de adoptar critérios contabilísticos reconhecidos internacionalmente, estamos neste momento a analisar a possibilidade de passar a reportar de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS) ainda em 2003.

As adversidades que enfrentámos em 2002 e as metas de gestão ambiciosas que fixámos tornaram a nossa equipa ainda mais forte e confiante. Foi necessário implementar um plano de redução de pessoal tendo chegado ao final do ano com 2.492 colaboradores, menos 7% do que no final de 2001. Não obstante, todos os elementos da equipa superaram os desafios estabelecidos tendo-se tornado uma equipa mais coesa e capaz de trabalhar de forma integrada em todas as unidades de negócio. Agradeço pessoalmente o seu espírito, talento e capacidade para colocar os interesses da SonaeCom acima dos seus objectivos pessoais.

Gostaria ainda de deixar uma palavra de apreço a todos os nossos parceiros de negócio, aos nossos auditores, a todos os membros dos nossos órgãos sociais e em particular aos meus colegas da Comissão Executiva e aos Administradores, cuja experiência e desafio sábio têm sido de grande valor para a companhia e para o meu desenvolvimento pessoal.

Paulo Azevedo

2. Estrutura do grupo e accionistas



3. Relatório de gestão

3.1. Revisão dos negócios

3.1.1 Móvel

Na sua maior parte, 2002 foi marcado pela incerteza relativamente a dois factores críticos : um eventual adiamento das obrigações da licença UMTS e, talvez o mais importante, o lançamento de um quarto operador móvel GSM na forma de MVNO (Operador Móvel Virtual). Face ao elevado nível de penetração do mercado móvel em Portugal (já de cerca de 90% no final do terceiro trimestre de 2002), e o atraso contínuo na disponibilização da nova tecnologia UMTS, o risco imediato da entrada de um quarto operador nestas circunstâncias seria a destruição gratuita de valor para a indústria como um todo, traduzindo-se em pouco valor acrescentado para o consumidor final. Felizmente para o futuro do sector móvel em Portugal, o quarto operador optou por cancelar as suas operações no final de 2002 e devolveu a sua licença UMTS e respectivo espectro ao Regulador.

A outra incerteza referia-se à probabilidade de um novo adiamento das obrigações inerentes à licença UMTS. Em Dezembro, a ANACOM finalmente deliberou que as mesmas seriam adiadas por mais doze meses até Dezembro de 2003. Porém, mesmo incorporando este atraso, continua a ser pouco provável que o lançamento seja viável dentro do novo enquadramento temporal uma vez que persistem muitas dificuldades em torno da nova tecnologia UMTS, tais como a interoperabilidade entre redes UMTS e GSM, entre equipamentos e infraestrutura de fabricantes diferentes e ainda porque não se adivinha o desenvolvimento a curto prazo de aplicações e serviços relevantes para o consumidor que necessitem de uma rede de terceira geração. A maioria das aplicações e serviços que hoje existem facilmente são geridas pelas actuais redes GSM/GPRS pelo que não existe grande incentivo, num futuro imediato, para os operadores realizarem avultados investimentos na nova tecnologia.

O ano 2002 foi também marcado por uma continuada redução nas tarifas de interligação, nas chamadas móvel-móvel e fixo-móvel. No segundo trimestre de 2002, o regulador determinou que as tarifas entre operadores móveis deveriam situar-se em 24,9 cêntimos / minuto para o primeiro semestre de 2002. A Optimus havia registado estas chamadas a 18,7 cêntimos por minuto. A alteração das tarifas implicou um ajustamento das receitas da Optimus no segundo trimestre do ano. Para os períodos seguintes, o regulador definiu uma tarifa de interligação de 18,7 cêntimos por minuto.

Em 2002, o regulador determinou uma redução progressiva na tarifa máxima que os operadores móveis podem cobrar por cada 100 segundos de chamadas originadas na rede fixa. Foram definidas reduções trimestrais, com início em 31 de Março de 2002 e término em 31 de Dezembro de 2002. A primeira redução foi de 23,7 cêntimos para 21,7 cêntimos e as reduções restantes foram de 1 cêntimo cada, conduzindo a uma taxa de interligação, em 31 de Dezembro de 2002, de 18,7 cêntimos.

Optimus

A Optimus registou uma performance operacional bastante sólida em 2002. O principal enfoque da equipa de gestão foi melhorar a rentabilidade e eficiência operacional da organização, tendo alcançado em 2002 uma melhoria de rentabilidade medida pelo indicador “EBITDA Ajustado” de 83% face ao ano anterior para 143 milhões de euros. A margem de rentabilidade operacional medida como percentagem do volume de negócios, foi de 23,4% em 2002 o que compara com 12,7% em 2001.

A Optimus também registou fortes progressos em termos de geração de FCF (fluxo líquido de tesouraria) ao longo de 2002 tendo alcançado valores positivos em 25 milhões de euros no quarto trimestre do ano o que compara com valores negativos em 35,8 milhões de euros no primeiro trimestre. O FCF gerado nos últimos trimestres do ano e os fundos obtidos por via do aumento de capital de 100 milhões de euros (30 milhões realizados em Março e 70 milhões em Setembro), permitiram à Optimus reduzir a sua dívida bruta em 70 milhões de euros face ao final de 2001 para 453 milhões. A Optimus terminou 2002 com um rácio de dívida para capital próprio de 50:50 e um rácio de dívida líquida para Cash EBITDA de 3,1.

Em termos dos principais indicadores operacionais, o número de subscritores cresceu em 204 mil para 2,1 milhões representando um crescimento de 10% em comparação com o ano anterior. As receitas de serviço cresceram menos do que a base de clientes, 3,5%, principalmente devido às alterações previamente referidas nas tarifas de interligação. As receitas de clientes aumentaram em 9,6% em 2002 enquanto que receitas de operadores registaram uma queda de 7,3%. Estes últimos representaram 35% das receitas totais de serviço em 2002 o que compara com 38% em 2001.

A receita média por utilizador (ARPU) em 2002 registou uma quebra de 15% para 24,1 euros comparado com 2001. Esta redução é explicada essencialmente por três factores: (i) o corte nas tarifas de interligação (ii) uma alteração no mix geral de tráfego (iii) uma redução nas receitas de clientes provenientes de serviços de roaming.

O desenvolvimento de serviços e aplicações de dados é fulcral para a estratégia da Optimus, sendo que as receitas actualmente geradas por esta fonte representaram 9,7% das receitas de clientes em 2002. As receitas totais de dados ascenderam a 43 milhões de euros em 2002, mais 8% do que em 2001.

A Optimus lançou toda uma nova gama de serviços de dados em 2002 e desenvolveu uma série de campanhas para a televisão e media com o objectivo de aumentar a notoriedade deste tipo de serviços junto dos consumidores. Mais de 40% da base de clientes da Optimus utiliza serviços de dados. O crescimento dos serviços de dados fez-se principalmente através de mensagens entre pessoas e a Optimus acredita que ainda existe muito potencial de crescimento neste tipo de serviços. A unidade de Corporate da Optimus lançou serviços de comunicação massiva através de SMSs, designadamente o SMS PRO, através do qual as empresas podem comunicar com os seus parceiros de negócio de forma rápida e simples e com total flexibilidade e controlo de custos. Os serviços de mensagens foram ainda estimulados com o lançamento de MMS (Mensagens Multimedia) em Junho, que graças a um grande esforço de comunicação de todos os operadores, atingiu níveis de notoriedade muito elevados.

O grande crescimento dos serviços de dados em 2002 deu-se sobretudo ao nível dos serviços de valor acrescentado (serviços informativos, desporto, lazer e entretenimento) com um crescimento de receitas na ordem dos 100%, tendo passado de 2,4 milhões de euros para 5,7 milhões de euros. A área de serviços de entretenimento é aquela que desperta mais entusiasmo pelo que se alargou a oferta dos já tradicionais ícones e toques, introduzindo novos postais e mensagens de imagem, jogos e concursos. Foram estabelecidas associações com parceiros como as televisões e outros fornecedores de conteúdos que vendem de forma autónoma os seus serviços aos clientes da Optimus e dos demais operadores. Estes novos serviços de valor acrescentado estão-se a revelar uma fonte de receitas importante para a Optimus.

Ao longo do ano verificou-se um bom nível de adesões dos clientes Corporate a serviços GPRS, dado que esta tecnologia permite o acesso remoto seguro às suas redes locais. Já mais de uma centena de grandes clientes empresariais utilizam activamente o GPRS.

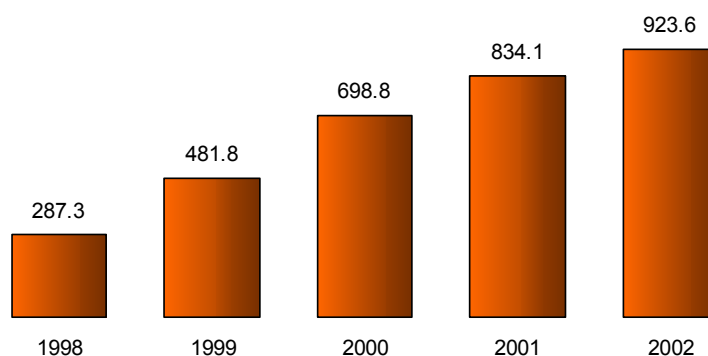
Em termos de lançamentos de ofertas para o segmento residencial, tipicamente orientados para produtos de voz, a Optimus lançou dois inovadores planos tarifários, Boomerang Total e Mega Total, ambos desenhados para ultrapassar o chamado “efeito de rede”. O Boomerang Total permite falar para todas as redes ao preço de uma chamada entre Optimus, 24,8 cêntimos. Lançado em Novembro, o Mega Total tem uma tarifa única de 20 cêntimos para todas as redes a todas as horas.

A Optimus acredita que o regulador deverá agir para reduzir as tarifas de interligação móvel dado que criam uma barreira artificial contra a livre concorrência e que beneficia em particular os operadores com uma rede maior – o chamado efeito rede. Dado que a Optimus é pagadora líquida de tarifas de interligação móvel, está claramente em desvantagem face aos demais operadores.

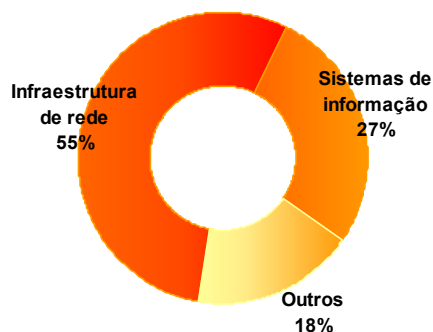
A Optimus continuou a consolidar a sua presença física em todo o país com a abertura de 7 novas lojas e com a remodelação da sua rede actual de lojas.

A preocupação constante da Optimus com a qualidade e capacidade da sua rede de telecomunicações determinou de novo a política de investimentos da companhia ao longo de 2002. Investiu 89,4 milhões de euros em 2002, sendo que o investimento acumulado desde o seu lançamento situa-se em 924 milhões de euros.

Investimento Acumulado



Composição do CAPEX



De novo a qualidade superior da rede de telecomunicações da Optimus foi reconhecida publicamente pela autoridade reguladora. No seu relatório 2002 sobre a qualidade das redes dos operadores móveis, a ANACOM anunciou que a Optimus era aquele que revelava a melhor qualidade de rede em Portugal Continental.

3.1.2 Fixo

O ano de 2002 foi mais um ano de regulação incipiente no que se refere aos mercados de telecomunicações fixas e Internet, e consequentemente, o operador incumbente continuou a fortalecer a sua posição dominante.

As decisões referentes às habituais revisões anuais, como por exemplo, o preçário da interligação e dos circuitos, foram tomadas apenas no final de 2002 e não foram feitos avanços significativos em assuntos chave, tais como a desagregação do lacete local e a regulação da competitividade. O resultado de algumas decisões que foram tomadas em 2002, revelou-se até prejudicial para o mercado, estabelecendo condições ainda mais difíceis para os operadores alternativos.

A lentidão demonstrada pela intervenção do regulador pode ser explicada por diversas razões, tais como, a mudança de governo no início do ano, a mudança de administração do regulador e a disputa complexa referente ao início de operações do quarto operador licenciado para UMTS, como operador móvel virtual sobre GSM.

Em apelação global, durante o ano de 2002, as condições deterioraram-se para os operadores alternativos e isso é reflectido no mercado em que, actualmente, apenas a Novis e a ONI permanecem como concorrentes à Portugal Telecom.

Novis

De maneira a ultrapassar as dificuldades acima mencionadas, a Novis optou por focar a sua actividade nos segmentos de mercado em que acredita que pode atingir níveis razoáveis de rentabilidade, nomeadamente o dos pequenos escritórios de profissionais liberais e o das PME's. Toda a organização foi reestruturada para uma dimensão que está mais adequada à nova realidade económica e ao actual potencial do mercado de telecomunicações fixas.

Os resultados desta reestruturação estão à vista. A Novis terminou o ano de 2002 com perdas operacionais de 17 milhões de euros, enquanto que em 2001 aquelas atingiram o valor de 46 milhões de euros. A evolução positiva nos resultados operacionais trimestrais durante 2002 foi substancial, visto que no primeiro trimestre as perdas operacionais foram de 7,7 milhões de euros e no último trimestre reduziram-se a 900 mil euros.

O balanço da Novis também se fortaleceu em 2002 devido à conversão de suprimentos em prestações acessórias no montante de 83,4 milhões de euros. Assim, a Novis tem actualmente um "debt to equity ratio" de 30:70.

Numa perspectiva de gestão, a Novis está dividida em duas unidades diferentes, Novis Telco e Novis IT. Esta última foi incorporada, no segundo semestre de 2002, e apenas numa perspectiva de gestão, na unidade de Software e Sistemas de Integração da SonaeCom (S&SI) dada a sua semelhança com as outras empresas do Grupo nesta unidade.

Em 2002, 28% das receitas foram geradas pela Novis IT e o restante pela Novis Telco.

Não obstante a boa performance atingida em termos de resultados operacionais, só será possível atingir melhorias significativas no futuro caso o panorama de regulação seja alterado, no sentido de eliminar o desequilíbrio competitivo gritante em que os operadores alternativos actuam. Esta questão é tratada em maior detalhe no capítulo da regulação.

As receitas de voz, directas e indirectas, na Novis Telco representaram 44% das receitas geradas em 2002. A voz indirecta continua a ser um importante contribuinte para o total das receitas – 83% das receitas de voz. Os volumes de tráfego gerados pela voz indirecta ajudam a diluir os custos fixos da empresa, embora a sua margem seja relativamente baixa.

As áreas de Internet e dados têm vindo a crescer sustentadamente mas, no âmbito geral, ainda constituem uma fonte relativamente pequena de receitas. Durante 2002 foram efectuados esforços significativos para desenvolver novos produtos nestas áreas com vista a satisfazer necessidades das PME's e dos pequenos escritórios. Em 2002, as receitas de internet e dados representaram cerca de 16,5% do volume de vendas da Novis Telco, aproximadamente de 80 milhões de euros.

Uma área de negócio que tem vindo a progredir bem é a oferta grossista dos serviços de voz e Internet. As suas receitas em 2002 atingiram o montante de 22 milhões de euros. Através desta área de negócio a Novis revende essencialmente a sua capacidade de prestar serviços de telecomunicações a outros operadores e consequentemente aumenta o retorno do seu investimento na rede de telecomunicações. A Optimus é, naturalmente, um cliente importante da Novis e quase todos os restantes operadores nacionais, fixos e móveis, juntamente com alguns dos maiores operadores internacionais estão a utilizar a Novis como o seu fornecedor nacional e internacional de voz, circuitos e Internet. É nossa expectativa que esta actividade se desenvolva ainda mais durante 2003.

Clientes

Durante 2002, a base de clientes de acesso directo aumentou 92% para 1.187, relativamente a 2001. O número de acessos instalados no final do ano foi de 2.054, dos quais 70% foram instalados na rede da Novis – 80% utilizando o acesso fixo via rádio e o restante através de ligações directas com fibra.

A Novis reforçou a sua liderança entre os operadores alternativos para o seu segmento estratégico – o segmento das PME - tendo atingido 8,3% da quota de mercado (comparando com 5,2% do segundo operador alternativo). Relativamente ao segmento empresarial é dada prioridade aos serviços de acesso directo – Voz, dados e Internet – fornecidos essencialmente pelo acesso fixo via rádio e por circuitos alugados em locais em que não se justifica a instalação de uma estação base. A oferta de serviços indirectos focou quase exclusivamente em produtos pré-seleccionados com descontos progressivos, proporcionais aos níveis dos consumos. Para o segmento empresarial, o serviço indirecto é visto como um primeiro passo para se desenvolverem relações com os clientes e posteriormente serem efectuadas migrações para outros produtos de maior valor acrescentado, como o serviço directo. Os serviços a clientes residenciais são maioritariamente limitados a produtos de voz dada a falta de condições para o fornecimento viável de serviços de acesso directo baseados na desagregação do lacete local.

Durante 2002, a Novis reduziu o seu portfólio de clientes activos numa base de 30 dias, de 124 mil no final de 2001, para 112 mil no final de 2002. Isto deveu-se a diversos factores: (i) à implementação, no primeiro trimestre de 2002, de uma política de “dunning” bastante mais rigorosa e consequente desactivação de clientes de cobrança duvidosa (ii) ao facto de a Novis ter tornado a pré-selecção obrigatória para todos os novos clientes com produtos de voz, dado que as vendas chamada-a-chamada originam um ARPU muito baixo (iii) à actual política extremamente agressiva do incumbente de reconquistar clientes. Em 2003, a Novis espera uma recuperação do crescimento da sua base de clientes através da renovação da sua força de vendas porta a porta.

Rede

Em 2002, a Novis terminou os principais investimentos em rede. Completou a sua rede de fibra de longa distância, inaugurando o anel Sul, de Lisboa ao Algarve, o anel Norte, do Porto a Viana do Castelo e, o anel Interior, abrangendo as maiores cidades no interior do país, e acrescentando capacidade adicional na ligação directa Lisboa-Porto.

Relativamente à construção das suas redes de acesso local (MANs), a Novis continuou a construir pequenos anéis nas cidades principais, sendo o seu principal objectivo a optimização da infra-estrutura de transmissão do Grupo SonaeCom, enquanto aumenta a capacidade das redes originalmente de microondas. No final do ano, a Novis tinha já 190 km de cabos de fibra instalados nas suas redes de acesso locais.

Finalmente, a Novis manteve-se a par da evolução dos processos tecnológicos relativos à desagregação do lacete local, experimentando várias tecnologias DSL. No âmbito da regulação desta matéria, são esperados desenvolvimentos positivos e, como tal, a Novis pretende estar preparada para explorar as oportunidades que possam eventualmente surgir, se e quando o lacete local for desagregado. Até lá, a actividade será mantida em níveis mínimos.

Tráfego

A Novis é responsável pela gestão da quase totalidade do tráfego das telecomunicações fixas e da Internet do Grupo SonaeCom. A gestão integrada do Grupo permitiu a redução de custos nesta área. Durante o ano a Optimus migrou todos os circuitos de alta capacidade interligando os MSCs e um número significativo de MSC para BSC, para a rede de transmissão da Novis. Adicionalmente, nas áreas urbanas em que a rede da Novis está disponível, umas pequenas centenas de BTSs foram também interligadas através da rede da Novis.

Durante o ano, o volume de tráfego na rede da Novis ascendeu a 2.491 milhões de minutos, o que representou um aumento de 14% comparativamente com 2001.

3.1.3 Media e Internet

O mercado de Internet em Portugal tem evoluído de forma favorável embora com um crescimento mais lento do que em anos anteriores. Tal fica a dever-se principalmente ao peso elevado das classes sociais mais baixas na estrutura da população e que se traduz em menos poder de compra.

Durante 2002, ainda foi notório um crescimento no acesso residencial à internet de banda estreita mas o principal contributo veio sem dúvida com o aparecimento da banda larga. De acordo com os dados divulgados pela ANACOM, no final de Setembro de 2002 (últimos dados disponíveis), registaram-se 189 mil acessos de banda larga em Portugal, dos quais 18 mil eram ADSL e os restantes ligações de cabo.

O incumbente reviu a sua oferta grossista em 2002 e, apesar das suas carências, os operadores alternativos puderam oferecer uma solução de banda larga aos seus clientes mesmo em condições economicamente inviáveis. A promoção de ofertas de ADSL pela maioria dos principais operadores de Internet, foi essencial para o arranque desta nova tecnologia e para angariar novos clientes.

Clix

O Clix continua a liderar o acesso à internet no mercado residencial em Portugal. Os últimos dados disponíveis indicam que a quota de mercado de acesso declarado a partir de casa situou-se nos 21,6%, com o Sapo (o ISP residencial do incumbente) posicionando-se em segundo lugar com uma quota de mercado de 14,2%.

Quota de Mercado de Acesso Declarado a partir de Casa

Clix	21,6%
Sapo	14,2%
Netcabo	13,8%
IOL	9,4%
Telepac/Netpac	8,9%
Oninet	6,7%
Vizzavi (Netc)/Yorn	6,1%
Cabovisão	2,5%

Fonte: Marktest-Bareme Internet Set-Nov 2002

Base: Habitações em Portugal Continental nas quais pelo menos uma pessoa utiliza a Internet em casa.

Com a rápida migração em 2002 da banda estreita para ofertas de banda larga por alguns dos utilizadores mais intensivos de internet, a quota de mercado do Clix sofreu um declínio de 3,9%. Os operadores de Cabo estavam em posição de promover ofertas mais agressivas de banda larga e como tal beneficiar o mais cedo possível desta deslocação no mercado.

Em Setembro, o Clix lançou a sua própria oferta de banda larga ADSL, o Clix Turbo, permitindo aos subscritores um acesso ilimitado à Internet por uma taxa mensal fixa. A oferta do Clix é a mais inovadora no mercado sendo que também permite comunicação de voz livre com outros utilizadores do Clix, e chamadas fixas e móveis a um preço baixo, utilizando a voz sobre a tecnologia IP.

O Clix acabou o ano com 226 mil subscritores activos (últimos 30 dias) e gerou um tráfego de 1,8 biliões de minutos no ano. Este tráfego é referente aos utilizadores de banda estreita uma vez que os subscritores de ADSL já não são medidos em minutos de utilização, dado que as ligações estão sempre activas.

A actividade do portal Clix continua a ser uma referência entre a comunidade Portuguesa *online* com um enfoque claro na qualidade de serviços e conteúdos. Mais de 48 canais e serviços foram lançados em 2002. A par do lançamento da oferta de banda larga ADSL, o Clix lançou um novo portal de banda larga, agregando conteúdos multimédia inovadores.

As receitas do portal continuaram relativamente baixas, nos 965 mil euros em 2002. Este valor deve-se à contínua recessão do mercado de publicidade em geral, e ao entusiasmo reduzido em torno das plataformas de publicidade *online*.

O volume de negócios do Clix foi de 35,7 milhões de euros em 2002, o que representou um aumento de 103% comparado com 2001. As perdas operacionais, EBITDA ajustado, reduziram-se em metade, passando dos 11 milhões de euros em 2001 para 5 milhões de euros em 2002, reflexo do enfoque da gestão na melhoria de rentabilidade.

O Clix irá sentir alguma dificuldade na continuada melhoria de rentabilidade operacional, com o actual contexto de regulação, devido às carências significativas da oferta grossista de ADSL do operador incumbente. O negócio de banda estreita já tem um nível de rentabilidade operacional positivo, medido pelo indicador EBITDA ajustado, porém os preços abusivos praticados pelo incumbente traduzem-se em esmagamento das margens da oferta de banda larga do ClixTurbo pelo que este último demorará seguramente mais tempo até atingir resultados positivos.

Público

A recessão no mercado da publicidade continuou a ser um assunto de maior importância para todos os meios de imprensa ao longo 2002. Contudo, o Público lançou uma quantidade de produtos associados durante 2002 com o objectivo de compensar o decréscimo nas receitas de publicidade.

A colecção Mil Folhas situa-se na linha da frente destas iniciativas como um sucesso absoluto. Com esta colecção, o Público distribuiu um livro por semana juntamente com o jornal a um preço substancialmente inferior ao seu preço de capa. Uma das principais razões para o sucesso da colecção foi a qualidade dos títulos e autores seleccionados, tanto que, uma segunda colecção foi já lançada no início de 2003. No final do ano, o Público lançou uma colecção de DVD's sob as mesmas linhas e os resultados até ao momento são muito positivos.

A circulação paga média no Público cresceu em 2002 para 56,3 mil cópias por dia, mais 5% que no ano anterior. Este aumento é particularmente notável face ao contexto de mercado em que a circulação diária média (dos principais jornais diários em Portugal) caiu 1,2% em comparação com 2001.

Circulação Média Paga			
Imprensa Diária	Jan/Set 01	Jan/Set 02	02/01
Diário de Notícias	58.310	52.854	-9,4%
Jornal de Notícias	104.954	104.686	-0,3%
Correio da Manhã	98.859	96.038	-2,9%
Público	53.904	55.645	3,2%
Diário Económico	12.574	9.784	-22,2%
24 Horas	30.809	35.990	16,8%
Total	359.410	354.997	-1,2%

Source : APCT

O Público aumentou a sua quota de audiências em 2002 de 3,9% para 4,9%, situando-se como o terceiro jornal mais lido em Portugal e o primeiro entre os diários com distribuição nacional.

De entre as iniciativas editoriais prosseguidas durante o ano, torna-se necessário referir que o Público relançou, logo no início do ano, o suplemento económico das segundas-feiras e mais tarde em Outubro lançou um novo suplemento regional para o Minho.

O volume de negócios do Público aumentou 19% em 2002 para 41 milhões de euros o que compara com 35 milhões de euros em 2001. Como já foi referido, este crescimento foi conseguido com a geração de fontes de receita alternativas que não dependem exclusivamente das vendas de jornais e receitas de publicidade. De facto, as receitas de publicidade do Público caíram 21% em 2002 para 17 milhões de euros.

Em termos de proveitos operacionais, o Público aumentou o seu EBITDA em 27% para 1,696 milhões de euros, também este um crescimento possível pelas margens alcançadas com a colecção de livros. Os esforços continuaram durante 2002 no sentido da redução de custos com o pessoal e a implementação de processos operacionais com vista ao crescimento sustentado das margens e da produtividade. O número de colaboradores reduziu 7% em 2002, no entanto o impacto total destas medidas de reestruturação só será sentido em 2003.

Outros

Os restantes activos do portfólio *online* da SonaeCom comportaram-se de acordo com as expectativas e assente nos princípios de gestão orientados para a redução máxima de custos. O Grupo está empenhado na diminuição de investimentos nesta área e continuará a procurar oportunidades no sentido de reduzir a sua exposição a este tipo de activos.

3.1.4 Software e Sistemas de Integração

Em 2002 a SonaeCom lançou a “Software e Sistemas de Integração” (S&SI), uma empresa responsável pela gestão integrada de todos os negócios do Grupo de tecnologias de informação (TI) e de sistemas de informação (SI), i.e: Enabler, WeDo, Novis IT and Bizdirect.

A Enabler é uma empresa integradora de sistemas focada no sector do retalho. Originalmente era a divisão de IT do Grupo Sonae Distribuição tendo sido lançada como uma empresa independente em 1997. A Enabler opera em Portugal, no Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha.

A WeDo é uma empresa de integração de sistemas focada especialmente no sector de telecomunicações (software), foi criada a partir do departamento IT da Optimus no final de 2000 e actualmente tem escritórios em Portugal, Espanha e Brasil. Em 2002, a WeDo trabalhou com grandes empresas de telecomunicações, tais como Amena, Telemar, algumas empresas da Orange e naturalmente com a Optimus.

A Novis IT foi criada em 1994 como fornecedora de sistemas e de telecomunicações para o Grupo Sonae, sob a designação Sonae Rede Dados, tendo em 1999, ao mesmo tempo que o processo de liberalização do sector de telecomunicações fixo em Portugal foi lançado, sido integrada na Novis. Apenas de um ponto de vista de gestão, a NovisIT está integrada na divisão S&SI por ter um elevado enquadramento com as outras empresas desta unidade. A passagem para o S&SI foi realizada nos últimos meses de 2002 e está em curso um processo de reestruturação importante, com o objectivo de a tornar uma empresa mais orientada para o mercado. Os efeitos positivos da reestruturação serão apenas visíveis a partir do segundo trimestre de 2003.

Finalmente, a unidade de S&SI possui também uma pequena plataforma B2B denominada BizDirect. Inicialmente lançada em 2000 como portal de negócios orientado para o mercado, e com a subsequente redução do potencial do comércio electrónico, a BizDirect transformou-se numa plataforma interna de transacções essencialmente para os seus accionistas: Sonae, BPI e Aitec.

O conhecimento acumulado pelas equipas de gestão do S&SI, quer através de trabalhos realizados com empresas da Sonae quer já através da experiência adquirida junto de clientes a nível internacional, a maioria destes sendo operadores de relevo nos seus próprios mercados, são factores chave de diferenciação para analisarem e implementarem soluções dentro desses sectores.

Possuindo já um negócio lucrativo em Portugal, a Enabler tem conseguido uma posição internacional de destaque, possuindo em carteira clientes como a Debbenham e NISA Todays (Reino Unido), Gallery Lafayette (França), Hetllage (Alemanha), Despar (Itália), entre outros e no caso da WeDo, Amena (Espanha), Telamar e Oi (Brasil), Mobilix, Orange Dominican, Orange Caribe, Orange Denmark, entre outros.

A estratégia da S&SI, em termos da expansão internacional, é unicamente a do lançamento de operações nos mercados onde as empresas sentem que podem sustentar níveis de rentabilidade atractivos. Como tal, a Enabler criou três subsidiárias internacionais em parceria com os gestores locais: Enabler UK (2000), Enabler Brasil (2001), Enabler Retail and Consult Germany (2002). Por sua vez, a WeDo abriu um escritório no Brasil em 2002 –WeDo Brazil.

Excluindo a Novis IT, a S&SI empregava 501 pessoas no final de 2002. Em termos agregados, o volume de negócios foi de 46,3 milhões de euros e o EBITDA ajustado para o período foi de 6 milhões de euros. As receitas obtidas fora do Grupo Sonae representaram 39% das receitas agregadas e as relativas clientes do Grupo Sonae representaram 61%.

A divisão S&SI da SonaeCom apresenta um elevado potencial de crescimento quer em termos receitas quer em termos de rentabilidade. A Enabler já apresentou lucros em 2002 no montante de 3,8 milhões euros.

3.2 Recursos Humanos

O ano de 2002 constituiu um desafio em termos de gestão de recursos humanos. As condições de mercado adversas e um ambiente de regulação que se tem mostrado pouco eficiente levaram a uma redução inevitável dos efectivos de uma forma geral ao nível do sector. O esforço da equipa de gestão direccionado para uma melhoria da rentabilidade teve como consequência a tomada de diversas medidas de racionalização de custos, nomeadamente na optimização de sistemas e processos, por forma a desenvolver sinergias de Grupo e reduzir o número de colaboradores.

Paralelamente, foi feito um desafio constante à motivação das equipas e ao seu empenho no cumprimento da visão da SonaeCom. A equipa de gestão dedicou tempo e esforço na optimização dos recursos e capacidades no seio de cada uma das empresas do Grupo SonaeCom, e igualmente através de todo o Grupo Sonae.

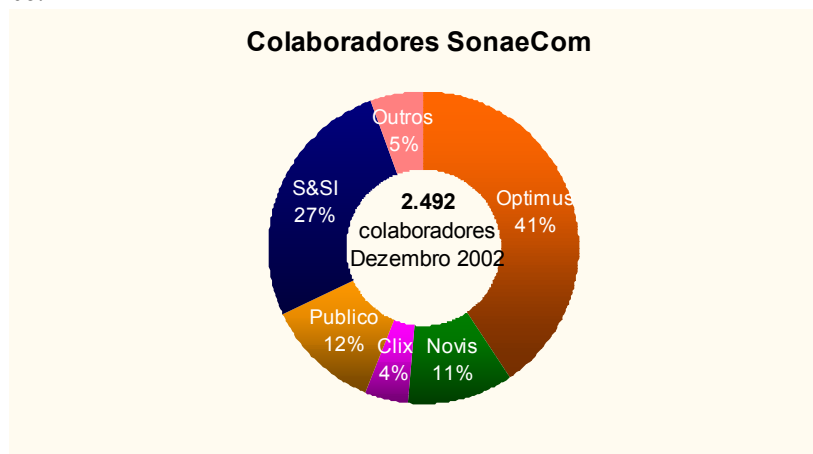
A direcção de recursos humanos da SonaeCom correspondeu à responsabilidade da gestão da mobilidade e flexibilidade de recursos mediante as necessidades específicas de cada empresa. O departamento de recursos humanos passou a fazer parte da divisão de serviços partilhados da SonaeCom, por forma a tornar-se mais eficaz e a permitir uma redução de custos.

Um dos factores que mais se distinguiu na metodologia de recursos humanos utilizada foi a implementação e consolidação de um perfil de gestão baseado nas capacidades individuais, bem como na elaboração de um programa de formação abrangente, ao nível do Grupo.

Sentimo-nos orgulhosos em afirmar que a SonaeCom enfrentou este desafio com o entusiasmo e energia que nos caracterizam, e que seremos em 2003, uma organização mais forte e eficiente, preparada para enfrentar os desafios do futuro.

Alguns indicadores importantes

No final de 2002, a SonaeCom contava com um total de 2.492 colaboradores em comparação com 2.694 em Janeiro do mesmo ano, sendo que as maiores reduções foram registadas na Novis, Optimus e Público.



3.3. Regulação

A actividade da ANACOM em 2002 foi despiciente nos primeiros meses devido essencialmente à alteração de Governo e à alteração dos órgãos de Administração do próprio regulador. A nova administração apenas foi empossada no segundo semestre do ano o que em grande medida determinou uma menor actividade regulamentar até meados de Setembro.

Foram também implementadas algumas alterações na estrutura e estatutos da ANACOM em 2002, de entre os quais se destaca a clarificação das suas competências na área de concorrência e o aumento da sua intervenção na mesma.

No âmbito dos seus poderes foi anunciado o futuro aumento das coimas aplicáveis por infracções às regras definidas, medida que a SonaeCom considera essencial para o desenvolvimento futuro do sector.

O atraso na nomeação e tomada de posse da nova administração da ANACOM e posteriormente o tempo necessário para os membros da nova administração estudarem os dossiers em discussão, vieram protelar a tomada de decisões urgentes para a dinamização do sector, de entre os quais se destacam a definição de preços de referência para a interligação para 2002. Igualmente grave foi a minimização da actividade disciplinadora do regulador contra atitudes de abuso de poder de mercado da parte do Grupo da PT.

Especificam-se de seguida alguns temas e eventos regulamentares de 2002:

- Na interligação de voz, assistiu-se à entrada em vigor da ORI 2002 apenas a partir de 1 de Maio, insuficiente tanto a nível das alterações da estrutura de rede, como dos preços de interligação e das garantias dadas aos operadores sobre a real aplicação de disposições há muito aprovadas como seja o acesso às centrais da PT Comunicações com infra-estrutura dos novos operadores. A ORI 2002 veio consagrar uma redução dos custos de interligação tanto a nível do tráfego como a nível do número de PGIs mínimo necessário para cobertura do território nacional em trânsito simples. A SonaeCom manterá uma actividade intensa de sensibilização do regulador para a necessidade de inversão da tendência ocorrida nos últimos anos de agravamento de posicionamento de Portugal no ranking de custos de interligação a nível Europeu.
- No final de 2002, foi aprovado o novo tarifário da PT Comunicações para os circuitos alugados o qual, não obstante a redução de preços relativa ao tarifário base, levanta bastantes reservas no que se refere ao seu impacto na concorrência do sector. Também aqui, a acção do regulador foi insuficiente.
- Sobre a desagregação do lacete local, o regulador emitiu uma deliberação no sentido de permitir a co-instalação de equipamentos nas centrais da PT Comunicações sem recurso a salas específicas para o efeito. Estas medidas têm especial relevância para a dinamização da oferta desagregada do lacete local pese embora o seu carácter genérico levantar reservas substanciais sobre o seu efeito no médio prazo.

- A respeito da oferta wholesale da PT Comunicações, a SonaeCom interpôs um pedido de intervenção junto da ANACOM perante evidências de clara discriminação negativa pela PT Comunicações aos novos operadores na divulgação das condições desta nova oferta. Até à data, o Regulador não aplicou uma penalização efectiva contra o incumbente.

Foi publicado pela Comissão Europeia o novo pacote regulamentar que deverá ser transposto para a legislação nacional dos Estados Membros até ao final do primeiro semestre de 2003. Este pacote regulamentar é a pedra basilar para o desenvolvimento das telecomunicações nos próximos anos, sendo que a SonaeCom participará activamente no processo de discussão nacional sobre o tema. Numa apreciação geral, este novo pacote irá flexibilizar a actividade no sector das telecomunicações sendo que, o mesmo apresenta uma maior ênfase na política da concorrência.

Durante grande parte de 2002, o mercado móvel viveu sob a ameaça do lançamento do 4º operador móvel virtual GSM/GPRS, Oniway. Em muitas ocasiões, a SonaeCom questionou o fundamento legal para o lançamento de tal operação visto que o quarto operador apenas se encontrava licenciado para operar com uma rede UMTS.

A viabilidade económica de um novo operador GSM/GPRS representava uma fonte adicional de incerteza para o mercado, sendo que, em finais de 2002, a OniWay acabou por anunciar que não iria lançar operações comerciais. A Oniway anunciou igualmente a devolução da sua licença UMTS ao regulador e a venda de determinados activos aos operadores móveis incumbentes. Entretanto, o regulador decidiu realocar o espectro da licença UMTS devolvida aos restantes operadores.

A solução encontrada em finais de 2002, foi de encontro ao que a SonaeCom vinha a defender há já mais de um ano e que tinha tornado pública em Julho de 2002 aquando da proposta à OniWay, face à grande inversão de sentimentos no sector das telecomunicações desde o momento em que as licenças UMTS tinham sido atribuídas e tendo em conta os compromissos assumidos até à data, a solução final foi concertada a menos penosa para todas as partes envolvidas.

Aproximadamente na mesma altura, a ANACOM aprovou o segundo adiamento por mais 12 meses das obrigações de lançamento do UMTS. A SonaeCom apoia esta decisão, mas muitas barreiras e dúvidas persistem ainda em relação à disponibilidade tecnológica e à existência de um mercado de consumo para os novos serviços de terceira geração. Por outro lado, a tecnologia GPRS tem sido objecto de investimento por parte dos operadores e o apoio que tem recebido quer destes, quer dos fabricantes de equipamento e infraestruturas, tem criado uma plataforma de ensaio muito útil para testar as sensibilidades e apetências dos consumidores para novos serviços e aplicações. Em nossa opinião, não seria do interesse público obrigar a um lançamento antecipado de UMTS num momento tão crítico no desenvolvimento da indústria pelo que se espera que o regulador demonstre flexibilidade no tratamento destas matérias.

No que respeita à interconexão móvel, a comissão Europeia está a avaliar os níveis de preços praticados entre os estados membros. A SonaeCom pensa que uma intervenção neste assunto deve ter sempre em conta as especificidades de cada mercado local e deve apenas ser obrigatória para os operadores que detêm poder de mercado significativo (mais de 25% de quota de mercado).

3.4 Gestão ambiental

Durante o ano de 2002, a SonaeCom deu passos muito significativos no desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental (S.G.A.) que abrange esta holding e as suas respectivas empresas, de acordo com a referência normativa NP EN ISO 14001, a saber:

- Foi aprovada a Política Ambiental da SonaeCom;
- Identificaram-se os aspectos ambientais e respectivos impactes nas actividades das empresas SonaeCom, com base na legislação ambiental aplicável;
- Desenvolveram-se os procedimentos de gestão adequados à incorporação de práticas eco-eficientes;
- Lançaram-se as bases de um Programa de Gestão Ambiental com objectivos e metas de melhoria contínua;
- Identificaram-se os indicadores de gestão adequados à aferição da performance ambiental, segundo o método preconizado pelo World Business Council for Sustainable Development, e iniciou-se a fase de recolha e tratamento desses indicadores;
- Procedeu-se à formação/sensibilização da gestão de topo e responsáveis de departamento mais directamente envolvidos;
- Distribuiu-se aos fornecedores o Manual Ambiental do Fornecedor SonaeCom e lançaram-se as bases de uma primeira avaliação ambiental de fornecedores e;
- Procedeu-se à realização de auditorias ambientais internas no sentido de aferir a conformidade do SGA com a referência normativa.

Em paralelo, durante 2002, a SonaeCom alargou o seu Sistema de Gestão Integrada de Resíduos a todas as instalações das suas empresas, com o objectivo de separar, recolher e depositar/reutilizar/reciclar, de uma forma ambientalmente correcta e com recurso a entidades logísticas ambientalmente certificadas, todos os resíduos de papel, plástico, vidro, metal, tonners, e resíduos indiferenciados.

Em 2002, a Optimus participou activamente no esclarecimento dos factos científicos e legais sobre as Radiações e a Saúde. Entre outras iniciativas, divulgou informação a todos os seus colaboradores através da intranet da Optimus, participou nas IX Jornadas da Sociedade Portuguesa de Protecção Contra as Radiações e, participou num Grupo de Trabalho criado pela Secretaria de Estado da Administração Local, com o intuito de ser preparada nova legislação reguladora da instalação de infra-estruturas de telecomunicações, incorporando procedimentos de aferição e divulgação dos níveis de radiação electromagnética das estações base.

As empresas da SonaeCom participaram ainda em diversas actividades de cariz social tais como: o patrocínio das actividades portuguesas da Associação Bandeira Azul da Europa pela Optimus, a comparticipação no fornecimento, pela Sonae, de termoventiladores industriais para as instalações de limpeza das aves petroleadas que deram à costa portuguesa na sequência do naufrágio do navio Prestige, a continuação do patrocínio pela WeDo da equipa para-olímpica portuguesa e a organização pelo Clix da visita dos meninos da Casa do Gaiato a Madrid que incluiu uma sessão de autógrafos com Luis Figo.

3.5 Gestão de risco

O ano de 2002 foi o primeiro ano completo de actividade da equipa de Auditoria e Gestão de Risco da SonaeCom. Por isso mesmo, este ano foi dedicado à identificação, análise e elaboração de recomendações para os riscos mais críticos em cada uma das unidades de negócio. A equipa de Auditoria e Gestão de Risco ajudou igualmente a equipa de gestão na implementação de soluções que permitissem uma melhoria da performance da empresa através de medidas de controlo interno.

Ao longo de 2002, a equipa esteve envolvida em diversas áreas, tais como:

Optimus	Pagamentos a fornecedores
	Comissões aos agentes
	Operações (logística, planeamento, compras e stocks)
Novis	Sistemas de informação (infra-estrutura de rede; segurança informática)
	Recebimentos
	Estimativas de receitas e custos de interligação
Público	Reconciliação BSCS/SAP
	Auditoria e gestão de risco
	Gestão do “working capital”
SonaeCom	Gestão de Risco em questões relacionadas com segurança (instalações, portfólio de seguros, segurança de activos críticos)

A equipa de gestão de risco da SonaeCom é formada por 9 membros distribuídos pelas áreas de auditoria de sistemas (2), gestão de risco (1) e auditoria de processos (6). A equipa reporta a sua actividade ao Conselho de Administração, Comissão Executiva e Comité de Auditoria e Finanças da SonaeCom, bem como ao Comité de Auditoria da Sonae SGPS.

3.6 Envolvente macroeconómica

A economia mundial evidenciou ao longo de 2002 sinais hesitantes de recuperação. Se nos primeiros meses do ano alguns indicadores prenunciavam uma retoma da actividade económica, estimulada por descidas continuadas das taxas de juro, a interrupção dessa tendência viria a coexistir com o enfraquecimento global dos níveis de confiança dos consumidores e meios empresariais (o que se reflectiu num baixo crescimento das trocas comerciais mundiais em 2002).

O recrudescimento da incerteza foi consonante com o andamento depressivo do mercado accionista global, prenunciando que a recuperação firme da economia mundial ocorrerá mais tardiamente do que o esperado. No mesmo sentido, a intensificação do potencial de eclosão de um novo conflito militar no Médio Oriente acentuou a volatilidade dos mercados e a sua transmissão à esfera da economia real é testemunhada pela subida do preço do petróleo para níveis próximos dos 30 dólares/barril.

As diferenças estruturais entre as economias dominantes explicam os diferentes patamares de crescimento registados em 2002. O PIB real terá crescido 2,3% nos Estados Unidos (+0,3% em 2001), apenas 0,9% na União Europeia (+1,6% em 2001), enquanto o Japão terá registado nova recessão de -7% em 2002, após -0,3% em 2001.

Em Portugal, o crescimento² desacelerou de novo em 2002 para 0,5% (+1,7% em 2001), reflectindo o fraco dinamismo das exportações (+2,0%) e do consumo privado (+1,0%), a retracção do investimento pelo segundo ano consecutivo (-3,3%) e a diminuição do investimento público. Na explicação do andamento da procura externa, à adversidade da conjuntura acresce a acumulação de perdas de competitividade. O clima psicológico ditado pelo aumento do desemprego (de 4,1% para 4,8%) e a continuada degradação da confiança (que atingiu o nível mais baixo desde 1986) explicam a quebra da procura interna (-0,5%).

Reflectindo o fraco dinamismo da procura e a moderação salarial (não obstante o agravamento do IVA decretado em Maio), a inflação média anual no consumidor declinou para 3,6% (4,4% em 2001). Estas condições acomodaram uma redução sensível do défice comercial (de 12,5% para 10% do PIB), bem como do saldo da balança corrente, cujo nível (-7,8% do PIB em 2002) persiste ainda excessivamente elevado.

3.7 Análise económica e financeira

Introdução

Apesar de uma conjuntura económica difícil e fortemente competitiva que resultou num abrandamento do crescimento das receitas, a SonaeCom apresentou, durante 2002, uma excelente performance operacional, aumentando significativamente a sua rentabilidade. A performance obtida é o resultado de ganhos de eficiência internos, do sucesso do programa de redução de custos e do processo de reestruturação e optimização do *portfólio* de negócios do grupo. Consequentemente, o Grupo conseguiu reduzir, de forma consistente, trimestre a trimestre, ao longo do ano, o indicador *cash-burn*, atingindo um *free cash-flow* positivo no último trimestre de 2002.

² As estatísticas são uma média dos dados oficiais disponíveis. Fonte : Banco de Portugal.

Adicionalmente, a estrutura financeira da SonaeCom foi reforçada durante o ano, essencialmente, através dos aumentos de capital e prestações acessórias nas empresas SonaeCom SGPS, Optimus e Novis.

Crescimento sustentado do volume de negócios

O crescimento do volume de negócios, em 2002, foi influenciado por vários factores, destacando-se:

- Diminuição dos níveis de confiança dos consumidores e desaceleração do consumo privado;
- Maturidade do mercado de telecomunicações móveis em Portugal (elevadas taxas de penetração);
- Forte e contínua recessão no mercado publicitário;
- Redução das taxas de interligação de móvel-móvel e fixo-móvel;
- Envolvente regulatória desfavorável.

Em 2002, o volume de negócios consolidado foi de 793 milhões de euros, 62 milhões acima do valor de 2001, representando um crescimento anual de 8%. As empresas do Grupo que mais contribuíram para este aumento foram a Novis (+30 milhões de euros), o Clix (+ 19 milhões de euros) e o Público (+ 6 milhões de euros), enquanto o contributo da Optimus se manteve relativamente estável (devido, essencialmente, à diminuição das taxas de interligação e das vendas de equipamentos face a 2001). A Novis e o Clix conseguiram aumentar o seu contributo para o volume de negócios consolidado em 49 milhões de euros, apesar das adversas condições de mercado e da ausência de melhorias a nível de regulação. O aumento do contributo do Público resultou de alterações significativas no modelo de negócio da empresa, agora menos dependente das receitas de publicidade e alavancado pela venda de produtos associados (ex. Livros e DVDs). Finalmente, o alargamento do perímetro de consolidação resultou num contributo adicional de cerca de 13,7 milhões de euros.

Milhões de euros				
Contributos para o volume de negócios	2001	2002	Δ	Δ %
Optimus	605	600	(5)	(1%)
Novis	55	85	30	55%
Clix	17	36	19	112%
Público	34	40	6	18%
IT/IS	19	30	11	58%
Others	1	2	1	100%
SonaeCom Consolidado	731	793	62	8%

EBITDA ajustado aumentou 101 milhões face a 2001

Milhões de euros				
Contributos para o EBITDA Ajustado	2001	2002	Δ	Δ %
Optimus	78	143	65	84%
Novis	(45)	(15)	30	(67%)
Clix	(10)	(4)	6	(61%)
Público	2	2	1	44%
IT/IS	2	5	2	98%
Others	(5)	(8)	(2)	47%
Sonae Com Consolidado	22	123	101	462%

Durante 2002, a SonaeCom apresentou um forte crescimento da sua rentabilidade operacional, com um aumento do EBITDA ajustado em cerca de 101 milhões de euros, indicador que atingiu os 123 milhões de euros (5,5 vezes maior que os 22 milhões de euros verificados em 2001). Este desempenho resultou da melhoria da performance operacional em todas as áreas de negócio:

- a Optimus aumentou o seu contributo em 65 milhões de euros para 143 milhões de euros;
- a Novis reduziu o seu contributo negativo em 30 milhões de euros para 15 milhões de euros;
- a Clix reduziu o seu contributo negativo em 6 milhões de euros para 4 milhões de euros;
- o Público aumentou o seu contributo em 0,8 milhões de euros para 2,5 milhões de euros;
- a Enabler e a WeDo aumentaram o seu contributo num total de 2,4 milhões de euros para um total de 4,9 milhões de euros.

Este aumento generalizado na rentabilidade do grupo resultou de um processo global de optimização e redução de custos iniciado no final de 2001 e implementado com sucesso ao longo de 2002. Foram ainda importantes as acções implementadas com vista ao aumento das receitas (ex. a colecção de livros “Mil Folhas” e a colecção de DVDs lançadas pelo Público permitiu à empresa compensar as perdas nas receitas de publicidade). A evolução positiva no EBITDA ajustado do Clix foi conseguida apesar das alterações verificadas, durante 2002, no modelo de negócio da empresa, com o início da migração do fornecimento de acesso à Internet da banda estreita para a banda larga (as condições menos favoráveis da oferta grossista da PT tornaram o negócio ADSL menos rentável, a SonaeCom espera que esta oferta seja revista pela ANACOM). O aumento da rentabilidade operacional foi determinante para a evolução positiva do free cash-flow do grupo ao longo do ano.

Em 2002, o EBITDA ascendeu a 94 milhões de euros, tendo aumentado 38 milhões de euros relativamente a 2001, correspondendo a um aumento de quase 68% face ao ano anterior.

Milhões de euros				
Contributos para o EBITDA	2001	2002	Δ	Δ %
Optimus	107	117	10	9%
Novis	(41)	(18)	22	(55%)
Clix	(10)	(3)	7	(70%)
Público	2	2	1	44%
IT/IS	2	5	2	98%
Others	(4)	(9)	-4	105%
Sonae Com Consolidado	56	94	38	68%

Milhões de euros								
Reconciliação dos contributos para EBITDA	Optimus	Novis	Clix	Público	IT/IS	Others	Total 2002	Total 2001
Cash EBITDA	136	-16	-4	2	5	-9	114	-7
Custos capitalizados	7	1	0	0	0	0	9	29
EBITDA ajustado	143	-15	-4	2	5	-9	123	22
Custos diferidos no exercício	85	6	3	0	0	0	94	143
Amortização de custos diferidos em anos anteriores	-111	-9	-2	0	0	0	-122	-109
EBITDA consolidado	117	-18	-3	2	5	-9	94	55

Amortizações e depreciações

O aumento das amortizações e depreciações para 150 milhões de euros (cerca de 19% do volume de negócios consolidado) é resultado do investimento contínuo realizado pelas empresas operacionais (o investimento consolidado excluindo custos capitalizados atingiu 125 milhões de euros em 2002).

Provisões, resultados extraordinários e financeiros

Durante 2002, a SonaeCom reforçou o nível de provisões em cerca de 28 milhões de euros para fazer face a riscos associados a cobranças duvidosas, depreciação de existências e outros riscos e encargos (ex. indemnizações resultantes dos processos de reestruturação, acções legais, etc.). Adicionalmente, a análise efectuada aos investimentos financeiros do Grupo resultou numa provisão de 11 milhões de euros (registada em resultados financeiros), que se destina, essencialmente, a cobrir o investimento feito, à data, na Altitude Software. Finalmente, foi constituída uma provisão para desvalorização de activos, registada em resultados extraordinários, no valor de 4 milhões de euros, em resultado do processo de reestruturação do portfólio de activos na área de internet.

Os custos financeiros, excluindo as perdas em empresas associadas (registadas de acordo com o método de equivalência patrimonial) e as provisões para investimentos financeiros, mantiveram-se nos 29 milhões de euros, em linha com o ano anterior. Os proveitos financeiros (essencialmente juros recebidos) diminuíram significativamente face a 2001, em resultado de um nível inferior de liquidez disponível na SonaeCom SGPS até Julho de 2002, altura em que se completou o aumento de capital da holding.

Resultado Líquido antes de interesses minoritários e Resultado Líquido após interesses minoritários³

Apesar do nível de provisões para investimentos financeiros e desvalorização de activos, o forte aumento da rentabilidade operacional em 2002, permitiu à SonaeCom melhorar os Resultados Líquidos antes de interesses minoritários em 14 milhões de euros, para um prejuízo de 117 milhões de euros (43 milhões de euros atribuíveis a interesses minoritários nas empresas operacionais). Os Resultados Líquidos após interesses minoritários foram negativos em 75 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 2 milhões de euros face a 2001.

³ Tal como em 2001, as diferenças de consolidação foram anuladas por contrapartida de reservas. Caso esta anulação não tivesse sido efectuada, o imobilizado incorpóreo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em 45 milhões de euros e as amortizações do ano em 6,1 milhões de euros.

Investimento Consolidado

Milhões de euros				
Investimento (excluindo custos capitalizados)	2001	2002	Δ	Δ %
Optimus	132	90	-43	-32%
Novis	38	27	-11	-29%
Clix	4	1	-2	-64%
Publico	2	2	0	-11%
IT/IS	2	1	-1	-31%
Others	19	4	-15	-79%
Sonae Com Consolidado	197	125	-72	-37%

A SonaeCom tem como objectivos fornecer serviços de elevada qualidade aos seus clientes e proporcionar uma adequada rentabilidade aos seus accionistas. Consequentemente, as decisões de investimento são direccionadas para a maximização do valor criado aos seus accionistas e clientes.

Durante 2002, o Investimento consolidado (excluindo custos capitalizados) atingiu 125 milhões de euros, 72 milhões de euros abaixo do investimento efectuado em 2001. As empresas do Grupo continuaram a canalizar o seu investimento para a melhoria dos sistemas e desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunicações (fixas e móveis). Como consequência de uma estratégia mais vocacionada para a área das telecomunicações, os fundos foram investidos principalmente pela Optimus e pela Novis (90 e 27 milhões de euros, respectivamente, representando 94% do Investimento consolidado).

Financiamento 2002

Milhões de euros						
Financiamento	Dez-01	%	Redução	Aumentos	Dez-02	%
Empréstimos dos minoritários (1)	18	3%	-14		4	1%
Empréstimos de curto prazo	195	34%		1	196	39%
Empréstimos de médio e longo prazo	356	63%	-48		309	61%
Dívida bruta	569	100%	-62	1	509	100%

(1) Fundos injectados pela France Telecom na Novis, e pelo BPI e pela AITEC na Bizdirect

Ao longo do ano, as principais fontes de financiamento foram os excedentes de liquidez na SonaeCom SGPS (reforçados pelo aumento de capital terminado em Julho) e os fundos obtidos dos accionistas minoritários das empresas operacionais (essencialmente, os resultantes dos aumentos de capital da Optimus e das prestações suplementares à Novis), não negligenciando o efeito do *free cash-flow* positivo gerado pelo Grupo no último trimestre de 2002.

Em 2002, a SonaeCom emitiu 45,25 milhões de novas acções ao preço de 2,25 euros cada, aumentando o capital social da empresa de 181 milhões de euros para 226,25 milhões de euros. A Sonae S.G.P.S. exerceu todos os seus direitos de subscrição, bem como todos os direitos não subscritos pelos restantes accionistas, tendo assim o “free float” sido reduzido de 20% para 17,2%. O aumento de capital foi concretizado com sucesso e gerou um encaixe monetário de 102 milhões de euros, que permitirá assegurar o financiamento dos actuais planos de negócio das empresas participadas.

A Optimus aumentou o seu capital social em 100 milhões de euros. A SonaeCom contribuiu com 48 milhões de euros e os accionistas minoritários com 52 milhões de euros. Foram também registados na Novis 83 milhões de euros de prestações suplementares (58,6 milhões de euros via capitalização de suprimentos e 24,4 milhões de euros correspondentes a entradas de fundos na empresa durante 2002). A SonaeCom contribuiu com 47 milhões de euros e a France Telecom com 36 milhões de euros.

Durante 2002, a Optimus amortizou 4,7% dos 400 milhões de euros referentes ao financiamento sindicado, de acordo com o plano de amortizações estabelecido ao abrigo do contrato de financiamento assinado em Julho de 1999. Adicionalmente, a empresa amortizou cerca de 15% do financiamento intercalar de curto prazo de 100 milhões de euros e cerca de 32 milhões de euros de outros financiamentos de curto prazo.

A Optimus encontra-se, actualmente, a reestruturar as linhas de crédito existentes, na sequência da clarificação das condições concorrenciais do mercado e da confirmação do adiamento por 12 meses dos requisitos de investimento associados ao UMTS. O objectivo desta reestruturação passa por um melhor alinhamento entre o plano de amortização da dívida e plano de negócios GSM/UMTS revisto.

Ao longo do ano a Novis manteve as suas linhas de crédito de curto prazo que totalizam 50 milhões de euros. No final do ano estavam a ser utilizadas em cerca de 46 milhões de euros.

Em 2002, o Público negociou um empréstimo de curto prazo adicional de 1,5 milhões de euros utilizado essencialmente para suportar o lançamento da colecção de livros “Mil Folhas”.

A liquidez consolidada da SonaeCom aumentou de 55 milhões de euros no final de 2001 para 131 milhões de euros no final de 2002, em consequência dos aumentos de capital da SonaeCom e da Optimus e da maior geração de “cash flow”.

Alterações na liquidez da SonaeCom	Montante
Aumento de Capital da SonaeCom	101.8
Aumentos de Capital e Prestações Suplementares	-94.8
Aumento de capital na Optimus	-47.6
Prestações suplementares na Novis	-47.2
Suprimentos Líquidos Concedidos	-7.5
Novis Telecom (1)	-23.3
Novis Telecom	19.6
Sonaetelecom BV	-1.5
Sonae Matrix S.G.P.S	-1.4
Sonae Com Sistemas de Informação	-0.9
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	18.6
Movimentos SonaeCom	3.5
Juros pagos	-0.5
Juros recebidos	2.7
Receitas operacionais	4.7
Despesas operacionais e outras	-3.5
Sub-total	21.6
Liquidez da SonaeCom em 2001.12.31	68.2
Liquidez da SonaeCom em 2002.12.31	89.8

Reconciliação da liquidez consolidada da SonaeCom

Liquidez da SonaeCom SGPS em 2002.12.31	89.8
Liquidez nas outras empresas do grupo	41.6
Liquidez consolidada da SonaeCom em	131.4

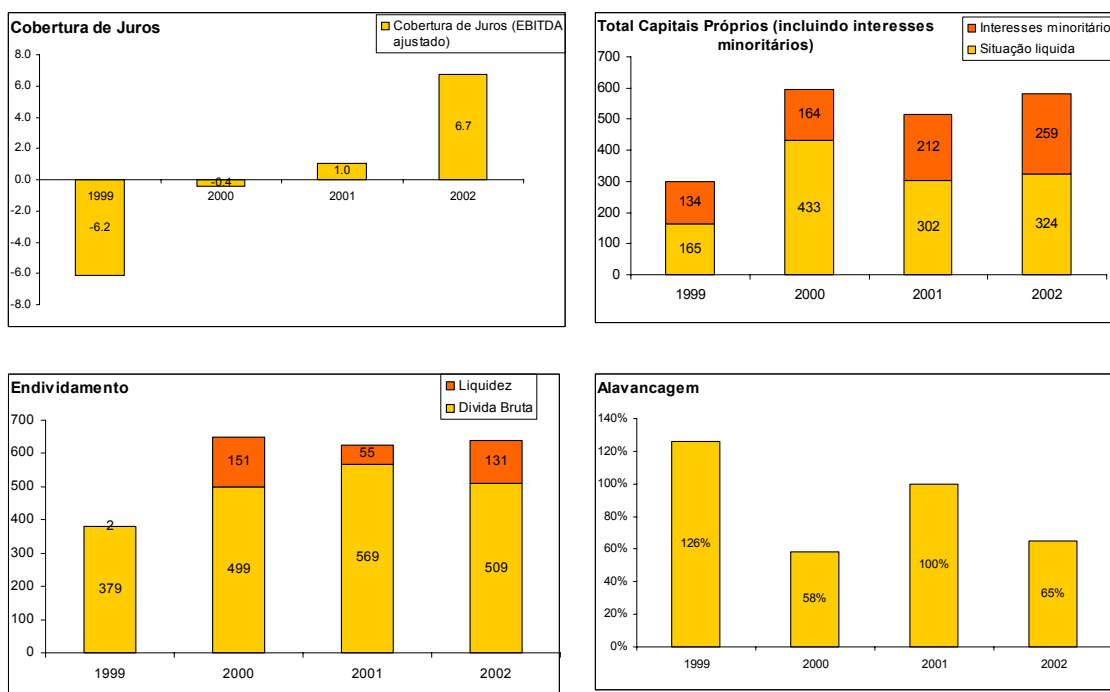
(1) Este montante estava registado como aplicação de tesouraria em 2001 e foi convertido em suprimentos durante 2002.

Estrutura Financeira

Num ano cheio de desafios, a SonaeCom conseguiu fortalecer significativamente o seu Balanço e a sua estrutura financeira, graças ao aumento da rentabilidade e ao apoio dos seus accionistas. Devido, essencialmente, aos aumentos de capital descritos acima, a dívida líquida consolidada da SonaeCom diminuiu em 136 milhões de euros, de 514 milhões de euros em 2001 para 378 milhões de euros em 2002. A dívida bruta consolidada diminuiu em 60 milhões de euros. Consequentemente, o Grupo diminuiu o seu grau de alavancagem financeira líquida (dívida líquida/ total dos capitais próprios⁴) de 100% no final de 2001 para 65% no final de 2002. Durante este período, o rácio D:E (dívida líquida/ total de capitais próprios) reduziu-se de 50:50 para 39:61.

⁴ Incluindo interesses minoritários

O aumento da rentabilidade operacional e a estabilização do nível de juros pagos levou a um aumento do rácio de cobertura de juros consolidados (EBITDA ajustado / Juros pagos) de 1x em 2001 para 6,7x em 2002. Na Optimus, empresa responsável por 80% dos juros pagos pelo Grupo, a cobertura de juros aumentou de 4x em 2001 para 9,5x em 2002. Por outro lado a redução da Dívida Financeira Líquida ditou uma melhoria bastante significativa no rácio Net Debt/cash EBITDA que evoluiu de -72,9x em 2001 para 3,3x em 2002.



3.8 Governo das Sociedades

3.8.1 Quadros Directivos

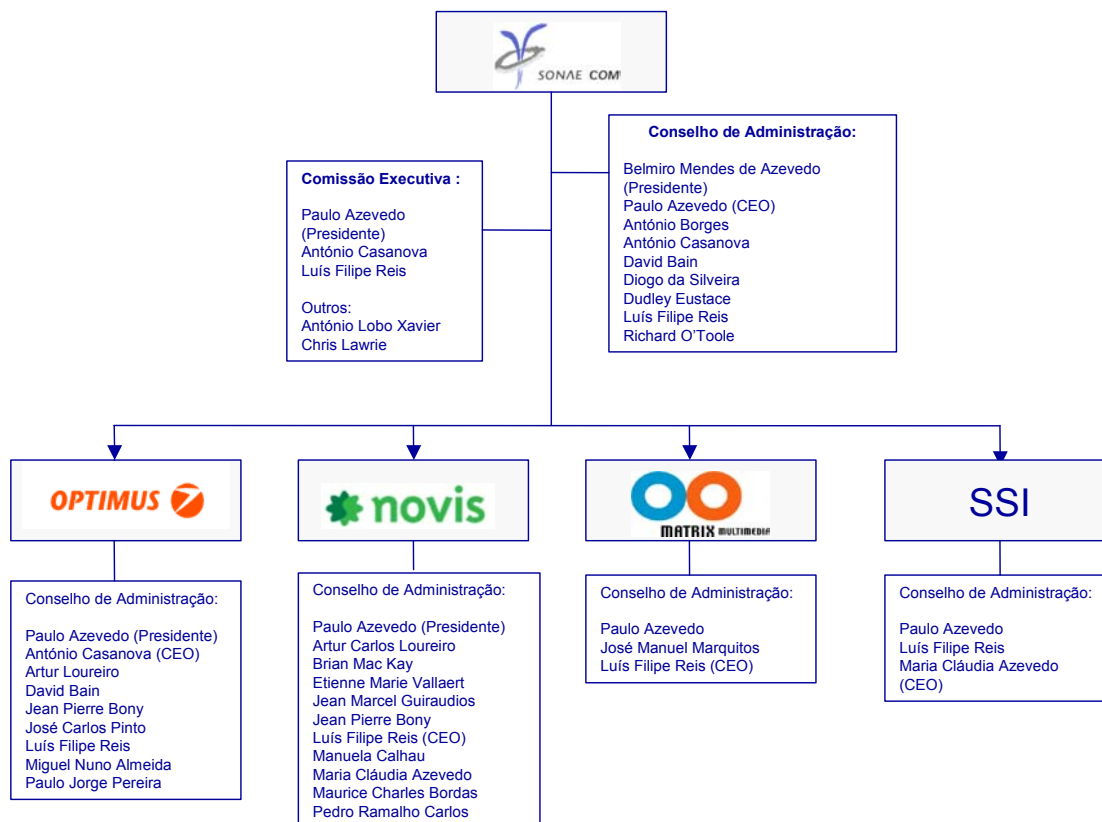
A sociedade possui um Conselho de Administração constituído por nove membros, incluindo seis Directores Não-Executivos. Dos três administradores executivos, fazem parte o Presidente e os Gestores de topo de cada unidade de negócio. Dois Gestores de topo com responsabilidades pelos pelouros financeiro e legal constituem a Comissão Executiva Alargada.

Os administradores não executivos do Conselho de Administração reúnem uma vasta e diversificada experiência empresarial, política e académica. Três dos administradores não executivos são independentes dos accionistas dominantes e exercem uma influência significativa no processo de tomada de decisão, contribuindo para o processo de reflexão estratégica da sociedade.

⁵ Incluindo interesses minoritários

Durante 2002, Clara Rodrigues Gomes e Filipa Santos Carvalho foram nomeadas Secretário e Secretário-Adjunto da sociedade, respectivamente. Adicionalmente, David Bain foi nomeado o Administrador representante para as relações com o mercado.

Conselho de Administração, Comissão Executiva e Adjuntos



Os Directores

A Gestão

Paulo Azevedo, 37 anos, é o Presidente da Comissão Executiva da SonaeCom e o Presidente do Conselho de Administração da Optimus e da Novis. Foi anteriormente Presidente da Comissão Executiva da Optimus e Administrador executivo do Modelo Continente S.G.P.S.. Paulo Azevedo licenciou-se em Engenharia Química pela École Polytechnique Federal de Lausanne e obteve o MBA pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais (Universidade do Porto).

António Casanova, 40 anos, é Administrador Executivo da SonaeCom e Presidente da Comissão Executiva da Optimus. Tendo sido Administrador de Marketing e Vendas da Optimus, está no Grupo Sonae desde 1998. Anteriormente foi Director Geral Adjunto da Lever Portuguesa e, previamente, Director Coordenador de Marketing no Banco Fonsecas & Burnay (Grupo BPI). Foi Consultor Associado Sénior na McKinsey & Co. Completou a licenciatura com distinção em Economia pela London School of Economics e o MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

Luís Reis, 41 anos, é Administrador Executivo da SonaeCom e Presidente das Comissões Executivas da Matrix e da Novis. É ainda Administrador não Executivo da Optimus – Telecomunicações, S.A. e da SonaeCom SI. Foi anteriormente membro executivo do Conselho de Administração do Modelo Continente S.G.P.S. (1996/2000) e Presidente da Direcção do Banco Universo, entre Março de 1997 e Setembro de 1998. É também membro do Conselho Consultivo do Jornal Público e foi Director de Marketing da Sonae Distribuição entre 1994/96. Luís Reis é licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Fez o MBA pelo ISEE da Universidade do Porto e, em 1998, completou o doutoramento em Economia pela Universidade Complutense de Madrid. Frequentou o Stanford Executive Programme, da Stanford University, em 1998.

Administradores não executivos da SonaeCom

Belmiro de Azevedo é Presidente do Conselho de Administração da Sonae S.G.P.S. e da SonaeCom. Desempenha outras funções executivas e não executivas, tais como Membro da Direcção do "World Business Council For Sustainable Development" e do European Advisory Board na London Business School. É licenciado em Engenharia Química Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Tem o PMD da Harvard Business School e participou no Financial Management Programme na Stanford University.

Dudley Eustace esteve associado à Alcan Aluminium Ltd. durante 24 anos, ocupando cargos de natureza financeira e de controlo de gestão. Esteve radicado no Canadá, Argentina, Brasil, Espanha e Reino Unido. Mais recentemente, foi Director Financeiro da British Aerospace e, mais tarde, Vice-presidente do Conselho de Administração da Royal Philips Electronics em Amesterdão. Tem uma licenciatura em Economia pela University of Bristol e é Fellow do Institute of Chartered Accountants.

António Borges foi nomeado Vice-Presidente Executivo da Goldman Sachs International em Setembro de 2000. Anteriormente foi reitor do Insead, ao qual se associou em 1980. De 1990 a 1993, António Borges foi Vice-Governador do Banco de Portugal, desempenhando um papel importante na liberalização do Sistema Financeiro Português. É licenciado pela Universidade Técnica de Lisboa e tem um mestrado e um PhD em Economia pela Stanford University na Califórnia.

Richard O'Toole é actualmente conselheiro e consultor de várias empresas privadas e públicas nas áreas de comércio, concorrência e regulamentação. Entre 1976 e 1979 foi Adjunto-especial do Gabinete do Director Executivo da Agência Internacional de Energia da OCDE. De 1979 a 1984 desempenhou funções seniores no Ministério Irlandês dos Negócios Estrangeiros. Em 1985, foi nomeado Chefe de Gabinete na Comissão Europeia, sendo responsável pelas áreas da concorrência/competitividade, questões sociais e pelo desenvolvimento institucional da Comunidade Europeia. Entrou em 1989 no Grupo GPA plc. assumindo o cargo de Administrador-executivo da Divisão de Tecnologias. De 1993 a 1995 foi Administrador-geral-adjunto do Acordo Geral de Comércio Aduaneiro (GATT), onde esteve envolvido de perto na coordenação das negociações do Uruguai Round. De 1996 a 2000 foi responsável pelo Global Government Affairs da empresa internacional de engenharia eléctrica ABB. Em 2001 foi membro da Administração da companhia irlandesa East Telecom plc.

David Bain foi nomeado CFO da Efanor Investimentos, empresa que detém a Sonae S.G.P.S., em Junho de 2002. Dentro do Grupo SonaeCom, é também Administrador não Executivo da Optimus Telecomunicações SA. Foi CFO da SonaeCom S.G.P.S. e anteriormente CFO da Inparsa e depois da Sonae S.G.P.S., quando da fusão com a Inparsa. Entre 1995 e 1998 foi CFO do Grupo Auto-Sueco (importador e distribuidor exclusivo da Volvo para Portugal e Angola) e, antes disso, Administrador Financeiro de empresas de Vinho do Porto do Grupo Taylor/Fonseca. David Bain é Fellow do Institute of Chartered Accountants, qualificação obtida com a Coopers & Lybrand em Londres. É licenciado em Economia pela Universidade de Bristol.

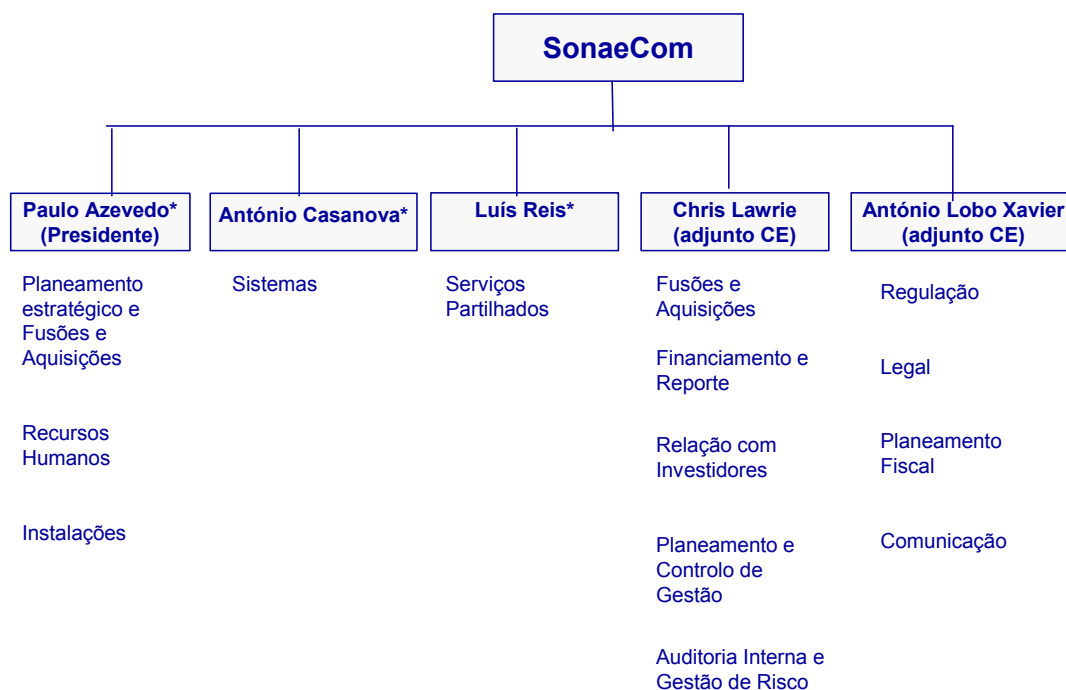
Diogo da Silveira, 42 anos, é Presidente da Isoroy, administrador da Glunz, Administrador da Tafisa UK e membro do “Central European Board” da Sonae Industria. Também é Administrador não Executivo da SonaeCom. Anteriormente, era Presidente da Comissão Executiva da Novis e também Administrador não Executivo da Optimus Telecomunicações S.A.. Foi Administrador da Sonae Distribuição, com o pelouro do Retalho Especializado, e, previamente, integrava a Direcção da SONAE SGPS, fazendo parte da sua Administração. Antes da sua entrada no Grupo Sonae, em 1998, foi sócio na McKinsey & Co. em Paris. É licenciado em Engenharia pela Université Centrale de Lille (França) e tem um MBA do Insead. Foi também investigador académico na Universidade de Berkeley, California.

Outros membros da Comissão Executiva

Christopher Lawrie 44 anos, é CFO da SonaeCom, sendo também convidado a participar nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SonaeCom. É ainda responsável pela estratégia e desenvolvimento corporativo da SonaeCom. Antes de ingressar na SonaeCom, em Março de 2001, trabalhou na banca de investimentos, cobrindo a Europa do Sul, nomeadamente Espanha e Portugal, nas áreas de fusões e aquisições, consultoria geral, mercados de capital próprio e financiamento da dívida. Entre 1998 e 2001 foi Director do Grupo Europeu de Telecomunicações do Credit Suisse First Boston, sendo responsável pelos mercados de Espanha e Portugal. Antes de trabalhar no Credit Suisse First Boston, foi Director na BZW, responsável por Corporate Finance em Espanha, entre 1993 e 1997 e trabalhou cerca de 10 anos na Schrodgers, nas áreas da banca e Corporate Finance. Obteve um diploma com distinção em Estudos Empresariais & Finanças.

António Lobo Xavier, 43 anos, é o Gestor de topo da SonaeCom com o pelouro legal e é convidado a participar nas reuniões do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SonaeCom. É também responsável pela regulação, planeamento fiscal e comunicação. É licenciado em Direito e tem um Mestrado em Ciências Económico-Jurídicas, pela Universidade de Coimbra. António Lobo Xavier é professor universitário de Política Económica, Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito Administrativo e tem diversas publicações sobre estas matérias. É também membro do Conselho de Administração ou de Comitês de diversas instituições públicas e privadas.

Comissão Executiva e responsabilidades



* Membros do Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

EFANOR INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
IMOCAPITAL - S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
PRAÇA FOZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SETIMANALE - S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAE - S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAE CAPITAL, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
SONAE IMOBILIÁRIA - S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não executivo)
SONAE INDÚSTRIA - S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não executivo)
SPRED - S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
TABLEROS DE FIBRAS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

António Castelo Branco Borges

BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS PORTUGAL, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal)
BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal)
GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL (Vice Presidente do Conselho de Administração)
JERÓNIMO MARTINS, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
CNP Assurances (membro do Conselho de Supervisão)

Dudley Graham Eustace

AEGON NV (Vogal do Conselho de Administração)
HAGEMEYER NV (Vogal do Conselho de Administração)
KLM ROYAL DUTCH AIRLINES NV (Vogal do Conselho de Administração)
ROYAL KPN NV (Vogal do Conselho de Administração)
SENDO HOLDINGS PLC (Presidente do Conselho de Administração)
SMITH & NEPHEW PLC (Presidente do Conselho de Administração)
SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
W&S NEDERLAND NV (Vogal do Conselho de Administração)

Richard Henry O'Toole

Hutchison Europe Limited, United Kingdom (Vogal do Conselho de Administração)
SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

CLIXGEST - INTERNET E CONTEÚDOS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
EFANOR INVESTIMENTOS, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
ENABLER - INFORMÁTICA, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
IMPARFIN, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
MIGRACOM - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E TRANSF. DE INFORMAÇÃO, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
MOVE ON, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

NOVIS TELECOM, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não executivo)
 OPTIMUS - TELECOMUNICAÇÕES, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não executivo)
 PORTAIS VERTICAIS. COM, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 PRAÇA FOZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 PÚBLICO COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A. (Vogal do Conselho Geral)
 SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 SONAE MATRIX MULTIMÉDIA, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 SONAE TELECOM, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 SONAE TELECOM, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 SONAE, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 SONAE COM – Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração, executivo)
 SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
 WE DO CONSULTING - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

António José Santos Silva Casanova

CONTACTO ÚTIL - SERVIÇOS E GESTÃO DE ATENDIMENTO A CLIENTES, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 MOVE ON, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 OPTIMUS - TELECOMUNICAÇÕES, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
 PER - MAR, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 PÚBLICO - COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A. (Vogal do Conselho Geral)
 Sesi - Sociedade de Ensino Superior e Investigação, SA (Vogal do Conselho Administração)
 SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
 WE DO CONSULTING - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

David Graham Shenton Bain

ANTIQUIMO- SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 BA CAPITAL S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 EFANOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 EFANOR TÊXTEIS S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 GASPAR & LUCIANO, LDA. (Gerente)
 HARPA BEHEER, B.V. (Director Executivo)
 IMOEQUIP – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 IMOESPIDO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 IMOPINCEL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 IMOSOALHO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 LAMIRÉ – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 LIAMAN, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 LINHACOM S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 MAGNOIMO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 MIGRACOM – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E TRANSF.DE INFORMAÇÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

OBOÉ – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 OPTIMUS – TELECOMUNICAÇÕES, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 PAREURO, B.V. (Director Executivo)
 PLANTIMO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 REALEJO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 RETAILBOX, B.V. (Director Executivo)
 SETIMANALE S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 SONAE TELECOM, B.V. (Director Executivo)
 SONAE.COM S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 TOTAL SHARE S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 VISTAS DA FOZ – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 WE DO CONSULTING – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)

Diogo António Rodrigues da Silveira

SONAE.COM, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 Glunz AG
 Tafisa UK, TD
 Tafisa França, SA
 Isoroy, SAS
 Sonae Indústria Consultadoria e Gestão, S.A.

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 Enabler – Informática, SA (Vogal do Conselho de Administração)
 Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Fun Online – Actividades Lúdicas, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, SA (Presidente do Conselho de Administração)
 Modelo Continente, S.G.P.S., SA (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 Move On, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 Myplace - Conteúdos Imobiliários na Internet, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 Net Mall, S.G.P.S., S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
 Novis Telecom, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
 Optimus – Telecomunicações S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
 Portais Verticais.Com, S.G.P.S., SA (Vogal do Conselho de Administração)
 Público – Comunicação Social, S.A. (Conselheiro)
 Público.pt – Serviços Digitais Multimedia, SA (Presidente do Conselho de Administração)
 Sonae Matrix Multimedia, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 Sonae.Com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 Sonae.Com, S.G.P.S., S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
 We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
 We Do do Brasil – Soluções Informáticas, Lda. (Gerente)
 XS – Comunicação, Informação e Lazer, S.A.

3.8.2 Informação e Comunicação

1. Repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial – ver organigrama na página 32.
2. Descrição da evolução da cotação das acções tendo em conta os factos relevantes para o efeito – ver secção sobre performance em bolsa na página 42.
3. Política de distribuição de dividendos - A SonaeCom não tem definida uma política de distribuição de dividendos.
4. Planos de atribuição de opções na aquisição de acções adoptados ou vigentes.

Conforme descrito na Nota 61 - Outros factos relevantes, do anexo aos balanços e às demonstrações de resultados consolidados, no decorrer do ano de 2001, a Empresa implementou um plano de “stock options” e outros incentivos, o qual tem como beneficiários determinados colaboradores do Grupo SonaeCom.

O número de opções, e acções correspondentes, atribuídas/comprometidas e extintas durante o ano de 2002, e exercitáveis, em 31 de Dezembro de 2002, são como se segue:

	Número de opções	Número de acções
Atribuídas	425	
Extintas	120	
Exercitáveis	468	
Comprometidas		1.787.693
Extintas		247.105
Exercitáveis		980.859

5. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação financeira e informação preparatória das reuniões da assembleia geral.

A SonaeCom tem um site na internet “www.sonae.com” onde são publicados todos os dados relevantes sobre a actividade do Grupo, tais como divulgações de resultados, relatórios e contas, “press releases” ou notícias de natureza genérica sobre a sociedade e as suas subsidiárias.

3.8.3 Exercício de direito de voto e representação de accionistas

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo eleita pelos accionistas por um período de quatro anos. A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Em relação às reuniões da Assembleia Geral, destaca-se a possibilidade de nelas participarem, através de representante ou directamente, todos os accionistas com direito de voto, sendo que a cada grupo de quinhentas acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por quinhentos do número de acções que possuam.

Os estatutos da SonaeCom prevêem um conjunto de regras relacionadas com o exercício do direito de voto.

Não está consagrada a possibilidade de exercício de direito de voto por meios electrónicos, sendo no entanto permitido o exercício do direito de voto por correspondência.

3.8.4 Regras societárias

A SonaeCom não definiu a existência de códigos de conduta e de regras específicas para resolução de conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades na medida em que tais princípios, no seu entendimento, decorrem directamente dos deveres impostos pela lei aos membros do órgão de administração.

Na SonaeCom existe uma Comissão de Auditoria e Finanças que foi criada com o objectivo de acompanhar a actividade da empresa, auditando a sua actividade e gerindo os riscos inerentes à mesma. Esta Comissão é composta por três administradores não executivos e é liderada por dois administradores não executivos independentes.

Nenhum accionista tem direitos especiais e a SonaeCom não tem conhecimento da existência de acordos parassociais.

3.8.5 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da SonaeCom pode ser composto por um número ímpar de três, cinco, sete ou nove membros, sendo os mesmos eleitos por maioria dos votos emitidos, por mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos. O Presidente será eleito pelo Conselho de Administração.

O Conselho deverá reunir-se pelo menos quatro vezes por ano, nos termos dos estatutos. O quórum para a reunião do Conselho de Administração consiste na maioria simples do número de administradores eleitos, possuindo os seus membros iguais direitos de voto e sendo as deliberações do Conselho de Administração tomadas por maioria de votos emitidos.

As competências do Conselho de Administração são as definidas por lei.

Actualmente, o Conselho de Administração da SonaeCom é composto por nove administradores, incluindo três membros executivos e seis não executivos.

Nos termos dos estatutos, o Conselho de Administração pode delegar numa Comissão Executiva a competência e os poderes de gestão, e deveres e responsabilidades que entendam adequados. A Comissão Executiva será constituída por elementos seleccionados de entre os membros do Conselho de Administração. É necessária a unanimidade dos membros da Comissão Executiva, para aprovação das suas decisões. Actualmente, a Comissão Executiva reúne quinzenalmente e é composta por três administradores: o Presidente, e dois administradores responsáveis pelas principais unidades de negócio. Dois Gestores de topo com responsabilidades pelos pelouros financeiro e legal constituem a Comissão Executiva Alargada.

Por forma a haver um controlo entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, existe não só um reporte mensal desta Comissão ao Conselho de Administração, mas também uma grande interacção entre os membros executivos e não executivos sempre que tal se mostre necessário. Por seu lado os Directores reportam periodicamente à Comissão Executiva.

A Comissão Executiva apenas poderá deliberar, nos termos da lei, sobre as matérias de gestão corrente da sociedade, estando-lhe vedadas todas as matérias que são da reserva da competência do Conselho de Administração.

Ao nível de comissões de controlo internas, a SonaeCom tem uma Comissão de Vencimentos responsável pela aprovação de remunerações e reúne uma vez por ano ou sempre que entenda necessário. A Comissão é composta pela SONAE S.G.P.S., S.A., representada pelo Engenheiro Belmiro Mendes de Azevedo, pelo Professor José Manuel Trindade Neves Adelino e pelo Engenheiro Bruno Walter Liehmann.

A remuneração variável de todos os titulares do órgão de administração está dependente da performance da sociedade e da evolução da cotação das acções emitidas pela sociedade.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração distribui-se entre membros executivos e não executivos da seguinte forma:

Executivos	Fixa	Variável
Total	756.198	598.688

Não Executivos	Fixa	Variável
Total	77.094	0

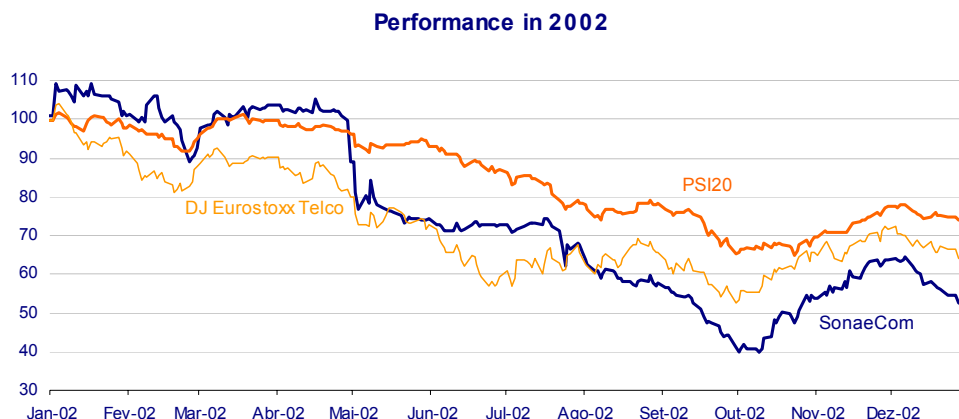
3.9 A SonaeCom e o mercado de capitais

3.9.1 Performance bolsista

A evolução do preço da acção da SonaeCom em 2002 foi fortemente condicionada pelo pessimismo em volta das acções tecnológicas. O abrandamento da economia foi um factor adicional impeditivo da retoma dos mercados financeiros.

O preço da acção SonaeCom desceu 49% ao longo de 2002, o que representa um desempenho inferior em 23 pontos percentuais ao do PSI20 e de mais de 13 pontos percentuais ao do índice Dow Jones Eurostoxx Telecom. Em média, foram transaccionadas 330 mil acções por dia, o que representa 1% do capital disperso em bolsa.

A performance bolsista da SonaeCom foi extremamente volátil em 2002, como se pode verificar pelo gráfico abaixo, principalmente devido a factores externos à performance da empresa. O ano de 2002 foi significativamente marcado por especulações do mercado em volta de cenários de consolidação no sector da telecomunicações que, de uma maneira geral, envolveram a SonaeCom e alguns dos seus activos. Na maioria dos casos, os cenários avançados eram completamente infundados. A SonaeCom procurou activamente uma oportunidade de consolidação em Julho, quando enviou uma proposta aos accionistas da Oni em que se mostrava disponível para a fusão das actividades no sector fixo dos dois Grupos e para a aquisição de determinados activos móveis da Oniway. Esta proposta não foi aceite e, posteriormente, a Oniway optou por não arrancar com as operações no sector móvel, vendendo determinados activos aos três restantes operadores.



O factor especificamente relacionado com a empresa que influenciou o preço das acções da SonaeCom em 2002 foi o anúncio do aumento de capital efectuado em 29 de Abril. O mercado reagiu negativamente, tendo o preço por acção descido a níveis abaixo do valor de subscrição de 2,25 euros. O aumento de capital foi concretizado no final de Julho e, como consequência, a SonaeCom tem agora 226.250 milhões de acções com o valor nominal de 1 euro cada. Depois do aumento de capital, o free-float reduziu de 20% para 17,2% em consequência do total exercício de direitos pela Sonae S.G.P.S..

A equipa de gestão da SonaeCom acredita que o preço por acção e a performance em bolsa não reflecte o valor real dos activos detidos nem a boa performance operacional das empresas participadas nem a sua capacidade de apresentar resultados e de criar valor para o accionista.

3.9.2 Departamento de Relações com Investidores

A SonaeCom possui um Departamento de Relações com Investidores responsável por gerir o relacionamento com os accionistas, investidores, analistas, autoridades do mercado, e em particular com a entidade reguladora - CMVM.

Em cada trimestre, este departamento é responsável pela comunicação de resultados ao mercado, bem como pela divulgação de comunicados e “press releases” necessários à clarificação de quaisquer factos relevantes que ocorram e que possam influenciar a cotação da acção. O Departamento de relações com os investidores está ainda disponível a qualquer momento para prestar esclarecimentos à comunidade financeira em geral.

Como parte do seu compromisso com os accionistas, a empresa está disponível para reunir com investidores quer em conferências quer em reuniões a pedido.

O contacto com o departamento pode ser feito por email através do endereço investor.relations@sonae.com ou por contacto telefónico para o número 351-93-100 2317. Existe também um site na internet (www.sonae.com) onde são publicados todos os factos relevantes sobre as actividades do Grupo, nomeadamente relatórios e contas, “press releases” ou notícias de carácter geral sobre a empresa.

O Representante da SonaeCom para as Relações com o Mercado é David Graham Shenton Bain, que pode ser contactado através do departamento de Relações com os Investidores ou, se necessário, via o seguinte e-mail : david.bain@sonae.com.

3.10. Perspectivas futuras

A SonaeCom irá continuar a procurar melhorias na rentabilidade operacional através da continuada racionalização e inovação dos sistemas operacionais de negócio. A gestão está empenhada em realizar melhorias significativos na Rentabilidade operacional (medida pelo indicador EBITDA ajustado), nos cash flows libertados (Fluxo Líquido de Tesouraria) e nos resultados líquidos durante 2003.

O crescimento de receitas do mercado móvel estará condicionado pela retoma económica e pela recuperação da confiança dos consumidores apesar da empresa sentir que tem capacidade para criar valor adicional à medida que novos serviços de dados ficarem progressivamente disponíveis.

No que se refere aos negócios de Internet, a penetração no mercado e o número de utilizadores começou a mostrar sinais de desaceleração, e a capacidade de oferecer banda larga aos consumidores residenciais é essencial para a performance futura do Clix. No que se refere aos restantes activos relacionados com Internet da SonaeCom e a agora extinta unidade de Ventures, a gestão procurará activamente explorar oportunidades para reduzir a exposição ao risco de negócio destas áreas.

Consolidação é um assunto de elevada importância na agenda de 2003 da SonaeCom bem como uma revisão estratégica do actual portfólio de negócios. A equipa está empenhada em procurar oportunidades de consolidação e oportunidades de parcerias que aumentem claramente o valor para os accionistas.

3.11 Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Fiscal Único pela supervisão e cooperação demonstrada durante este exercício. Gostaríamos de expressar também o nosso agradecimento aos nossos clientes, fornecedores, bancos e outros parceiros de negócio pela confiança depositada no nosso grupo.

Acima de tudo gostaríamos de agradecer a todos os colaboradores do grupo SonaeCom que trabalharam incansavelmente para garantir o nosso continuado sucesso.

Maia, 24 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração,

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Montantes expressos em Euro)

		31 de Dezembro de 2002			31 de Dezembro de 2001
ACTIVO	Notas	AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	25,27 e 56	80.701.655	54.845.289	25.856.366	34.493.185
Despesas de investigação e desenvolvimento	25,27 e 56	5.988.070	4.309.564	1.678.506	2.140.280
Propriedade industrial e outros direitos	27 e 56	4.233.296	3.437.985	795.311	1.421.283
Imobilizações em curso	27,28 e 56	121.903.411	-	121.903.411	122.574.736
		212.826.432	62.592.838	150.233.594	160.629.484
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	27,41,42 e 56	774.389	-	774.389	774.389
Edifícios e outras construções	27,41,42 e 56	152.308.552	44.382.762	107.925.790	100.543.582
Equipamento básico	27,41,42 e 56	547.328.601	191.241.001	356.087.600	358.930.401
Equipamento de transporte	27,41,42 e 56	160.601	124.137	36.464	52.819
Ferramentas e utensílios	27,41,42 e 56	1.192.002	961.641	230.361	408.646
Equipamento administrativo	27,41,42 e 56	189.987.503	103.828.683	86.158.820	76.195.691
Outras imobilizações corpóreas	27,41,42 e 56	1.586.161	634.550	951.611	858.903
Imobilizações em curso	27,41,42 e 56	27.093.812	-	27.093.812	38.893.551
		920.431.620	341.172.773	579.258.847	576.657.982
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do grupo	2,14,27 e 56	5.647.385	-	5.647.385	3.630.830
Empréstimos a empresas do grupo	27 e 56	-	-	-	14.344.547
Partes de capital em empresas associadas	3,4,14,18,27,46 e 56	1.024.624	339.939	684.685	2.359.235
Empréstimos a empresas associadas	27 e 56	2.609.782	-	2.609.782	6.747.577
Títulos e outras aplicações financeiras	14,27,46 e 56	15.646.802	10.254.000	5.392.802	12.890.303
Outros empréstimos concedidos	27,46 e 56	106.135	81.819	24.316	24.316
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27 e 56	-	-	-	100.000
		25.034.728	10.675.758	14.358.970	40.096.808
CIRCULANTE					
Existências					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56	1.109.262	-	1.109.262	1.438.168
Mercadorias	30,46 e 56	23.492.658	8.236.628	15.256.030	26.113.249
Adiantamentos por conta de compras	56	-	-	-	13.221
		24.601.920	8.236.628	16.365.292	27.564.638
Dívidas de terceiros – curto prazo					
Clientes, c/c		154.631.888	-	154.631.888	136.326.741
Clientes - títulos a receber		30.799	-	30.799	211.969
Clientes de cobrança duvidosa	46	63.349.503	63.349.503	-	-
Empresas do grupo		13.966	-	13.966	12.615
Adiantamentos a fornecedores		190.368	-	190.368	447.495
Estado e outros entes públicos	50	3.234.696	-	3.234.696	18.600.360
Outros devedores		4.235.404	-	4.235.404	9.042.204
		225.686.624	63.349.503	162.337.121	164.641.384
Títulos negociáveis					
Outras aplicações de tesouraria	51	124.494.088	-	124.494.088	44.700.003
Depósitos bancários e caixa					
Depósitos bancários		6.848.026	-	6.848.026	10.199.392
Caixa		87.530	-	87.530	126.645
		6.935.556	-	6.935.556	10.326.037
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	52	41.653.832	-	41.653.832	91.784.053
Custos diferidos	52	220.908.186	-	220.908.186	243.877.266
Activos por impostos diferidos	38 e 52	62.062.439	-	62.062.439	44.128.272
		324.624.456	-	324.624.456	379.789.591
Total de Amortizações			403.765.611		
Total de Provisões			82.261.889		
Total do Activo		1.864.635.424	486.027.500	1.378.607.924	1.404.405.927

As notas anexas da página 53 à 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Rui Verde Ribeiro

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Montantes expressos em Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31 de Dezembro de 2002	31 de Dezembro de 2001
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	53	226.250.000	181.000.000
Prémios de emissão de acções	53	335.819.541	279.257.041
Reservas legais		114.360	114.360
Outras reservas	10 a), 11, 14, 18 e 53	(163.969.954)	(82.059.301)
Resultado consolidado líquido do exercício	53, 57 e 58	(74.535.849)	(76.392.224)
Total do Capital Próprio		323.678.098	301.919.876
Interesses minoritários	57 e 59	259.623.659	212.325.770
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos			
Outras provisões para riscos e encargos	46	10.284.068	2.301.420
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			
Dívidas a instituições de crédito	33, 34 e 54	308.630.851	355.393.100
Fornecedores de imobilizado, c/c		4.439.961	-
	56	313.070.812	355.393.100
Dívidas a terceiros - curto prazo			
Dívidas a instituições de crédito	54	196.110.321	194.997.100
Fornecedores, c/c		113.734.492	126.959.494
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		184.995	601.508
Empresas participadas e participantes		-	370.000
Adiantamentos de clientes		-	5.072
Outros empréstimos		4.266.605	17.800.117
Fornecedores de imobilizado, c/c		33.380.777	56.431.285
Estado e outros entes públicos	50	14.603.766	6.922.937
Outros credores		4.936.554	3.225.982
		367.217.510	407.313.495
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	52	78.815.936	107.824.282
Proveitos diferidos	52	25.649.922	17.054.112
Passivos por impostos diferidos	38 e 52	267.918	273.872
		104.733.776	125.152.266
Total do Passivo	56	795.306.166	890.160.281
Total do Capital Próprio, dos Interesses Minoritários e do Passivo		1.378.607.924	1.404.405.927

As notas anexas da página 53 à 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Rui Verde Ribeiro

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

***Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001***

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	31 de Dezembro de 2002		31 de Dezembro de 2001	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas					
Mercadorias		55.183.259		75.103.063	
Matérias		<u>5.811.341</u>	60.994.600	<u>6.675.412</u>	81.778.475
Fornecimentos e serviços externos	52 e 55		526.886.773		492.726.134
Custos com o pessoal					
Remunerações	7 e 39	88.033.543		87.545.548	
Encargos sociais e outros	7	<u>26.547.268</u>	114.580.811	<u>22.856.833</u>	110.402.381
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27,56 e 57	150.176.401		134.365.166	
Provisões	27,30,46,56 e 57	<u>27.762.868</u>	177.939.269	<u>27.019.036</u>	161.384.202
Impostos		<u>12.740.769</u>		<u>13.229.527</u>	
Outros custos operacionais		<u>559.241</u>	13.300.010	<u>660.591</u>	13.890.118
	(a)		<u>893.701.463</u>		<u>860.181.310</u>
Perdas em empresas do grupo e associadas	18,44 e 56		845.301		4.007.954
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27,44 e 46		10.675.758		-
Juros e custos similares					
Relativos a empresas associadas	44	-		46.614	
Outros	44 e 54	<u>28.691.398</u>	<u>28.691.398</u>	<u>28.952.563</u>	<u>28.999.177</u>
	(c)		<u>933.913.919</u>		<u>893.188.441</u>
Custos e perdas extraordinárias	45		<u>22.422.913</u>		<u>16.330.545</u>
	(e)		<u>956.336.833</u>		<u>909.518.986</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício					
Imposto corrente	50	2.151.201		1.417.146	
Imposto diferido	38	<u>(18.097.096)</u>	<u>(15.945.895)</u>	<u>(14.727.207)</u>	<u>(13.310.061)</u>
	(g)		<u>940.390.937</u>		<u>896.208.925</u>
Interesses minoritários	58 e 59		<u>(42.899.347)</u>		<u>(55.322.201)</u>
Resultado consolidado líquido do exercício	57 e 58		<u>(74.535.849)</u>		<u>(76.392.224)</u>
Total dos Custos e Perdas			<u>822.955.741</u>		<u>764.494.500</u>
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas					
Mercadorias	36, 56 e 57	55.795.555		77.395.547	
Produtos	36, 56 e 57	<u>22.903.182</u>		<u>11.825.698</u>	
Prestação de serviços	36, 56 e 57	<u>713.953.300</u>	792.652.037	<u>642.193.763</u>	731.415.008
Trabalhos para a própria empresa			14.247.012		17.701.793
Proveitos suplementares		3.131.366		3.640.829	
Subsídios à exploração		<u>227.354</u>		<u>101.299</u>	
Outros proveitos e ganhos operacionais		-	<u>3.358.720</u>	<u>1.500.771</u>	<u>5.242.899</u>
	(b)		<u>810.257.768</u>		<u>754.359.700</u>
Ganhos em empresas do grupo e associadas	18,44 e 56	597.626		36.438	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras					
Relativos a empresas do grupo	44	0		-	
Outros	44	<u>(0)</u>		<u>25.414</u>	
Outros juros e proveitos similares					
Relativos a empresas do grupo	44 e 51	2.011.873		4.474.520	
Outros	44	<u>1.721.959</u>	<u>4.331.458</u>	<u>1.339.299</u>	<u>5.875.671</u>
	(d)		<u>814.589.226</u>		<u>760.235.371</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	45		<u>8.366.515</u>		<u>4.259.129</u>
	(f)		<u>822.955.741</u>		<u>764.494.500</u>
Total dos Proveitos e Ganhos			<u>822.955.741</u>		<u>764.494.500</u>
Resultados operacionais: (b) - (a) =			<u>(83.443.694)</u>		<u>(105.821.610)</u>
Resultados financeiros: (d - b) - (c - a) =			<u>(35.880.999)</u>		<u>(27.131.460)</u>
Resultados correntes: (d) - (c) =			<u>(119.324.693)</u>		<u>(132.953.070)</u>
Resultados antes de impostos: (f) - (e) =			<u>(133.381.092)</u>		<u>(145.024.486)</u>
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (f) - (g) =			<u>(117.435.196)</u>		<u>(131.714.425)</u>

As notas anexas da página 53 à 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Rui Verde Ribeiro

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

***Demonstrações consolidadas dos resultados por funções
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001***

(Montantes expressos em Euro)

	31 de Dezembro de 2002	31 de Dezembro de 2001
Vendas e prestações de serviços	792.652.037	731.415.008
Custo das vendas e das prestações de serviços	(569.437.276)	(527.728.858)
Resultados brutos	223.214.761	203.686.150
Outros proveitos e ganhos operacionais	8.535.030	11.557.734
Custos de distribuição	(220.265.753)	(228.803.356)
Custos administrativos	(79.378.850)	(77.088.451)
Outros custos e perdas operacionais	(32.996.392)	(26.609.965)
Resultados operacionais	(100.891.204)	(117.257.888)
Custo líquido de financiamento	(16.535.456)	(16.831.799)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(17.390.554)	(10.522.205)
Resultados não usuais ou não frequentes	1.452.636	(412.594)
Resultados correntes	(133.364.578)	(145.024.486)
Imposto corrente	(2.151.201)	(1.417.146)
Imposto diferido	18.097.096	14.727.207
Impostos sobre os resultados correntes	15.945.895	13.310.061
Resultados correntes após Impostos	(117.435.196)	(131.714.425)
Interesses minoritários	42.899.347	55.322.201
Resultado consolidado líquido	(74.535.849)	(76.392.224)
Resultado por acção	(0,33)	(0,42)

As notas anexas da página 53 à 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Rui Verde Ribeiro

A Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

***Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001***

(Montantes expressos em Euro)

	31 de Dezembro de 2002	31 de Dezembro de 2001	
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	811.412.961	636.244.888	
Pagamentos a fornecedores	(607.525.203)	(420.959.058)	
Pagamentos ao pessoal	(111.808.101)	(93.200.803)	
Fluxo gerado pelas operações	92.079.657	122.085.027	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(533.779)	(584.831)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	8.893.844	(134.897.336)	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	100.439.722	(13.397.140)	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	290.703	1.568.835	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(1.475.732)	(1.969.294)	
Fluxos das actividades operacionais (1)	99.254.693	(13.797.599)	
Actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos	-	984.981	
Investimentos financeiros	2.980.396	2.773.066	
Imobilizações corpóreas	2.932.997	1.351.972	
Imobilizações incorpóreas	455.226	244.760	
Juros e proveitos similares	3.076.773	765.600	
Outros	-	152	6.120.531
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	(1.700.189)	(36.975.608)	
Imobilizações corpóreas	(112.887.327)	(158.992.303)	
Imobilizações incorpóreas	(24.228.741)	(40.750.227)	
Outros	-	(13.212)	(236.731.350)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(129.370.865)	(230.610.819)	
Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	3.622.111.042	3.471.811.663	
Aumentos de capital	190.352.268	103.511.373	
Juros e proveitos similares	-	4.349.474	3.579.672.510
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	(3.678.083.046)	(3.431.673.279)	
Juros e custos similares	(22.438.069)	(27.566.970)	
Dividendos	(657.694)	-	(3.459.240.249)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	111.284.501	120.432.261	
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	81.168.329	(123.976.157)	
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	
Caixa e seus equivalentes no princípio do período	(22.237.943)	(145.978.998)	
Caixa e seus equivalentes no final do período	103.406.272	22.002.841	

As notas anexas da página 53 à 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Rui Verde Ribeiro

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

**Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa consolidados
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

(Montantes expressos em Euro)

	2002	2001
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
Filiais		
a) Aquisições		
Miauger - Organização e Gestão de Leilões, S.A.	103	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	2	-
b) Nos valores referidos em a) o preço de compra é igual ao valor pago.		
c) Quantia de caixa e equivalentes a caixa existentes na filial adquirida		
Miauger - Organização e Gestão de Leilões, S.A.	374.368	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	1.792	-
d) Quantia de outros activos e passivos adquiridos (alienados)		
Aquisições		
Miauger - Organização e Gestão de Leilões, S.A.		
Imobilizado	3.485.135	-
Dívidas de terceiros curto - prazo	448.635	-
Dívidas a terceiros curto - prazo	612.983	-
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.		
Imobilizado	4.340.301	-
Dívidas de terceiros curto-prazo	270.709	-
Dívidas a terceiros curto - prazo	1.139.197	-
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	87.530	126.645
Depósitos à ordem	6.848.026	10.199.392
Aplicações de Tesouraria	124.494.088	44.700.003
Depósitos à ordem (saldos credores)	(28.023.372)	(33.023.199)
Caixa e seus equivalentes	103.406.272	22.002.841
Depósitos à ordem (saldos credores)	28.023.372	33.023.199
Disponibilidades constantes do balanço	131.429.644	55.026.040

A diferença verificada entre o valor de Caixa e seus equivalentes do período findo em 31 de Dezembro de 2001 e o valor de Caixa e seus equivalentes no início deste período refere-se a variações de perímetro.

Caixa e seus equivalentes do período findo em 31/12/01	22.002.841
Variação de perímetro	
Miauger - Organização e Gestão de Leilões, S.A.	(246.720)
XS - Comunicação, Informação e Lazer, S.A.	(1.184)
Bikini - Portal de Mulheres, S.A.	126.720
Fun Online - Actividades Lúdicas, S.A.	20.997
Douro - Centro de Produções Artísticas, Lda	(3.059)
Santo Bosque - Espaço de Entretenimento, Lda.	5.670
Move On, S.G.P.S., S.A.	(497)
SIRS - Sociedade Indep. De Radiofusão Sonora, S.A.	42.839
Enabler Brasil Ltda.	26.832
Enabler UK, Limited	270.473
Retailbox BV	20.000
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	(26.969)
Caixa e seus equivalentes no início do período findo 31/12/02	22.237.943

3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

a) Créditos bancários concedidos e não sacados	57.834.772	12.561.000
b) Compra da empresa através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Rede Móvel	118.834.921	(96.355.790)	(37.653.122)	(15.173.991)
Rede Fixa	(37.408)	(39.116.504)	43.221.104	4.067.192
Internet e Multimédia	(7.804.009)	(4.135.466)	(659.297)	(12.598.772)
Outras	(11.738.811)	10.236.895	106.375.816	104.873.900
	99.254.693	(129.370.865)	111.284.501	81.168.329

Os valores incluídos em Rede Fixa incluem montantes relacionados com as actividades de internet e outras, da filial Novis, cujo contributo para o total não é significativo.

**Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa consolidados
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

(Montantes expressos em Euro)

	2002	2001
5 - Outras informações		
Outras aquisições e alienações de participações financeiras		
Aquisições		
Altitude Software BV (*)	-	10.000.000
Despegar.com (*)	-	2.539.229
Web.com - Software e Soluções Internet, S.A.	-	398.963
Douro - Centro de Produções Artísticas, Lda (*)	-	279.715
Santo Bosque - Espaço de Entretenimento, Lda. (*)	-	117.326
M3G - Edições Digitais, S.A.(**)	-	299.363
Constituições		
XS - Comunicação, Informação e Lazer, S.A.(*)	-	150.000
Bikini - Portal de Mulheres, S.A. (*)	-	50.000
Fun Online - Actividades Lúdicas, S.A. (*)	-	50.000
Enabler Brasil, Ltda.(*)	-	25.700
Retailbox BV(*)	-	20.000
Situs - Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites,S.A. (*)	25.000	-
Enabler & Retail Consult, GmbH (*)	12.500	-
Alienações		
Modelo.com - Vendas por Correspondência, S.A. (**)	-	(1.266.947)
Best Offer - Prestação de Informação pela Internet, S.A.(**)	-	(862.000)
Myplace - Conteúdos Imobiliários na Internet, S.A.(**)	-	(16.667)
Enabler UK, Limited (*)	114	-
Retailbox BV (***)	1.340.513	-
Bikini - Portal de Mulheres, S.A. (**)	170.000	-
Aumentos de Capital		
Santo Bosque - Espaço de Entretenimento, Lda (*)	-	168
Prodígio - Produções Digitais Online, S.A. (*)	-	5
Move On, S.G.P.S., S.A.(*)	-	1.297.523
Best Offer - Prestação de Informação pela Internet, S.A.(*)	-	1.662.687
SonaeCom, S.G.P.S., S.A.	42.250.000	-
Optimus - Telecomunicações, S.A.	52.386.468	-

Os valores assinalados com (*) foram integralmente pagos.

Em (**) o valor da venda não foi recebido

Em (***) o valor da venda foi parcialmente recebido

As notas anexas da página 53 à 103 fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Rui Verde Ribeiro

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

Diogo António Rodrigues da Silveira

Dudley Graham Eustace

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

Anexo
aos balanços e às
demonstrações dos resultados consolidados

Anexo
aos balanços e às
demonstrações dos resultados consolidados

(Montantes expressos em Euro)

Nota introdutória

A Sonae.com, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “SonaeCom”), foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para a actual - Sonae.com, S.G.P.S., S.A. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo o capital social sido redenominado para Euro, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida (i) aos colaboradores do Grupo Sonae, (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela SonaeCom e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo sido as novas acções integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da SonaeCom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 euro).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas de capital social da SonaeCom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e antigos sócios de empresas adquiridas pela SonaeCom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de Euro 181.000.000 para Euro 226.250.000 por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euro por acção.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

As empresas em que o Grupo, directa ou indirectamente, tem direitos de voto superiores a 50% (Nota 1) ou, em alternativa, tem o poder de controlar a sua actividade operacional, quando materialmente relevantes, são consolidadas pelo método de integração global, com excepção daquelas que têm uma actividade muito diferenciada, conforme previsto no nº 4 do artº 4º do Decreto-Lei 238/91, casos em que é utilizado o método da equivalência patrimonial (Nota 2).

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo efectivo é transferido para o Grupo, e tenham iniciado a sua actividade, com valores materialmente relevantes, e deixam de o ser a partir da data em que esse controlo é cedido.

As transacções, saldos e ganhos e perdas em transacções efectuadas entre empresas do Grupo, quando materialmente relevantes, são eliminadas. Quando necessário, as políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica de Interesses minoritários (Nota 59).

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do Grupo e inscritos, na demonstração dos resultados consolidados, na rubrica Interesses minoritários (Nota 59).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas, desde que materialmente relevantes, encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Notas 3 e 18).

As diferenças de consolidação, que correspondem à diferença entre o valor de aquisição e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registadas em rubrica autónoma dos capitais próprios (Notas 10, 11, 14 e 53).

Os ganhos e perdas decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas do grupo e em empresas associadas, bem como os decorrentes de outras operações que originem reduções da percentagem de participação do Grupo, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As despesas de investigação e desenvolvimento (Notas 25 e 27) de projectos específicos são capitalizadas, desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos, ou estimados incorrer, e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos.

Estas despesas, bem como outras imobilizações incorpóreas, são valorizadas ao custo de aquisição e as amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos (que corresponde à taxa anual máxima aceite fiscalmente), com a excepção das despesas com os estudos de admissão ao concurso público de atribuição das licenças de operador da rede móvel, as quais são amortizadas durante o período da concessão, que ascende a 15 anos, e das despesas de instalação dos vortais, que são amortizadas em 5 anos. As amortizações são efectuadas por duodécimos, a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são valorizadas ao custo de aquisição, com excepção dos terrenos e edifícios da subsidiária Per-Mar, os quais foram reavaliados a valor de mercado reportado a 31 de Dezembro de 1998, no âmbito da aquisição pelo Grupo daquela participada, com confirmação por novas avaliações em Dezembro de 2000 e 2002 (Notas 41 e 42).

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento.

As taxas anuais utilizadas correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites, com as seguintes excepções:

- i) Equipamento básico para o qual foram determinadas taxas específicas de depreciação, julgadas mais adequadas, tendo em consideração a vida útil estimada dos respectivos bens.
- ii) Despesas em instalações arrendadas por um período de três anos, em que não se prevê a renovação do respectivo contrato de arrendamento.

Os correspondentes anos de vida útil são os seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-8
Outras imobilizações corpóreas	4-8

c) Investimentos financeiros

As empresas associadas, materialmente relevantes (Nota 3), e as empresas do Grupo, excluídas por terem actividade diferenciada do resto do Grupo (Nota 2), encontram-se valorizadas, no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

As empresas excluídas da consolidação por imaterialidade (Nota 2) e as empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 4), assim como participações inferiores a 20%, encontram-se valorizadas, no balanço consolidado, ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, quando mais baixo (Nota 27).

São constituídas provisões para investimentos financeiros (Notas 27 e 46) sempre que exista uma diferença materialmente relevante entre o custo de aquisição, ou o valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, e o valor estimado de realização da participação, numa perspectiva de médio e longo prazo.

d) Existências

As existências são valorizadas utilizando o critério do custo médio ponderado de aquisição.

e) Provisão para depreciação de existências

A provisão para depreciação de existências reflecte a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas por baixa rotação, obsolescência e deterioração (Notas 30 e 46).

f) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas é constituída tendo por base a estimativa de perdas, totais ou parciais, pela não cobrança de contas a receber de clientes (Nota 46).

g) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizados ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado (Nota 51).

h) Acréscimos e diferimentos

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 52) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido (Nota 52). As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

i) Provisão para outros riscos e encargos

Esta provisão reflecte, essencialmente a aplicação do método de equivalência patrimonial em associadas cuja desvalorização excede o capital investido, provisões destinadas a fazer face a desvalorização de determinados activos, a processos judiciais em curso e aos planos de “stock options” e outros incentivos a colaboradores (Nota 46). Estas últimas responsabilidades são registadas nos períodos durante os quais se espera que influenciem a motivação e permanência dos colaboradores na Empresa.

j) Imposto sobre lucros

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com a Directriz Contabilística nº 28, aplicando o método do balanço (Nota 38).

Os activos por impostos diferidos decorrentes de perdas fiscais reportáveis são reconhecidos quando exista expectativa fundamentada e razoável, tendo em conta o grau de implementação dos planos de negócios das respectivas empresas e da existência de lucros tributáveis no período de utilização dos prejuízos fiscais (actualmente 6 anos).

k) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos, para Euro, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço (Nota 24). Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão regulados por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em Euro.

As diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data do balanço foram registadas nos resultados financeiros (Nota 44).

l) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, no realizável e no passivo a médio e longo prazo (Nota 54).

m) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os encargos com operações de “swap” de taxa de juro são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas (Nota 54).

n) Trespases e diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação, que correspondem à diferença entre o valor de aquisição e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registadas em rubrica autónoma dos capitais próprios.

Até 31 de Dezembro de 2000 estas diferenças eram relevadas em rubrica autónoma do imobilizado incorpóreo (Diferenças de consolidação) e amortizadas em quotas constantes por duodécimos durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos (10 anos) (Notas 10, 11, 14 e 53).

o) Custos financeiros capitalizados

Os custos financeiros de empréstimos destinados ao financiamento de certas imobilizações relevantes, são capitalizados durante o período de construção ou execução e até à sua entrada em funcionamento (Notas 27 e 28).

As notas seguintes respeitam a numeração sequencial estipulada pelo Plano Oficial de Contabilidade aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, modificado pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho. As notas cujo número não figura neste Anexo não são aplicáveis à Empresa ou não são relevantes para a sua apresentação.

1. Empresas incluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Empresa-mãe: Sonae.com, S.G.P.S., S.A. (“SonaeCom”)	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Subsidiárias: Bikini, Portal de Mulheres, S.A. (“Bikini”)	Maia	Desenvolvimento, agregação e disponibilização de conteúdos e informação de interesse principal para mulheres.	Sonae Matrix	-	-	100%	100%
Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A. (“Clixgest” – usando a marca “Clix”)	Maia	Desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com as tecnologias de informação e multimédia, nomeadamente internet, conteúdos e comércio electrónico.	SonaeCom	-	-	56,67%	56,67%
			Sonae Matrix	56,67%	56,67%	-	-
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. (“Digitmarket” – usando a marca “Bizdirect”)	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	SonaeCom	-	-	45%	45%
			Sonae.com Sistemas de Informação	75,1%	75,1%	-	-
Douro – Centro de Produções Artísticas, Lda. (“Douro”)	Matosinhos	Concepção e produção de filmes, cinema, vídeo, comerciais, documentários, trilhas sonoras, para rádio e TV, assessoria, comercialização e promoção de vendas de eventos e espectáculos artísticos e culturais.	Sonae Matrix	100%	100%	100%	100%
Enabler – Informática, S.A. (“Enabler”)	Maia	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	SonaeCom	-	-	100%	100%
			Retailbox	100%	66%	-	-
Enabler Brasil, Ltda. (“Enabler Brasil”)	Curitiba-Paraná	Exploração comercial de software, desenvolvido pela empresa ou por terceiros; prestação de serviços técnicos de consultoria relacionada com software; participação em outras sociedades.	Enabler	99%	65,34%	99%	99%
Enabler UK, Limited (“Enabler UK”)	Reino Unido	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	65%	42,9%	70%	70%
Fun Online – Actividades Lúdicas, S.A. (“Fun Online” – usando a marca “Level”)	Maia	Desenvolvimento, organização e realização de jogos, eventos e outras actividades lúdicas on-line.	Sonae Matrix	100%	100%	100%	100%
Harpa Beheer BV (“Harpa”)	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. (“Miauger”)	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos “on-line” de produtos e serviços.	Sonae Matrix	100%	100%	70%	70%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Move On, S.G.P.S., S.A. ("Move On")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Novis Telecom, S.A. ("Novis")	Maia	Instalação, manutenção e exploração de equipamentos de processamento de informação e de telecomunicações, gestão de redes e fornecimento de informação e de serviços de valor acrescentado.	SonaeCom	15%	15%	50%	50%
			Sonae.com Sistemas de Informação	41,67%	41,67%	6,67%	6,67%
Optimus – Telecomunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	46,29%	46,29%	45,89%	45,89%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Loures	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	46,29%	100%	45,89%
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Público.pt – Serviços Digitais Multimédia, S.A. ("Público.pt")	Maia	Divulgação de produtos e serviços em formato electrónico, divulgação de informação multimédia e promoção de negócios em ambiente digital.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%
Retailbox BV ("Retailbox")	Amesterdão	Gestão de participações sociais	SonaeCom	-	-	100%	100%
			Sonaetelecom BV	66%	66%	-	-
Santo Bosque – Espaço de Entretenimento, Lda. ("Santo Bosque")	Matosinhos	Organização, promoção e produção de espectáculos, eventos e actualidades culturais, recreativas e de entretenimento; locação temporária de espaços, equipamento e prestações de serviços; a gestão de meios publicitários e promocionais; edição de publicações; gestão e exploração de estabelecimentos de restauração e a prestação de serviços ou venda de produtos conexos com as actividades atrás indicadas.	Sonae Matrix	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%
			Douro	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	90%	89,99%	90%	89,99%
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Matrix")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
Sonae.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com Sistemas de Informação") Ex.-Sonae.com Ventures, S.G.P.S., SA ("Sonae.com Ventures")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%
XS – Comunicação, Informação e Lazer, S.A. ("XS" – usando a marca "Xis")	Maia	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas, concretizada através da revista Xis.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%

Todas as empresas foram incluídas na consolidação ao abrigo da alínea a) do nº1 do artº 1º do Decreto-Lei nº 238/91 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

Em virtude dos estatutos da Optimus, a SonaeCom, apesar de deter apenas 46,29% da referida empresa, detém 52,34% dos direitos de voto (Nota introdutória).

Devido ao controlo que exerce sobre os accionistas da Enabler UK, a SonaeCom, apesar de deter apenas 42,9% da referida empresa, detém o controlo sobre as suas gestão.

As empresas Douro, Enabler Brasil, Enabler UK, Fun Online, Miauger, Move On, Retailbox, Santo Bosque, S.I.R.S., We Do Brasil e XS foram incluídas pela primeira vez na consolidação da SonaeCom no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, tendo sido excluídas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 por imaterialidade, ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 238/91.

A empresa Bikini foi alienada à Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A., pela participada Sonae Matrix, em 31 de Dezembro de 2002.

A empresa Digitmarket, que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 era incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, foi, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a partir de 1 de Outubro, incluída pelo método integral, devido à aquisição de uma participação adicional de 30,1%, efectuada pela filial Sonae.com Sistemas de Informação (Nota 14).

2. Empresas excluídas da consolidação

As empresas excluídas da consolidação, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Contacto Útil – Serviços de Gestão de Atendimento a Clientes, S.A. (“Contacto Útil”)	Maia	Criação e gestão de centros de atendimento a clientes e call centers, incluindo a detenção do respectivo equipamento e restante infraestrutura associada.	Optimus	100%	46,29%	100%	45,89%
Investimento Directo – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. (“Investimento Directo” – usando a marca “Atrium”)	Lisboa	Intermediação na compra e venda de bens mobiliários.	SonaeCom	-	-	55%	55%
			Sonae.com Sistemas de Informação	55%	55%	-	-
M3G – Edições Digitais, S.A. (“M3G”)	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público.pt	100%	99,99%	100%	99,99%
Sonae Telecom, S.A.	Madrid	Inactiva.	SonaeCom	100%	100%	100%	100%

Todas as empresas foram excluídas da consolidação por imaterialidade ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto - Lei nº 238/91. A Investimento Directo foi excluída da consolidação pelo método integral mas incluída pelo método da equivalência patrimonial, dada a sua actividade diferenciada do resto do Grupo, conforme previsto no nº4 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91. As empresas excluídas, com a excepção da Investimento Directo, foram registadas ao custo de aquisição (Nota introdutória c)).

A empresa M3G foi excluída por imaterialidade apesar de se manter em actividade comercial corrente, dado o reduzido volume de actividade. As empresas Contacto Útil e Sonae Telecom, S.A. encontram-se inactivas.

3. Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As empresas associadas, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota introdutória c) e 18), em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A. (“Exit”)	Maia	Prestação de serviços de agência de viagens, turismo e lazer, através da internet.	Portais Verticais	75%	37,5%	75%	37,5%
Myplace – Conteúdos Imobiliários na Internet, S.A. (“Myplace” – usado a marca “Casaglobal”)	Maia	Criação e desenvolvimento de um portal na internet que agregue centralmente informação relativa à compra e venda de imóveis, bem como a criação de conteúdos relacionados.	Portais Verticais	66,67%	33,33%	66,67%	33,33%
Net Mall, S.G.P.S., S.A. (“Net Mall”)	Maia	Gestão de participações sociais.	Move On	-	-	50%	50%
			Sonae.com Sistemas de Informação	50%	50%	-	-
Portais Verticais.com, S.G.P.S., S.A. (“Portais Verticais”)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio dos portais verticais.	Sonae Matrix	50%	50%	50%	50%
Produções Digitais Online, S.A. (“Prodigio”)	Matosinhos	Prestação de serviços e comercialização de produtos no domínio da comunicação audiovisual, gráfica e telecomunicações.	Sonaetelecom BV	49%	49%	49%	49%
Unipress – Centro Gráfico, Lda. (“Unipress”)	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	40%	40%	40%	40%

A empresa Net Mall foi pela primeira vez contabilizada pelo método da equivalência patrimonial no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, não o tendo sido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 por imaterialidade.

4. Empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As empresas associadas, não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Enabler & Retail Consult, Gmbh	Alemanha	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	50%	33%	-	-
Global S – Centro Comercial, Lda.	Matosinhos	Prestação de serviços de tecnologias de informação, para a promoção e gestão de centros comerciais multimédia. Exploração de centro comercial (Global Shop).	Global S	99,7%	25%	99,7%	25%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2002		2001	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Global S – Consultadoria Empresarial, Lda.	Matosinhos	Produção, desenvolvimento, prestação de serviços e consultadoria nas áreas de criação de empresas de venda a retalho.	Global S	100%	25,1%	100%	25,1%
Global S – Distribuição e Logística, Lda.	Matosinhos	Distribuição de produtos, logística e gestão de armazéns e frota; prestação de serviços e consultadoria na área da distribuição e logística.	Global S	100%	25,1%	100%	25,1%
Global S – Hipermercado, Lda.	Matosinhos	Comércio a retalho, com predominância de produtos alimentares, bebidas e bens para o lar, através de diversos canais físicos ou virtuais, nomeadamente através de internet, TV e catálogo.	Global S Global S - Distribuição	-	-	75%	19%
				-	-	25%	4,7%
Global S – Marketing e Serviços, Lda.	Matosinhos	Consultadoria e prestação de serviços em marketing e publicidade.	Global S	75%	19%	75%	19%
Global S, S.G.P.S., S.A. (“Global S” – usando a marca “Global Shop”)	Matosinhos	Gestão de participações sociais.	Net Mall	50,1%	25,1%	50,1%	25,1%
Global S – Tecnologias de Informação, Lda.	Matosinhos	Desenvolvimento, produção, comercialização, formação e prestação de serviços no âmbito das tecnologias de informação, comunicação e segurança.	Global S	66,7%	17%	66,7%	17%
Situs – Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites, S.A. (“Situs”)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	50%	23,15%	-	-
Web.com, Software e Soluções Internet, S.A. (“Web.com”)	Lisboa	Produção de software e soluções para a internet e a intranet, comercialização de produtos informáticos, produção e publicação de conteúdos online.	Prodígio	100%	49%	100%	49%

Todas estas empresas foram excluídas da consolidação, por imaterialidade, ao abrigo do nº 1 do art.º 4º do Decreto - Lei nº 238/91, encontrando-se registadas ao custo de aquisição ou valor estimado de realização, quando mais baixo (Nota introdutória c)).

Em 9 de Janeiro de 2002, a Global S, S.G.P.S., S.A. alienou a sua participação de 75% na Global S – Hipermercado, Lda. e a Global S – Distribuição, Lda. alienou a sua participação de 25% na mesma empresa, à Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A (Nota 14).

A empresa Situs foi constituída pela participada Optimus, em 19 de Abril de 2002 (Nota 14).

A empresa Enabler & Retail Consult, GmbH foi constituída pela participada Enabler em 29 de Outubro de 2002 (Nota 14).

7. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era como segue:

Por actividade			Por categoria profissional		
	2002	2001		2002	2001
Rede móvel	1.070	1.128	Quadros	241	224
Rede fixa	311	412	Técnicos	1.984	2.027
Multimédia e internet	523	495	Administrativos	427	411
Sistemas de informação	718	592			
Outras	30	35			
TOTAL	2.652	2.662	TOTAL	2.652	2.662

Os colaboradores incluídos em outras actividades desempenham as suas funções nas “holdings” do Grupo.

O número de trabalhadores relativo às empresas que foram pela primeira vez incluídas no perímetro de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 (Notas 1 e 14) é de 100, sendo que 51 são relativos ao segmento de multimédia e internet e 49 ao segmento de sistemas de informação.

10. Diferenças de consolidação

10. a) Diferenças de consolidação positivas

O valor das diferenças de consolidação positivas, verificadas até 31 de Dezembro de 2002, bem como as amortizações acumuladas registadas até 31 de Dezembro de 2000 (Nota introdutória n)), foram como segue:

Subsidiária	Data	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Novis	Jan-98	11.996	5.437	6.559
IP Global	Mai-99 a Mai-02	7.483.295	908.864	6.574.431
Per-Mar	Dez-99	78.755	7.876	70.879
Harpa	Abr-00	698	55	643
Público.pt	Abr-00	450.015	33.753	416.262
Público	Abr-00	45.977.115	3.448.285	42.528.830
S.I.R.S.	Abr-00	233.017	-	233.017
Prodígio	Jun-00 a Nov-01	560.721	20.840	539.881
Enabler (ex- Celdata)	Jul-00	1.456.456	72.820	1.383.636
Investimento Directo	Dez-00	2.095.020	13.393	2.081.627
Lotes	Dez-00	1.234.943	-	1.234.943
Sidra	Jan-01	1.318.726	-	1.318.726
Douro	Mai-01	319.748	-	319.748
Santo Bosque	Mai-01	234.971	-	234.971
Miauger	Jul-02	249.732	-	249.732
		61.705.208	4.511.323	57.193.885

Em Maio de 2002, a Novis efectuou um pagamento adicional, no âmbito do contrato de aquisição da IP Global, no montante de Euro 399.038.

Em Julho de 2002, a Sonae Matrix adquiriu uma participação adicional de 30% da empresa Miauger, tendo esta aquisição gerando uma diferença de consolidação positiva de Euro 249.732.

Em Dezembro de 2002, a Sonaetelecom BV alienou 34% da sua participação na Retailbox. A variação da percentagem de interesse sobre a Enabler, detida pela Retailbox, originou uma diminuição de Euro 750.296 na diferença de consolidação positiva associada à Enabler, e uma redução de Euro 37.514 nas respectivas amortizações acumuladas a 31 de Dezembro de 2000, as quais foram transferidas transitoriamente para imobilizações incorpóreas e posteriormente anuladas por contrapartida de resultados do exercício, no âmbito do apuramento do resultado da variação da percentagem de interesse ao nível consolidado (Notas 14 e 45).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram incluídas pela primeira vez na consolidação da SonaeCom as empresas S.I.R.S., Douro e Santo Bosque, adquiridas em anos anteriores, tendo sido registadas as diferenças de consolidação correspondentes. Foi também incluída pela primeira vez na consolidação a empresa Miauger e, conseqüentemente, considerada a diferença de consolidação relativa à sua participada Lotes, adquirida em 2001 e objecto de uma fusão por incorporação nesse ano.

O valor líquido das diferenças de consolidação, à data de 31 de Dezembro de 2000, foi transferido para Outras Reservas. O valor bruto das diferenças de consolidação geradas em 2001 e 2002 foi também transferido para Outras Reservas, não tendo sido, nesses exercícios, registadas quaisquer amortizações (Notas introdutória n), 11, 14 e 53).

10. b) Diferenças de consolidação negativas

O valor das diferenças de consolidação negativas, verificadas até 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Subsidiária	Data	Valor bruto
Novis	Set-97	50.478
Per-Mar	Out-98	1.926
Digitmarket	Out-02	206.411
		<u>258.815</u>

Em Outubro de 2002, a filial Sonae.com Sistemas de Informação adquiriu uma participação adicional de 30,1% na filial Digitmarket, tendo esta aquisição gerado uma diferença de consolidação negativa de Euro 206.411.

As diferenças de consolidação negativas, acima discriminadas, reflectem a diferença negativa entre o valor de aquisição e o correspondente valor contabilístico, tendo sido, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, transferidas para a rubrica de Outras reservas (Notas introdutória n) e 53).

11. Disposições do POC derrogadas no exercício

A política contabilística utilizada, a partir de 1 de Janeiro de 2001, no tratamento das diferenças de consolidação (Nota introdutória n)) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Notas introdutória n), 10.a), 14 e 53). Os efeitos desta alteração de critério contabilístico estão indicados na Nota 14.

14. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Alterações de perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram incluídas pela primeira vez no perímetro de consolidação, pelo método integral, as empresas Douro, Enabler Brasil, Enabler UK, Fun Online, Miauger, Move On, Retailbox, Santo Bosque, S.I.R.S., We Do Brasil e XS (Nota 1). A filial Digitmarket foi incluída, pela primeira vez, pelo método integral, sendo que no exercício de 2001 foi incluída pelo método de equivalência patrimonial (Nota 1). Foi também incluída pela primeira vez no perímetro de consolidação, pelo método da equivalência patrimonial, a associada Net Mall (Nota 3).

Alterações de critérios contabilísticos

Até 31 de Dezembro de 2000, as diferenças de consolidação eram relevadas em rubrica autónoma do imobilizado incorpóreo e amortizadas em quotas constantes por duodécimos durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos (normalmente 10 anos). A partir de 1 de Janeiro de 2001 passaram a ser registadas directamente nos capitais próprios como uma redução do saldo da rubrica “Outras Reservas”. Em virtude da anulação do valor líquido contabilístico das Diferenças de consolidação existentes a 31 de Dezembro de 2001, o imobilizado incorpóreo e as outras reservas foram reduzidos em Euro 48.835.595 (Notas introdutória n), 10.a), 11 e 53). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram constatadas Diferenças de consolidação positivas no valor de Euro 3.154.248, as quais foram registadas como diminuição de Outras Reservas (Nota 53). Em consequência, os capitais próprios e as imobilizações incorpóreas apresentados em 31 de Dezembro de 2002 são inferiores em Euro 44.960.428 aos que resultariam da aplicação do anterior critério, considerando já o efeito no resultado líquido do exercício da não amortização de todas as diferenças de consolidação que é de Euro 6.144.733 e as amortizações deste exercício referentes a anos anteriores, que ascendem a Euro 246.931, bem como o efeito da variação da percentagem de interesse na filial Enabler, que é de Euro 637.751 (Notas 1 e 14).

O impacto destas alterações pode também apresentar-se da seguinte forma:

	Valor
Valor líquido das diferenças de consolidação em 31 de Dezembro de 2000	52.826.269
Diferenças de consolidação geradas em 2001	1.926.150
Amortizações referentes a 2001	(5.916.824)
Diferenças de consolidação geradas no exercício de 2002	3.154.248
Amortizações referentes ao exercício de 2002	(6.144.733)
Anulação de diferenças de consolidação e respectivas amortizações acumuladas relativas à variação de 34% na percentagem de interesse na filial Enabler	(637.751)
Amortizações referentes a anos anteriores das diferenças de consolidação geradas no exercício de 2002	(246.931)
Valor líquido das diferenças de consolidação em 31 de Dezembro de 2002	<u>44.960.428</u>

Alterações ocorridas no Grupo

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

14. a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% Participação
Sonae Matrix	Miauger	1-Jul-02	30%	100%
Sonae.com Sistemas de Informação	Digitmarket	13-Set-02	30,1%	75,1%

14. b) Constituições

Participante	Participada	Data	Valor capital	% Participação
Optimus	Situs	19-Abr-02	50.000	50%
Enabler	Enabler & Retail Consult, Gmbh	29-Out-02	25.000	50%

14. c) Aumentos de capital

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Aumentos de capital por entradas de dinheiro				
Sonae Investments / Sonae / Accionistas particulares	SonaeCom	Jul-02	45.250.000	100%
We Do	We Do Brasil	Ago-02	46.833	99,89%
Sonae Telecom 093X/IPE/France	Optimus	Out-02	47.613.532	46,29%
Telecom/Maxistar	Optimus	Out-02	52.386.468	53,71%
Aumentos de capital por entradas em espécie				
Sonaetelecom BV	Retailbox	Set-02	50.000	66%
SonaeCom	Sonaetelecom BV	Set-02	50.000	100%

Os aumentos de capital por entradas em espécie, subscritos pela SonaeCom na Sonaetelecom BV e pela Sonaetelecom BV na Retailbox, foram realizados com a entrega das acções representativas de 100% do capital da Enabler.

14. d) Operações internas

Compradora	Vendedora	Participada	Data	% Aquisição	% Participação
Sonae.com Sistemas de Informação	Move On	Net Mall	23-Dez-02	50%	50%
Sonae Matrix	SonaeCom	Clix	31-Dez-02	56,67%	56,67%
Sonae.com Sistemas de Informação	SonaeCom	Novis	31-Dez-02	35%	41,67%
Sonae.com Sistemas de Informação	SonaeCom	Investimento Directo	31-Dez-02	55%	55%

Estas operações não geraram qualquer resultado ao nível das contas consolidadas.

14. e) Alienações

Vendedora	Compradora	Participada	Data	% Alienação	% Participação
Global S	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Global S – Hipermercado, Lda.	9-Jan-02	75%	-
Global S – Distribuição e Logística, Lda.	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Global S – Hipermercado, Lda.	9-Jan-02	25%	-
Enabler	Paul Ivens	Enabler UK	28-Fev-02	2,5%	67,5%
Investimento Directo	Diversas entidades	Euronext NV	12 a 19-Jun-02	0,0034%	-
Enabler	Bruce Macgregor	Enabler UK	27-Nov-02	2,5%	65%
Sonaetelecom BV	Diversas entidades	Retailbox	30-Dez-02	34%	66%
Sonae Matrix	Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Bikini	31-Dez-02	100%	-

14. f) Prestações suplementares

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Sonaetelecom BV	We Do	Mai-02	1.750.000	100%
Sonae Matrix	Portais Verticais	Mai-02	1.180.000	50%
Impresa.com	Portais Verticais	Mai-02	1.180.000	50%
SonaeCom	Novis	Set-02	13.827.000	56,67%
France Telecom	Novis	Set-02	10.573.000	43,33%
Público	XS	Dez-02	1.084.000	100%
Público	Público.pt	Dez-02	2.656.000	100%
SonaeCom	Sonae Matrix	Dez-02	11.543.000	100%
SonaeCom	Sonae.com Sistemas de Informação	Dez-02	5.743.000	100%
SonaeCom	Sonae Telecom	Dez-02	112.300.817	100%
Sonae Matrix	Portais Verticais	Dez-02	1.576.500	50%
Impresa.com	Portais Verticais	Dez-02	1.576.500	50%
Sonae Matrix	Miauger	Dez-02	1.527.000	100%
SonaeCom	Novis	Dez-02	33.433.333	56,67%
France Telecom	Novis	Dez-02	25.566.667	43,33%
Sonae Matrix	Bikini	Dez-02	2.853.857	-

14. g) Coberturas de prejuízos

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Sonaetelecom BV	Público	Mai-02	508.000	99,99%
Público	Público.pt	Mai-02	1.050.000	100%
SonaeCom	Sonae Matrix	Mai-02	2.370.000	100%
Público	XS	Mai-02	1.175.000	100%
SonaeCom	Sonae.com Sistemas de Informação	Mai-02	1.170.000	100%
Sonae Matrix	Bikini	Mai-02	915.000	-
Sonae Matrix	Fun Online	Mai-02	695.000	100%
Sonae Matrix	Douro	Mai-02	335.000	100%
Sonae Matrix	Miauger	Mai-02	1.600.000	100%

14. h) Reduções de capital

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Público	Público.pt	Jul-02	1.453.615	100%
Público	XS	Ago-02	100.000	100%
Sonaetelecom BV	Público	Set-02	14.657.140	99,99%
Público	S.I.R.S.	Set-02	320.000	100%
Portais Verticais	Exit	Out-02	2.160.000	75%

18. Opção utilizada na contabilização de participações em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Notas introdutória c) e 3), com a excepção do mencionado na Nota 4.

Os investimentos em empresas associadas que não são considerados materialmente relevantes são registados ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, se mais baixo.

De acordo com o referido método, a diferença entre o respectivo custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data de aquisição é considerada diferença de consolidação (Notas 10 e 14). Os resultados líquidos apurados pelas empresas participadas são registados, a partir da data de aquisição, como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados (Nota 44).

21. Compromissos financeiros não incluídos no balanço consolidado

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros era como segue:

	2002	2001
Investimento da área técnica	52.923.425	64.430.629
Investimento em sistemas de informação	4.138.202	7.497.472
	<u>57.061.627</u>	<u>71.928.101</u>

22. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, tinha a seguinte composição :

Beneficiário da garantia	Descrição	2002	2001
Banco Europeu de Investimento	Financiamento	249.398.000	249.398.000
ABN AMRO Bank, NV, CISF-Banco de Investimento, S.A. e Banco Europeu de Investimento	Penhor de 51% das acções da Optimus para garantia de um financiamento desta participada (Notas 34 e 54)	87.927.366	67.654.093
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolsos de IVA	2.950.424	8.011.055
ANACOM (a)	Licença UMTS	2.493.989	2.493.989
ANACOM (a)	Licença GSM	-	1.047.476
ANACOM (a)	Licença Rede Fixa	648.437	648.437
Prisvideo	Contrato DVD's	300.000	-
Tribunal Trabalho Lisboa Secretário do Tribunal Arbitral	Processo de execução nº 199A/92 Garantir a obrigação de reembolso dos preparos adiantados pela parte vencedora no processo movido contra a Maxistar (Nota 60)	271.511 239.876	271.511 -
Fazenda Pública Porto Lisgráfica (b)	Processo de execução fiscal nº3190/98 Acções dos processos nºs 3768A e 820/95	209.495 131.254	209.495 1.708.847
Outros		484.571	666.206
		<u>345.054.923</u>	<u>332.109.109</u>

(a) Autoridade Nacional de Comunicações (anteriormente ICP – Instituto de Comunicações de Portugal).

(b) O processo judicial que envolveu a filial Público e a Lisgráfica e motivou a garantia acima referida, encontra-se resolvido por mútuo acordo. Em 31 de Dezembro de 2002, esta garantia não foi ainda cancelada na totalidade, por razões processuais.

23. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados

As bases de apresentação e os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se divulgadas na Nota introdutória ao presente anexo.

24. Cotações utilizadas

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio (expressas em Euro) para converter para Euro os activos e passivos expressos em moeda estrangeira (Nota introdutória k)):

	2002	2001
Dólares dos Estados Unidos	0,95356	1,13469
Libras esterlinas	1,53728	1,64339
Francos suíços	0,68852	0,67435
Reais brasileiros	0,26937	0,48866
Direitos especiais de saque	1,32732	1,42474

25. Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, estas rubricas (Nota introdutória a)) tinham a seguinte composição (ver também Nota 27):

	2002	2001
Despesas de funcionamento anteriores ao início de actividade das filiais	22.167.817	29.075.257
Campanhas de publicidade	18.531.241	18.242.353
Consultadoria relacionada com a instalação das empresas e o desenvolvimento dos negócios	14.072.167	9.686.341
Estudos de marketing e vendas	9.866.282	21.320.014
Estudos de desenvolvimento da rede móvel	5.245.219	2.895.686
Desenvolvimento de novos projectos	4.028.886	2.775.294
Serviços de informática e desenvolvimento de software	2.494.134	4.380.534
Serviços Técnicos	2.315.435	2.368.423
Despesas com o IPO da SonaeCom	1.646.133	1.646.133
Estudo de admissão a concurso de licença de operador	785.771	785.771
Desenvolvimento da rede e de sistemas	509.458	1.317.545
Formação	-	667.841
Outras despesas de instalação	4.991.196	5.917.231
Outras despesas de investigação e desenvolvimento	35.986	1.481.269
	86.689.725	102.559.692
Amortizações acumuladas	(59.154.853)	(65.926.227)
	27.534.872	36.633.465

O aumento de consultadoria relacionada com a instalação das empresas e o desenvolvimento dos negócios, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, refere-se, essencialmente, à entrada de novas empresas no perímetro de consolidação (Notas 1 e 14).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as filiais Clixgest, Optimus, Novis, Douro, Per-Mar, Público e Santo Bosque e a SonaeCom procederam ao abate de Despesas de instalação e investigação e desenvolvimento totalmente amortizadas, no valor total de Euro 34.433.626.

A filial Optimus transferiu para imobilizado incorpóreo firme o valor de Euro 5.237.375 relativo a desenvolvimento da rede GPRS, que em 2001 se encontrava classificado em imobilizado incorpóreo em curso.

27. Movimento do activo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram os seguintes:

Activo bruto	Saldo inicial	Novas Empresas	Aumentos	Transferências	Alienações e Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	96.958.944	8.881.627	2.913.983	5.666.428	(33.719.327)	80.701.655
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.600.748	19.204	206.518	1.262.082	(1.100.482)	5.988.070
Propriedade industrial e outros direitos	3.876.104	224.081	130.234	24.408	(21.531)	4.233.296
Imobilizações em curso	122.574.736	4.435	21.296.300	(21.706.768)	(265.292)	121.903.411
Diferenças de consolidação	-	-	3.154.248	-	(3.154.248)	-
	<u>229.010.532</u>	<u>9.129.347</u>	<u>27.701.283</u>	<u>(14.753.850)</u>	<u>(38.260.880)</u>	<u>212.826.432</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	774.389	-	-	-	-	774.389
Edifícios e outras construções	130.271.234	335.616	5.753.991	16.765.204	(817.493)	152.308.552
Equipamento básico	485.134.391	5.177.882	14.617.553	43.807.594	(1.408.819)	547.328.601
Equipamento de transporte	137.866	46.688	470.848	-	(494.801)	160.601
Ferramentas e utensílios	1.124.923	14.826	15.859	36.609	(215)	1.192.002
Equipamento administrativo	139.809.750	485.412	11.803.923	43.794.824	(5.906.406)	189.987.503
Outras imobilizações corpóreas	1.067.211	171.471	392.031	(43.709)	(843)	1.586.161
Imobilizações em curso	38.893.551	80.877	77.958.454	(89.606.672)	(232.398)	27.093.812
	<u>797.213.315</u>	<u>6.312.772</u>	<u>111.012.659</u>	<u>14.753.850</u>	<u>(8.860.975)</u>	<u>920.431.620</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital empresas grupo	7.641.353	(2.253.225)	-	309.257	(50.000)	5.647.385
Empréstimos a empresas grupo	14.344.547	(14.344.547)	-	-	-	-
Partes capital empres. associadas	2.359.235	-	12.500	(1.347.111)	-	1.024.624
Empréstimos a empresas associadas	6.747.577	(1.008.694)	253.000	(1.576.500)	(1.805.601)	2.609.782
Títulos e outras aplic. financeiras	12.890.303	-	1.180.000	1.576.500	-	15.646.802
Outros empréstimos concedidos	24.316	-	254.689	-	(172.870)	106.135
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	100.000	-	-	(25.000)	(75.000)	-
	<u>44.107.331</u>	<u>(17.606.466)</u>	<u>1.700.189</u>	<u>(1.062.854)</u>	<u>(2.103.471)</u>	<u>25.034.728</u>
Amortizações e provisões						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	62.465.759	1.344.806	24.990.444	(416.870)	(33.538.850)	54.845.289
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.460.468	19.204	2.111.947	(181.573)	(1.100.482)	4.309.564
Propriedade industrial e outros direitos	2.454.821	43.230	952.004	-	(12.070)	3.437.985
	<u>68.381.048</u>	<u>1.407.240</u>	<u>28.054.395</u>	<u>(598.443)</u>	<u>(34.651.402)</u>	<u>62.592.838</u>
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	29.727.652	184.302	14.487.764	-	(16.956)	44.382.762
Equipamento básico	126.203.990	1.499.332	63.966.201	169.668	(598.190)	191.241.001
Equipamento de transporte	85.047	22.768	26.504	-	(10.182)	124.137
Ferramentas e utensílios	716.277	12.859	232.301	226	(22)	961.641
Equipamento administrativo	63.614.059	212.411	44.890.261	436.939	(5.324.987)	103.828.683
Outras imobilizações corpóreas	208.308	75.385	359.368	(8.394)	(117)	634.550
	<u>220.555.333</u>	<u>2.007.057</u>	<u>123.962.399</u>	<u>598.439</u>	<u>(5.950.454)</u>	<u>341.172.773</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital empresas grupo	4.010.523	-	-	(4.010.523)	-	-
Partes capital empres. associadas	-	25.000	399.939	(25.000)	-	399.939
Empréstimos a empresas associadas	-	573.741	-	(573.741)	-	-
Títulos e outras aplicações financeiras	-	-	10.254.000	-	-	10.254.000
Outros empréstimos concedidos	-	-	81.819	-	-	81.819
	<u>4.010.523</u>	<u>598.741</u>	<u>10.675.758</u>	<u>(4.609.264)</u>	<u>-</u>	<u>10.675.758</u>

A coluna relativa a Novas empresas refere-se aos saldos iniciais respeitantes às empresas incluídas pela primeira vez na consolidação (Digitmarket, Douro, Enabler Brasil, Enabler UK, Fun Online, Miauger, Move On, Retailbox, Santo Bosque, S.I.R.S., We Do Brasil e XS).

A diferença entre os aumentos de amortizações e o valor registado na rubrica Amortizações do exercício pode resumir-se como segue :

	Valor
Amortizações do exercício	150.176.401
Aumentos extraordinários de amortizações na filial Novis (Nota 45)	986.315
Correcção ao ajustamento de harmonização de taxas de amortização da filial Público, excluindo efeito fiscal, registada em resultados transitados	(541.777)
Anulação da demonstração dos resultados da filial Digitmarket na data de entrada no perímetro de consolidação pelo método integral	1.406.203
Outros	(10.348)
	<u>152.016.794</u>

Os aumentos de provisões para investimentos financeiros encontram-se registados em Custos financeiros (Euro 10.675.758) (Nota 44).

Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os principais movimentos nos activos incorpóreos e corpóreos (Notas introdutórias a) e b)), foram os seguintes:

Rubrica	Descrição dos principais itens	Aumentos / (Diminuições)
Despesas de instalação	Despesas incorridas no período de arranque das filiais incluídas pela primeira vez na consolidação deste exercício.	8.881.627
Despesas de instalação	Abate de imobilizações incorpóreas, na sua maioria, totalmente amortizadas.	(33.719.327)
Despesas de instalação	As transferências incluem, sobretudo, estudos de desenvolvimento da rede da filial Optimus na tecnologia GPRS, transferidos neste exercício de imobilizado em curso incorpóreo para despesas de instalação.	5.666.428
Despesas de investigação e desenvolvimento	As transferências referem-se sobretudo a consultadoria associada à rede fixa da filial Novis.	1.262.082
Despesas de investigação e desenvolvimento	Abate de despesas totalmente amortizadas.	(1.100.482)
Imobilizações em curso (incorpóreas)	Investimentos em desenvolvimento da rede e software, transferidos na sua maioria para imobilizado corpóreo e para despesas de instalação.	(21.706.768)
Edifícios e outras construções	Os aumentos e transferências incluem, sobretudo, a componente de construção civil das centrais de transmissão.	22.519.195
Equipamento básico	Os aumentos e transferências referem-se essencialmente a equipamento técnico das centrais de transmissão e desenvolvimento da rede.	58.425.147
Equipamento administrativo	Os aumentos e transferências referem-se essencialmente ao investimento em software e hardware e aos telemóveis cedidos aos clientes em regime de comodato.	55.598.747

Imobilizado em curso

O Imobilizado em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Incorpóreo :		
Licença UMTS (1)	99.759.579	99.759.579
Estudos de desenvolvimento da rede UMTS (1), incluindo encargos financeiros capitalizados (Nota introdutória o) e 28)	21.923.190	20.233.971
Desenvolvimento de novos projectos	220.642	713.570
Consultadoria associada a novos produtos e serviços	-	1.809.607
Outras despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento	-	58.009
	<u>121.903.411</u>	<u>122.574.736</u>
Corpóreo :		
Desenvolvimento da rede móvel	17.545.367	21.413.738
Desenvolvimento da rede fixa	4.958.253	6.081.458
Desenvolvimento de software	4.375.991	4.830.670
Obras em edifícios	125.388	4.008.386
Outros projectos em curso	88.813	2.559.299
	<u>27.093.812</u>	<u>38.893.551</u>

(1) Universal Mobile Telecommunications Service

Durante o ano de 2002, a ANACOM tomou a decisão de adiar por um ano o início da prestação de serviços de telecomunicações móveis utilizando a tecnologia UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service). O Conselho de Administração da SonaeCom mantém a confiança na viabilidade económica e financeira dos investimentos efectuados e a efectuar, tendo por base o esperado sucesso comercial dos serviços baseados na tecnologia UMTS.

Investimentos financeiros

As variações ocorridas nas rubricas de Investimentos financeiros compõem-se como se segue:

	Saldo inicial	Novas Empresas	Aumentos	Transferências	Alienações e Abates	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo:						
Investimento Directo	4.928.490	-	-	309.257	-	5.237.747
M3G	299.363	-	-	-	-	299.363
Sonae Telecom, S.A.	60.275	-	-	-	-	60.275
Contacto Útil	50.000	-	-	-	-	50.000
Enabler Brasil	25.700	(25.700)	-	-	-	-
Retailbox BV	20.000	(20.000)	-	-	-	-
Enabler UK	1.601	(1.601)	-	-	-	-
Douro	279.715	(279.715)	-	-	-	-
S.I.R.S.	226.360	(226.360)	-	-	-	-
XS	150.000	(150.000)	-	-	-	-
Santo Bosque	117.326	(117.326)	-	-	-	-
Move On	1.347.523	(1.347.523)	-	-	-	-
Bikini	50.000	-	-	-	(50.000)	-
Fun Online	50.000	(50.000)	-	-	-	-
Miauger	35.000	(35.000)	-	-	-	-
	<u>7.641.353</u>	<u>(2.253.225)</u>	<u>-</u>	<u>309.257</u>	<u>(50.000)</u>	<u>5.647.385</u>

Conforme referido na Nota 2, a Investimento Directo foi excluída da consolidação por ter uma actividade diferenciada (nº 4 do art. 4º do Decreto-Lei nº 238/91), encontrando-se registada pelo método da equivalência patrimonial (Notas introdutória c) e 2).

Conforme referido na Nota 1, as filiais Douro, Enabler Brasil, Enabler UK, Fun Online, Miauger, Move On, Retailbox, Santo Bosque, S.I.R.S., We Do Brasil e XS, foram incluídas pela primeira vez na consolidação pelo método integral no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002. A filial Bikini foi alienada em 31 de Dezembro de 2002 (Nota 1).

O valor das transferências diz respeito à aplicação do método da equivalência patrimonial na filial Investimento Directo (Nota 2).

	Saldo inicial	Novas Empresas	Aumentos	Transferências	Alienações e Abates	Saldo final
Empréstimos a empresas do grupo:						
Fun Online	4.122.134	(4.122.134)	-	-	-	-
Bikini	3.738.857	(3.738.857)	-	-	-	-
XS	1.166.550	(1.166.550)	-	-	-	-
Enabler Brasil	154.197	(154.197)	-	-	-	-
Enabler UK	99.856	(99.856)	-	-	-	-
Miauger	4.928.123	(4.928.123)	-	-	-	-
Santo Bosque	74.976	(74.976)	-	-	-	-
S.I.R.S.	34.915	(34.915)	-	-	-	-
Douro	24.939	(24.939)	-	-	-	-
	<u>14.344.547</u>	<u>(14.344.547)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A totalidade destes empréstimos foi anulada na consolidação do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, devido às inclusões no perímetro de consolidação e à alienação da filial Bikini (Notas 1 e 14).

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Novas Empresas</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Alienações e Abates</u>	<u>Saldo final</u>
Partes de capital em empresas associadas:						
Unipress	642.288	-	-	4.897	-	647.185
Digitmarket	1.155.212	-	-	(1.155.212)	-	-
Prodígio	561.735	-	-	(221.796)	-	339.939
Situs	-	-	-	25.000	-	25.000
Enabler & Retail Consult	-	-	12.500	-	-	12.500
	<u>2.359.235</u>	<u>-</u>	<u>12.500</u>	<u>(1.347.111)</u>	<u>-</u>	<u>1.024.624</u>

A filial Digitmarket foi, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, incluída no perímetro de consolidação pelo método integral (Notas 1 e 14).

As transferências nas associadas Unipress e Prodígio e, em parte, na filial Digitmarket, dizem respeito à aplicação do método da equivalência patrimonial.

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Novas Empresas</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Alienações e Abates</u>	<u>Saldo final</u>
Empréstimos a empresas associadas:						
Portais Verticais	5.165.142	-	-	(1.576.500)	(1.805.000)	1.783.642
Digitmarket	1.582.435	(1.582.435)	-	-	-	-
Net Mall	-	573.741	253.000	-	(601)	826.140
	<u>6.747.577</u>	<u>(1.008.694)</u>	<u>253.000</u>	<u>(1.576.500)</u>	<u>(1.805.601)</u>	<u>2.609.782</u>

A transferência na filial Portais Verticais refere-se à conversão de suprimentos em prestações acessórias.

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Novas Empresas</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Alienações e Abates</u>	<u>Saldo final</u>
Outros empréstimos concedidos:						
Altitude Software, BV	-	-	254.689	-	(172.870)	81.819
S.E.S.I.	24.316	-	-	-	-	24.316
	<u>24.316</u>	<u>-</u>	<u>254.689</u>	<u>-</u>	<u>(172.870)</u>	<u>106.135</u>

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Novas Empresas</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Alienações e Abates</u>	<u>Saldo final</u>
Títulos e outras aplicações financeiras:						
Altitude Software BV	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Despegar.com	2.539.229	-	-	-	-	2.539.229
Portais Verticais	-	-	1.180.000	1.576.500	-	2.756.500
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	197.344	-	-	-	-	197.344
SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A.	146.248	-	-	-	-	146.248
NP – Notícias Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviços de Informação, C.R.L.	7.482	-	-	-	-	7.482
	<u>12.890.303</u>	<u>-</u>	<u>1.180.000</u>	<u>1.576.500</u>	<u>-</u>	<u>15.646.802</u>

28. Custos financeiros capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, e até ao dia 30 de Dezembro de 2002, foram capitalizados juros suportados e outros encargos financeiros com o financiamento destinado ao pagamento da licença UMTS obtida pela filial Optimus, bem como posteriores investimentos da mesma filial no desenvolvimento do projecto UMTS. O valor dos custos financeiros capitalizados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 ascende a Euro 4.932.024, tendo sido reflectidos, quase na totalidade, em Imobilizado incorpóreo em curso (Notas introdutória o) e 27).

Após 31 de Dezembro de 2002, inclusive, e em consequência de anúncio pela ANACOM do adiamento do arranque da oferta comercial de serviços utilizando a tecnologia UMTS, foi suspensa a capitalização dos encargos financeiros acima referidos.

30. Diferenças entre custo de aquisição e preço de mercado em elementos do activo circulante

Em 31 de Dezembro de 2002, a provisão para depreciação de existências reflecte a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado de telemóveis em armazém (Nota introdutória e)).

33. Dívidas vincendas a mais de 5 anos

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor dos empréstimos bancários de longo prazo a serem reembolsados a mais de 5 anos é de Euro 74.819.600 (Nota 54).

34. Dívidas cobertas por garantias reais

Em 31 de Dezembro de 2002, 51% das acções da Optimus detidas pela Sonae Telecom estavam penhoradas para garantia de um financiamento desta participada (Nota 54). O valor contabilístico destas acções, àquela data, ascendia a Euro 87.927.366 (Nota 22), sendo o valor do empréstimo, também naquela data, de Euro 365.393.101 (Nota 54.a)).

36. Vendas e prestações de serviços por mercados

As vendas e prestações de serviços realizadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, distribuíram-se por mercados geográficos da seguinte forma:

	2002	2001
Mercado interno		
Vendas de mercadorias e produtos	78.598.307	89.203.725
Prestação de serviços	654.738.979	608.245.582
	<u>733.337.286</u>	<u>697.449.307</u>
Mercado externo		
Vendas de mercadorias e produtos	100.430	17.520
Prestação de serviços	59.214.321	33.948.181
	<u>59.314.751</u>	<u>33.965.701</u>

As prestações de serviços para o mercado externo respeitam sobretudo à filial Optimus e referem-se à facturação de “roaming” a operadores internacionais.

38. Impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base no resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando cada uma das subsidiárias isoladamente.

Conforme a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de seis anos, podendo ser deduzidos a lucros fiscais apurados nesse período.

Tendo em conta a maturidade e o cumprimento dos planos de negócios das filiais Optimus, Clixgest, Público e WeDo, foram registados nestas empresas, os Activos por impostos diferidos decorrentes dos prejuízos fiscais reportáveis e das diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28, pelo método do Balanço (Nota introdutória j)) e uma vez que existem expectativas razoáveis e fundamentadas da recuperabilidade daqueles prejuízos fiscais através do cumprimento dos planos de negócios e de operações financeiras a realizar nos próximos dois exercícios.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2002, os movimentos no valor dos activos por impostos diferidos, cujos reforços e registos se referem a prejuízos fiscais reportáveis e outras diferenças temporárias, foram como se segue:

	<u>Valor</u>
Activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2001	44.128.272
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias na Optimus	12.062.398
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias na Clixgest	2.395.447
Correcção à estimativa da matéria tributável em 31 de Dezembro de 2001 da Optimus	1.190.273
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias na WeDo referentes a 2002	1.138.011
Prejuízos tributáveis e diferenças temporárias no Público	928.388
Correcção à estimativa da matéria tributável em 31 de Dezembro de 2001 da We Do	594.129
Anulação dos activos por impostos diferidos reconhecidos em 2000 na SonaeCom	(103.000)
Ajustamento de harmonização das taxas de amortização da Público com as taxas adoptadas ao nível do Grupo	(271.479)
Activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2002 (Nota 52)	<u>62.062.439</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos por impostos diferidos foram calculados utilizando uma taxa de imposto agregada (incluindo derrama) de 33%.

As correcções à estimativa da matéria tributável do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 das filiais Optimus e We Do dizem respeito, essencialmente, à subavaliação do valor dos benefícios fiscais referentes a 2001, apurados de forma definitiva em Maio de 2002.

O montante referente ao ajustamento de harmonização das taxas de amortização da Público com as taxas adoptadas ao nível do grupo, inclui uma correcção ao ajustamento efectuado em 2001, no montante de Euro 177.911, contabilizada por contrapartida de Resultados transitados.

Em 31 de Dezembro de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis das filiais Novis e Público.pt ascendem a aproximadamente Euro 205.847.000 e Euro 6.232.742, respectivamente. Dado o estado inicial de implementação dos planos de negócios e do mercado de publicidade on-line, no caso do Público.pt, não foram reconhecidos os activos por impostos diferidos correspondentes, que ascenderiam a Euro 67.929.510 e Euro 2.056.805, respectivamente.

Os impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2002, no montante de Euro 62.062.439, incluem um valor de Euro 8.808.869 relativo aos prejuízos tributáveis de 1998 da filial Optimus, que terá que ser utilizado até ao final de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2002, encontravam-se ainda registados impostos diferidos passivos no valor de Euro 267.918, relativos à reserva de reavaliação da filial Per-Mar (Notas 41 e 42).

39. Remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da SonaeCom, nas empresas incluídas na consolidação, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ascenderam a Euro 1.431.980.

41. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação

A reavaliação efectuada no imóvel detido pela Per-Mar (Nota 42), registada em 31 de Dezembro de 1998, baseou-se numa avaliação do valor de mercado efectuada em Janeiro de 1999, por uma entidade independente e especializada. Em Dezembro de 2000 e 2002, foram efectuadas novas avaliações que confirmaram o valor considerado.

42. Quadro discriminativo das reavaliações

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor dos activos reavaliados (Nota 41), líquidos de amortizações, era como segue:

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	480.093	294.296	774.389
Edifícios e outras construções	107.113.917	811.873	107.925.790
Equipamento básico	356.087.600	-	356.087.600
Equipamento de transporte	36.464	-	36.464
Ferramentas e utensílios	230.361	-	230.361
Equipamento administrativo	86.158.820	-	86.158.820
Outras imobilizações corpóreas	951.611	-	951.611
Imobilizações em curso	27.093.812	-	27.093.812
	<u>578.152.678</u>	<u>1.106.169</u>	<u>579.258.847</u>

44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
Custos e perdas:		
Juros suportados (Nota 54)	18.282.213	21.188.685
Provisões para investimentos financeiros (Notas 27 e 46)	10.675.758	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota introdutória k))	894.815	505.083
Descontos de pronto pagamento concedidos	305.270	415.511
Perdas relativas a empresas associadas (Notas 3, 18 e 27)	845.301	4.007.954
Outros custos e perdas financeiras	9.209.100	6.889.898
Resultados financeiros	(35.880.999)	(27.131.460)
	<u>4.331.458</u>	<u>5.875.671</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	3.063.842	5.252.111
Ganhos relativos a empresas associadas (Notas 3, 18 e 27)	597.626	36.438
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota introdutória k))	657.059	484.479
Descontos de pronto pagamento obtidos	9.492	102.605
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.439	38
	<u>4.331.458</u>	<u>5.875.671</u>

O valor das Provisões para investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 diz respeito a provisões destinadas a fazer face a perdas potenciais na realização dos investimentos nas participadas Altitude Software BV e Despegar e na associada Prodígio.

O valor de Perdas relativas a empresas associadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização da participação na Digitmarket, até 30 de Setembro de 2002, sendo que, após essa data, a empresa foi incluída no perímetro de consolidação pelo método integral (Notas 1, 14 e 27).

O valor de Ganhos relativos a empresas associadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização das participações na Investimento Directo (Euro 544.804), Prodígio (Euro 47.924) e Unipress (Euro 4.898).

Os Outros custos e perdas financeiros, no valor de Euro 9.209.100, dizem respeito, essencialmente, à filial Optimus e referem-se sobretudo a comissões devidas pela utilização por clientes Optimus de Terminais de Pagamento Automático nas lojas próprias e em terminais Multibanco e a encargos com a garantia bancária associada ao financiamento de médio e longo prazo (Notas 22 e 54).

Os Juros obtidos incluem Euro 2.008.351 referentes à cessão de fundos de curto prazo à Sonae (Nota 51).

45. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
Custos e perdas:		
Donativos	215.568	187.488
Dívidas incobráveis	155.424	978.483
Perdas em existências	2.149.853	2.161.558
Perdas em imobilizações	4.595.795	1.321.188
Multas e penalidades	569.469	148.476
Aumento de amortizações e provisões (Nota 46)	5.332.915	7.502.735
Correcções relativas a exercícios anteriores	7.631.775	2.072.715
Outros custos e perdas extraordinárias	1.772.114	1.957.901
Resultados extraordinários	(14.056.398)	(12.071.416)
	<u>8.366.515</u>	<u>4.259.129</u>
Proveitos e ganhos:		
Restituição de impostos	440.658	72.830
Recuperação de dívidas	67.802	-
Ganhos em existências	577.828	696.289
Ganhos em imobilizações	425.271	284.051
Benefícios de penalidades contratuais	1.613.559	226.994
Reduções em amortizações e provisões (Nota 46)	4.140.459	2.173.747
Correcções relativas a exercícios anteriores	506.539	787.862
Outras proveitos e ganhos extraordinários	594.399	17.356
	<u>8.366.515</u>	<u>4.259.129</u>

As Perdas em existências dizem quase integralmente respeito a abates e quebras de inventário. Os Ganhos em existências referem-se sobretudo a sobras de inventário.

As Perdas em imobilizações incluem as menos-valias geradas pela alienação da participação na filial Bikini (Nota 14) e pela variação de percentagem de interesse na filial Enabler (Nota 14), bem como a alienação de telemóveis cedidos a clientes em regime de comodato.

O Aumento de amortizações e provisões refere-se, essencialmente, à amortização extraordinária de custos com a remodelação e beneficiação de um edifício arrendado pela filial Novis, na sequência da rescisão do respectivo contrato de arrendamento, no valor de Euro 986.315 (Nota 27), e a provisões para perdas resultantes da desvalorização de activos, no valor de Euro 4.245.061 (Nota 46).

As Reduções de amortizações e provisões dizem respeito, principalmente, à anulação parcial da provisão para depreciação de existências na filial Optimus, à utilização parcial da provisão para outros riscos e encargos na filial Público, e à redução da provisão para outros riscos e encargos na filial Sonae Matrix, esta última no montante de Euro 1.920.000 (Nota 46).

Os Custos com correcções relativas a exercícios anteriores incluem o montante de Euro 4.500.000 relativo a correcção dos proveitos diferidos resultantes do tráfego adquirido por clientes de produtos pré-pagos da filial Optimus no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 e anos anteriores, em resultado de correcção de anomalias detectadas nos sistemas informáticos de suporte ao registo dos referidos proveitos. Incluem ainda correcções às vendas de mercadorias e outros custos.

Os Outros custos e perdas extraordinários incluem Euro 1.154.906 relativos a indemnizações pagas no âmbito do redimensionamento dos efectivos da filial Público, com a correspondente anulação da provisão constituída no exercício anterior incluída na rubrica Reduções de amortizações e provisões.

A rubrica de benefícios de penalidades contratuais inclui o montante de Euro 1.550.000, que corresponde a uma indemnização a receber da empresa Maxistar – Comunicações Pessoais, S.A. referente a um processo por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, instaurado em 2000 pelos restantes accionistas da Optimus. Em acórdão de 13 de Janeiro de 2003, o Tribunal Arbitral tomou decisão, dando razão aos restantes accionistas da Optimus, condenando a Maxistar ao pagamento de uma indemnização no valor de Euro 2.344.350, acrescida de juros legais moratórios a contar desde 13 de Janeiro de 1999, ou, em alternativa, concedendo aos restantes accionistas a opção de compra das acções da Optimus detidas pela Maxistar, sendo a parcela correspondente à SonaeCom de Euro 1.550.000.

46. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Novas Empresas</u>	<u>Aumento</u>	<u>Utilização e Redução</u>	<u>Saldo final</u>
Provisão para cobranças duvidosas	43.215.993	135.637	21.664.661	(1.666.788)	63.349.503
Provisão para depreciação de existências	6.480.262	-	4.437.143	(2.680.777)	8.236.628
Provisão para outros riscos e encargos	2.301.420	111.441	10.567.714	(2.696.507)	10.284.068
Provisão para investimentos financeiros	<u>4.010.523</u>	<u>598.741</u>	<u>10.675.758</u>	<u>(4.609.264)</u>	<u>10.675.758</u>
	<u>56.008.198</u>	<u>845.819</u>	<u>47.345.276</u>	<u>(11.653.336)</u>	<u>92.545.957</u>

O aumento da Provisão para cobranças duvidosas inclui, essencialmente, para além do montante de Euro 19.494.586 registado em Provisões do exercício, o valor de Euro 2.169.772 resultante de uma reclassificação do valor registado em 31 de Dezembro de 2001 na rubrica de Acréscimos de proveitos, referente a notas de crédito a emitir a clientes.

A redução da Provisão para cobranças duvidosas diz respeito essencialmente à emissão de notas de crédito a clientes, que se encontravam provisionadas em 31 de Dezembro de 2001, tendo sido efectuada a utilização directa da provisão.

A redução da Provisão para depreciação de existências (Nota introdutória e)) inclui o abate e venda de material deteriorado, que se encontrava provisionado em 31 de Dezembro de 2001, no montante de Euro 1.290.973, e a uma utilização directa da provisão no montante de Euro 1.389.804.

O aumento da Provisão para riscos e encargos (Nota introdutória i)) resume-se como segue :

	<u>Valor</u>
Provisão para perdas decorrentes da desvalorização de activos, registada em custos extraordinários (Nota 45)	4.245.061
Reclassificação de provisão para investimentos financeiros para provisão para outros riscos e encargos, relativa a provisões para desvalorização de activos constituídas no ano anterior	1.836.000
Provisão resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas (Notas 3 e 18)	1.615.137
Provisão para contingências e processos judiciais em curso	986.000
Provisão para reestruturação do número de efectivos	953.000
Reclassificação de provisão para investimentos financeiros, constituída pela filial Move On para perdas de valor das suas participadas, para provisão para outros riscos e encargos, após inclusão da referida filial no perímetro de consolidação	573.741
Provisão para planos de “stock options”	342.800
Outros	15.975
	<u><u>10.567.714</u></u>

A redução da Provisão para outros riscos e encargos refere-se, essencialmente, à anulação de provisão para desvalorização de activos em resultado da alienação da filial Bikini, no montante de Euro 1.920.000, e à utilização parcial da provisão para fazer face a processos judiciais em curso na filial Público, ambas registadas como proveitos extraordinários (Nota 45).

A Provisão para investimentos financeiros, no montante de Euro 10.675.758 foi criada para fazer face à perda estimada de valor de realização de investimentos em algumas participadas, e está registada em custos financeiros (Nota 44).

A redução na Provisão para investimentos financeiros refere-se essencialmente à utilização dos valores constituídos no ano anterior, que se destinavam a filiais que, este exercício, passaram a ser incluídas na consolidação e à reclassificação referida no quadro acima.

O valor registado em Provisões do exercício, no montante de Euro 27.762.868, é composto, essencialmente, pelos referidos reforços de provisão para cobranças duvidosas (Euro 19.494.586), provisão para existências (Euro 4.437.143), e provisão para riscos e encargos resultante de aplicação do método de equivalência patrimonial, contingências e processos judiciais em curso, reestruturação de efectivos e planos de “stock options” (Euro 3.896.937).

O valor registado em custos extraordinários, em aumentos de amortizações e provisões (Nota 45), no montante de Euro 4.346.600, é composto, essencialmente, pelo referido reforço de provisão para outros riscos e encargos, para perdas de correntes de desvalorização de activos, no montante de Euro 4.245.061.

O valor registado em proveitos extraordinários, em reduções de amortizações e provisões (Nota 45), no montante de Euro 4.140.459, é composto, essencialmente, pelas referidas reduções na provisão para depreciação de existências (Euro 1.290.973) e na provisão para outros riscos e encargos (Euro 2.696.507).

50. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2002		2001	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento	1.568.759	812.695	1.957.992	1.348.649
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.508.094	7.158.741	16.612.618	1.691.498
Contribuições para a Segurança Social	-	3.119.520	29.744	1.414.760
Retenções de imposto sobre o rendimento	-	3.451.983	-	2.122.274
Outros	157.843	60.827	6	345.756
	<u>3.234.696</u>	<u>14.603.766</u>	<u>18.600.360</u>	<u>6.922.937</u>

O valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar em 2002 refere-se, tal como em 2001, essencialmente ao imposto suportado nos investimentos das subsidiárias Novis e Clixgest.

O valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado a pagar, em 2002, refere-se, essencialmente, às filiais Optimus, We Do, Novis e Público.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 1999, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

51. Títulos negociáveis

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria (Nota introdutória g)), no valor de Euro 124.494.088, em 31 de Dezembro de 2002, inclui, essencialmente, operações financeiras de cedências de fundos de curto prazo concedidas pela SonaeCom à Sonae, no montante de Euro 89.793.337, bem como as aplicações bancárias de curto prazo das filiais Optimus (Euro 33.366.024) e We Do Brasil (Euro 1.106.451). As operações concedidas à Sonae são reembolsáveis logo que solicitado, vencendo juros a taxas de mercado (Nota 44).

52. Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os saldos registados em acréscimos e diferimentos (Nota introdutória h)) eram como segue:

	2002	2001
Acréscimos de proveitos:		
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	19.303.678	21.052.281
Facturação a emitir a operadores nacionais	17.499.125	65.180.572
Facturação a emitir a operadores internacionais	1.800.676	2.010.470
Descontos de quantidade	545.868	534.784
Outros acréscimos de proveitos	2.504.485	3.005.946
	<u>41.653.832</u>	<u>91.784.053</u>
Custos diferidos:		
Custos de angariação de clientes (1)	204.501.317	232.724.197
Lojas de agentes	4.702.451	2.595.661
Encargos com financiamento	3.849.892	2.786.055
Rendas e alugueres	1.583.417	1.246.067
Trabalhos especializados	1.387.514	767.107
Outros custos diferidos	4.883.595	3.758.179
	<u>220.908.186</u>	<u>243.877.266</u>
Activos por impostos diferidos (Nota 38)	<u>62.062.439</u>	<u>44.128.272</u>
Acréscimos de custos:		
Custos com o pessoal	26.144.424	25.505.214
Facturação a emitir por operadores nacionais	20.038.674	51.017.670
Comissões	10.313.594	15.058.924
Trabalhos especializados	4.790.123	5.991.662
Encargos financeiros a pagar	4.141.809	796.231
Publicidade e propaganda	3.882.612	477.679
Outros fornecimentos e serviços externos	2.370.078	504.277
Facturação a emitir por operadores internacionais	2.108.135	1.928.036
Conservação e reparação	1.114.836	1.115.057
Descontos de quantidade	858.124	704.960
Outros acréscimos de custos	3.053.527	4.724.572
	<u>78.815.936</u>	<u>107.824.282</u>
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	25.396.832	16.446.287
Outros proveitos diferidos	253.090	607.825
	<u>25.649.922</u>	<u>17.054.112</u>
Passivos por impostos diferidos (Nota 38)	<u>267.918</u>	<u>273.872</u>

(1) Em 31 de Dezembro de 2002, inclui Euro 9.449.050 relativos a contratos de fidelização de clientes os quais são reconhecidos como custo durante o período dos respectivos contratos.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram diferidos custos de angariação de clientes no montante de Euro 94.217.152 (Euro 143.033.708, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001), tendo sido reconhecidos no exercício, na rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 55), custos de angariação anteriormente diferidos, no montante de Euro 122.440.033 (Euro 109.328.954, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2001).

Os custos de angariação de clientes incluem uma parcela dos custos de produtos e dos custos comerciais, nomeadamente custos com publicidade e comissões atribuídas aos agentes distribuidores. Estes custos são diferidos e reconhecidos durante o período de vigência do contrato ou o período estimado de retenção do cliente que é, em média, de aproximadamente 3 anos. O custo de angariação dos clientes é, na sua maior parte, reconhecido a uma taxa degressiva, de acordo com informação estatística relativa à retenção dos clientes.

53. Capital próprio

Capital

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o capital da SonaeCom estava representado por 226.250.000 e 181.000.000 acções ordinárias escriturais, ao portador, respectivamente, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2002		2001	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sonae Investments BV	148.250.000	65,52%	118.600.000	65,52%
Sonae	39.063.998	17,27%	24.692.135	13,64%
Acções dispersas em Bolsa	38.936.002	17,21%	37.707.865	20,84%
	<u>226.250.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>181.000.000</u>	<u>100,00%</u>

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social da Empresa foi aumentado de Euro 181.000.000 para Euro 226.250.000, por subscrição pública reservada aos accionistas.

O aumento de capital foi subscrito e realizado na totalidade repartindo-se a subscrição e realização da seguinte forma:

	Acções	%
Sonae Investments BV	29.650.000	65,52%
Sonae	14.371.863	31,76%
Accionistas particulares	1.228.137	2,72%
	<u>45.250.000</u>	<u>100,00%</u>

As acções foram subscritas ao preço de 2,25 euros cada, tendo originado um prémio de emissão no valor de Euro 56.562.500.

Movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados

	Valor
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2001	301.919.876
Aumento de capital e prémio de emissão de acções, na SonaeCom	101.812.500
Entrada de novas empresas, incluindo anulação de provisão para investimentos financeiros (Notas 1 e 46)	(3.498.470)
Registo em Outras reservas do abate do valor líquido das diferenças de consolidação positivas geradas no exercício de 2002 (Notas 10.a) e 14)	(3.154.248)
Distribuição de dividendos da filial Enabler a accionistas minoritários	(876.925)
Ajustamento ao goodwill gerado na aquisição da Enabler devido à alienação de 34% de participação (Nota 10.a))	712.782
Ajustamento da partilha da diferença de consolidação da IP Global de 2000 e 2001 (Nota 59)	661.659
Correcção efectuada em resultados transitados relativa ao ajustamento de harmonização de taxas de amortização da filial Público	363.866
Registo da diferença de consolidação negativa gerada na aquisição de uma participação adicional na Digitmarket (Notas 10.b) e 14)	206.411
Partilha da diferença de consolidação da IP Global de 2002 (Nota 59)	172.903
Outras variações	(106.407)
Resultado líquido consolidado do exercício	(74.535.849)
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2002	<u>323.678.098</u>

Outras reservas

O valor da rubrica Outras reservas, em 31 de Dezembro de 2002, reflecte, essencialmente, o valor das diferenças de consolidação líquidas das respectivas amortizações, no montante de Euro 57.193.885 (Notas introdutória n), 10.a), 11 e 14). Além disso, reflecte os resultados transitados negativos do Grupo, cujo valor ascende a Euro 154.075.389 e, em sentido contrário, os prémios de emissão de acções realizados nas participações na Optimus e na Novis, que ascendem a Euro 41.090.442.

54. Dívidas a instituições de crédito

O valor de dívidas a instituições de crédito, em 31 de Dezembro de 2002, era como se segue:

	Curto prazo	Médio e longo prazo		Total
		< 5 anos	>5 anos	
Empréstimo de médio e longo prazo com sindicato bancário (Optimus)	56.762.250	233.811.251	74.819.600	308.630.851
Financiamento intercalar da licença UMTS (Optimus)	85.000.000	-	-	-
Empréstimos bancários de curto prazo (principalmente Novis e Optimus)	54.348.071	-	-	-
	<u>196.110.321</u>	<u>233.811.251</u>	<u>74.819.600</u>	<u>308.630.851</u>

54. a) Contrato de financiamento de longo prazo da subsidiária Optimus

Em 30 de Julho de 1999, a subsidiária Optimus celebrou um contrato de financiamento de longo prazo (9,5 anos), no valor de Euro 400.000.000. O sindicato bancário é composto por um conjunto alargado de instituições financeiras internacionais e nacionais e ainda pelo Banco Europeu de Investimento. Os limites negociados e os respectivos saldos, em 31 de Dezembro de 2002, são os seguintes:

	Limites negociados	Curto prazo	Médio e Longo prazo
Banco Europeu de Investimento	249.398.000	31.174.750	205.753.350
Sindicato bancário	124.700.000	15.587.500	102.877.501
“Revolving credit facility”	25.902.000	10.000.000	-
	<u>400.000.000</u>	<u>56.762.250</u>	<u>308.630.851</u>

O limite mencionado refere-se ao montante total inicialmente contratado, incluindo a amortização já efectuada em Dezembro de 2002 (ver prazo de reembolso).

Taxa de juro

A taxa de juro é indexada à Euribor e função da performance financeira da Optimus, nomeadamente em relação ao rácio de “*Debt to Cash EBITDA*” (relação entre o montante de endividamento da Optimus e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações, e antes do efeito das capitalizações e diferimentos de custos, bem como do reconhecimento no exercício dos custos diferidos anteriormente).

Prazo de reembolso

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento de longo prazo serão reembolsados em treze amortizações semestrais crescentes, com início em 15 de Dezembro de 2002. A primeira amortização de capital (5% do montante contratado) foi, assim, efectuada já durante o corrente exercício. Para o ano de 2003, estão previstas duas novas amortizações, no montante total de 12,5% do montante contratado.

Em 31 de Dezembro de 2002, as dívidas a instituições de crédito classificadas a médio e longo prazo (Nota introdutória l)) tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	Valor
Data de vencimento:	
15-Jun-2004	28.057.350
15-Dez-2004	28.057.350
15-Jun-2005	28.057.350
15-Dez-2005	28.057.350
15-Jun-2006	28.057.350
15-Dez-2006	28.057.350
15-Jun-2007	28.057.351
15-Dez-2007	37.409.800
15-Jun-2008	37.409.800
15-Dez-2008	37.409.800
	<u>308.630.851</u>

Garantias

O cumprimento das obrigações do empréstimo foi garantido pelos accionistas com uma parte das acções da Optimus. Consequentemente, 51% das acções detidas pela filial Sonae Telecom estavam penhoradas para garantia do financiamento. O valor contabilístico destas acções, a 31 de Dezembro de 2002, ascendia a Euro 87.927.366 (Notas 22 e 34).

Cobertura do risco de taxa de juro

Por forma a reduzir a exposição a potenciais subidas da taxa Euribor e face à evolução recente desta indexante, a filial Optimus decidiu contratar, em 31 de Maio de 2001, com efeito a partir de 15 de Setembro desse ano, uma operação de cobertura de risco (Swap de taxa de juro) de uma parte do valor do financiamento - Euro 65.000.000, pelo prazo de nove meses. A operação foi encerrada em 17 de Junho de 2002, tendo sido registadas perdas no montante de Euro 334.024 (Nota introdutória m)).

54. b) Financiamento da licença UMTS

No sentido de financiar a licença UMTS, a Optimus contratou, em Dezembro de 2000, com um conjunto de seis instituições financeiras, um financiamento intercalar de Euro 100.000.000, pelo prazo de dezoito meses. Estes financiamentos vencem juros mensais a taxas indexadas à Euribor (Nota 28), sendo o reembolso efectuado em apenas uma tranche, no final do período contratado. O prazo inicialmente contratado (Junho de 2002), foi prorrogado por nove meses, com excepção dos financiamentos concedidos por dois dos bancos envolvidos, que foram reembolsados já durante o exercício de 2002.

54. c) Financiamento de curto prazo

	<u>Subsidiária</u>	<u>Financiamento</u>	<u>Valor</u>
Curto prazo	Optimus	Banco Europeu de Investimento	31.174.750
		Sindicato bancário	15.587.500
		“Revolving credit facility”	10.000.000
Intercalar	Optimus		85.000.000
Curto prazo	Novis		24.500.000
Curto prazo	Optimus		1.700.000
Curto prazo	Douro		124.699
Descobertos	Várias		28.023.372
			<u>196.110.321</u>

54. d) Refinanciamento

Na sequência da clarificação, concretizada em Dezembro de 2002, dos requisitos de investimento associados à Licença de UMTS e das condições concorrenciais no mercado de telecomunicações móveis em Portugal (ambos com efeitos positivos sobre os rácios financeiros da Empresa), mantém-se a expectativa de proceder ao refinanciamento das linhas de crédito existentes, e ao financiamento dos investimentos adicionais em UMTS, durante o exercício de 2003, através de um novo empréstimo sindicado de médio e longo prazo. A conclusão deste processo estará ainda condicionada, como acontece para a generalidade dos financiamentos, pelas condições globais dos mercados financeiros e de capitais, nomeadamente no que se refere ao sector das telecomunicações.

55. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

	2002	2001
Custos de interligação	175.903.919	168.709.411
Custos de angariação de clientes (Nota 52)	122.440.033	109.328.954
Aluguer de circuitos	50.229.579	59.796.422
Rendas e alugueres	28.774.304	26.779.282
Outros trabalhos especializados	16.963.276	22.561.784
Conservação e reparação	20.401.273	17.825.948
Serviços de informática	17.341.001	13.442.642
Publicidade e propaganda	18.103.982	7.306.665
Serviços de call center	9.129.549	11.866.146
Produtos associados ao jornal	6.954.272	636.271
Comissões	6.776.900	4.493.287
Gráfica e custos relacionados	5.025.264	5.131.832
Comunicações	5.693.848	5.755.954
Electricidade	4.726.150	3.792.292
Consultadoria	4.058.318	4.627.996
Deslocações e estadas	5.478.043	6.528.714
Outros subcontratos	7.101.256	3.273.914
Honorários	3.200.105	1.886.958
Vigilância e segurança	2.271.309	2.324.481
Limpeza, higiene e conforto	1.703.111	1.532.964
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.667.871	2.600.804
Transporte de mercadorias	1.650.712	2.338.571
Comparticipação de lojas de agentes	1.154.644	904.910
Apoio logístico	1.100.459	1.163.741
Conteúdos	1.197.336	476.770
Outros	7.840.259	7.639.421
	<u>526.886.773</u>	<u>492.726.134</u>

56. Informações por segmentos de actividade

Em 31 de Dezembro de 2002, os contributos dos segmentos principais para a Demonstração de Resultados consolidada, líquidos de ajustamentos de consolidação, eram como segue:

Rubrica	Rede Móvel	Rede Fixa	Multimédia e Internet	Sistemas de Informação	Outros	Total
Vendas e prestações de serviços	599.721.240	53.974.142	78.516.687	60.384.801	55.167	792.652.037
EBITDA (1)	117.177.455	(14.790.089)	(3.952.420)	1.246.102	(5.185.474)	94.495.575
Custos capitalizados	6.932.880	1.056.485	521.229	228.718	-	8.739.312
Custos diferidos	85.100.626	5.961.563	3.154.963	-	-	94.217.152
Reconhecimento de custos diferidos	110.723.110	9.482.908	2.234.015	-	-	122.440.033
Cash EBITDA (2)	135.867.059	(12.325.229)	(5.394.597)	1.017.384	(5.185.474)	113.979.144
Amortizações	101.960.121	35.297.731	6.085.855	5.213.270	1.619.424	150.176.401
Provisões	15.810.257	7.790.985	2.161.170	87.319	1.913.137	27.762.868
Resultado operacional	(592.923)	(57.878.805)	(12.199.444)	(4.054.487)	(8.718.035)	(83.443.694)
Resultado financeiro (excluindo ganhos e perdas em associadas)	(22.977.775)	(3.596.826)	(563.451)	(173.608)	(8.321.664)	(35.633.324)
Ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas	-	-	4.898	-	(252.573)	(247.675)
Resultado extraordinário	(6.537.361)	(1.616.752)	(929.186)	(108.081)	(4.865.018)	(14.056.398)
Resultados antes de impostos	(30.108.059)	(63.068.130)	(13.687.184)	(4.360.428)	(22.157.290)	(133.381.092)
Resultado líquido com os interesses minoritários	(17.072.388)	(63.167.662)	(10.505.706)	(4.425.594)	(22.263.846)	(117.435.196)
Investimento corpóreo e incorpóreo	101.520.596	27.820.780	4.234.332	1.971.309	3.180.714	138.727.731

(1) Resultados operacionais antes de amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo e provisões.

(2) EBITDA (1) ajustado pela eliminação do efeito das capitalizações e diferimentos de custos de angariação de clientes, bem como do reconhecimento no exercício dos custos de angariação de clientes diferidos anteriormente.

Em 31 de Dezembro de 2002, os contributos dos segmentos principais para o Balanço consolidado, eram como segue:

Rubrica	Rede Móvel	Rede Fixa	Multimédia e Internet	Sistemas de Informação	Outros	Total
Activo:						
Imobilizado						
Incorpóreo	131.039.407	8.438.956	5.748.486	4.063.737	943.008	150.233.594
Corpóreo	477.327.204	78.591.729	10.371.203	8.861.448	4.107.263	579.258.847
Financeiro	245.566	-	1.151.374	12.500	12.949.530	14.358.970
Existências	14.835.920	73.275	1.456.097	-	-	16.365.292
Outros activos	444.535.065	36.526.315	25.029.700	18.153.269	94.146.872	618.391.221
Total do activo	<u>1.067.983.162</u>	<u>123.630.275</u>	<u>43.756.860</u>	<u>31.090.954</u>	<u>112.146.673</u>	<u>1.378.607.924</u>
Passivo:						
Dívidas a terceiros						
Médio e longo prazo	313.070.812	-	-	-	-	313.070.812
Curto prazo	266.743.048	76.984.402	14.066.809	8.030.197	1.393.054	367.217.510
Outros passivos	74.575.421	10.047.719	7.760.101	13.301.386	9.333.217	115.017.844
Total do passivo	<u>654.389.281</u>	<u>87.032.121</u>	<u>21.826.910</u>	<u>21.331.583</u>	<u>10.726.271</u>	<u>795.306.166</u>

57. Contributos das empresas para o consolidado

O contributo de cada empresa incluída na consolidação para alguns saldos consolidados da SonaeCom, neste exercício, era como segue:

Rubrica	Optimus	Novis	Público	Clixgest	Outras	Total
Activo líquido	1.067.983.162	134.008.663	17.093.956	18.440.689	141.081.454	1.378.607.924
Interesses minoritários	222.432.296	27.141.945	106	6.885.829	3.163.483	259.623.659
Vendas e prestações de serviços	599.721.240	84.505.068	40.216.592	35.586.346	32.622.791	792.652.037
Resultado operacional	(592.923)	(65.270.663)	(59.026)	(5.825.940)	(11.695.142)	(83.443.694)
Amortizações e provisões	117.770.378	46.856.167	2.544.009	2.831.522	7.937.193	177.939.269
Resultado líquido	(8.135.737)	(38.799.941)	(193.533)	(1.459.210)	(25.947.428)	(74.535.849)
EBITDA (1)	117.177.455	(18.414.496)	2.484.983	(2.994.418)	(3.757.949)	94.495.575
Custos capitalizados	6.932.880	1.285.203	-	453.411	67.818	8.739.312
Custos diferidos	85.100.626	5.961.563	-	3.154.963	-	94.217.152
Reconhecimento de custos diferidos	110.723.110	9.482.908	-	2.234.015	-	122.440.033
Cash EBITDA (2)	135.867.059	(16.178.354)	2.484.983	(4.368.777)	(3.825.767)	113.979.144

- (1) Resultados operacionais antes de amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo e provisões.
- (2) EBITDA (1) ajustado pela eliminação do efeito das capitalizações e diferimentos de custos de angariação de clientes, bem como do reconhecimento no exercício dos custos de angariação de clientes diferidos anteriormente.

58. Reconciliação do resultado consolidado com resultados individuais

	Resultado líquido	Movimentos em trânsito	Margens intra-grupo	Interesses Minoritários	Outros	Resultado consolidado
SonaeCom	(50.007.176)	279	36.501.209	-	11.604.277	(1.901.411)
Optimus	(17.292.969)	4.902	34.252	8.936.651	181.427	(8.135.737)
Novis	(77.645.980)	61.451	5.168.714	32.241.346	1.374.529	(38.799.941)
Clixgest	(4.360.111)	(99.998)	1.097.758	1.909.075	(5.934)	(1.459.210)
Público	(1.260.924)	(14.655)	796.488	99	285.459	(193.533)
Público.pt	(2.664.704)	(45.906)	234.170	-	(34.987)	(2.511.427)
We Do	445.212	(38.549)	(2.158.334)	-	289.166	(1.462.505)
Enabler	3.815.429	5.222	(109.236)	(175.944)	27.166	3.562.637
Per-Mar	(13.178)	-	(103.074)	7.077	-	(109.175)
Sonaetelecom BV	(1.411.836)	6.365	1.154.450	-	(11.392.109)	(11.643.130)
Sonae Telecom	(83.668)	45	(66.437)	-	-	(150.060)
Sonae Matrix	(11.553.238)	1.370	(311.680)	-	4.484.837	(7.378.711)
Sonae.com – Sist. Inf.	(1.103.670)	(66)	36.806	-	492.104	(574.826)
Harpa	(43.272)	-	8.743	-	-	(34.529)
Miauger	(1.539.383)	(7.053)	164.295	-	123.298	(1.258.843)
XS	(1.094.821)	(4.160)	108.496	-	-	(990.485)
Fun Online	(1.842.182)	24	550.742	-	-	(1.291.416)
Douro	(441.534)	-	102.004	-	-	(339.530)
Santo Bosque	(132.410)	-	(18.791)	-	-	(151.201)
Move On	(13.257)	-	159.287	-	(598.741)	(452.712)
S.I.R.S.	(454.073)	7.673	45.514	25.271	-	(375.615)
We Do Brasil	957.999	-	271.466	(1.054)	-	1.228.411
Enabler Brasil	66.123	(15.000)	(325.200)	(17.719)	-	(291.796)
Enabler UK	283.359	-	450.077	(161.798)	-	571.638
Retailbox	2.566.975	-	(2.579.190)	4.153	-	(8.062)
Digitmarket	(2.409.341)	15	14.011	132.189	1.878.446	(384.680)
	<u>(167.232.632)</u>	<u>(138.041)</u>	<u>41.226.539</u>	<u>42.899.347</u>	<u>8.708.938</u>	<u>(74.535.849)</u>

A coluna Outros refere-se, essencialmente, à reposição dos movimentos em trânsito de 2001, à anulação de amortizações de trespasses das contas individuais, às provisões para investimentos financeiros e aos custos e proveitos resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 44).

59. Interesses minoritários

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta rubrica de balanço (Nota introdutória) apresentava a seguinte composição:

	%		
	minoritários	2002	2001
Optimus	53,71%	222.432.296	178.513.646
Novis	43,33%	27.141.946	24.500.913
Per-Mar	53,71%	502.552	513.485
Clixgest	43,33%	6.885.829	8.797.703
Público	0,01%	106	23
Retailbox	34,00%	1.427.214	-
Enabler	34,00%	783.196	-
Enabler Brasil	34,66%	3.737	-
Enabler UK	57,10%	407.438	-
We Do Brasil	0,11%	782	-
Digitmarket	24,90%	38.564	-
		<u>259.623.659</u>	<u>212.325.770</u>

Os lucros/(perdas) atribuíveis a interesses minoritários (Nota introdutória), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, são como segue:

	%		
	minoritários	2002	2001
Optimus	53,71%	(8.936.651)	(13.215.845)
Novis	43,33%	(32.241.346)	(38.556.175)
Per-Mar	53,71%	(7.077)	4.167
Clixgest	43,33%	(1.909.075)	(3.554.193)
Público	0,01%	(99)	(155)
Retailbox	34,00%	(4.153)	-
Enabler	34,00%	175.944	-
Enabler Brasil	34,66%	17.719	-
Enabler UK	57,10%	161.798	-
We Do Brasil	0,11%	1.054	-
Digitmarket	24,90%	(132.189)	-
S.I.R.S.	10,00%	(25.271)	-
		<u>(42.899.347)</u>	<u>(55.322.201)</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram os seguintes:

	<u>Valor</u>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2001	212.325.770
Aumento de capital na filial Optimus	52.386.468
Prestações suplementares na filial Novis	36.139.470
Variação da percentagem de interesse na filial Retailbox	1.423.061
Diferença de consolidação da IP Global de 2000 e 2001 atribuível a interesses minoritários	(661.659)
Variação da percentagem de interesse na filial Enabler	607.252
Entrada de novas empresas no perímetro de consolidação	436.195
Diferença de consolidação da IP Global de 2002 atribuível a interesses minoritários	(172.903)
Variação da percentagem de interesse na filial Optimus	165.502
Variação da percentagem de interesse na filial Per-Mar	(3.854)
Outras variações	(122.296)
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários	(42.899.347)
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2002	<u><u>259.623.659</u></u>

60. Contingências

i) Foi instaurado, no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar - Comunicações Pessoais, S.A., (“Maxistar”) pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, reclamando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do Acordo Parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas, por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão.

Por decisão de 13 de Janeiro de 2003, o Tribunal Arbitral que apreciou o diferendo entre a SonaeCom e outros accionistas da Optimus, contra a Maxistar, foi esta última condenada ao pagamento de uma indemnização no valor de Euro 2.344.350, sobre o qual incidirão os juros legais moratórios desde 13 de Janeiro de 1999, até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Administração da SonaeCom já comunicou à Maxistar a sua preferência pela primeira hipótese, tendo para tal dado instruções no sentido de se arrestarem as referidas acções para garantia daquele crédito.

ii) Foi recebida na Optimus uma citação prévia, pelo Tribunal da Comarca de Lisboa – 15ª Vara Cível relativa a uma acção da Oniway – Infocomunicações, S.A. contra a Optimus e a Vodafone Telecel, Comunicações Pessoais, S.A. requerendo uma indemnização no valor de 46 milhões de euros por recusa de estabelecimento de interligação com aquela empresa. A Optimus já negociou com a Oniway a desistência desta acção.

61. Outros factos relevantes

i) No decorrer do primeiro semestre de 2002, foi efectuado um acordo de parceria entre a filial Optimus e a Vodafone ao abrigo do qual as duas sociedades acordaram na constituição e controlo conjunto, em partes iguais, da Situs - Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites, S.A. ("Situs"). Esta empresa assegurará, em benefício comum da Optimus e da Vodafone, a gestão integrada das infra-estruturas onde se encontrem, ou venham a ser instalados, equipamentos de telecomunicações das duas empresas. A criação da Situs proporciona condições para a minimização do impacto ambiental das infra-estruturas de rede, gerando poupanças significativas em termos de investimento e custos para os dois operadores.

ii) Em 21 de Fevereiro de 2001, a ANACOM deliberou alterar o regime de repartição de receitas e custos originados pelo tráfego de Internet, entre a PT – Comunicações, S.A. ("PT") e os ISP (Internet Service Providers). No actual regime, em aplicação desde 1 de Agosto de 2001, os ISP recebem da PT a totalidade da receita gerada pelas chamadas efectuadas pelos utilizadores de Internet, fixando também o preço que será cobrado pelas referidas chamadas, ao contrário dos 35% recebidos antes. Os ISP pagam à PT, além do custo de interligação, 1\$60 por chamada para fazer face aos custos de facturação, tendo deixado de pagar o chamado custo de subsidiação das chamadas (diferença entre o preço de chamada local cobrado ao cliente e o preço da chamada regional efectuada). A aplicação do regime em vigor influenciou significativa e positivamente os resultados da Clixgest. A Empresa tem a profunda convicção que, este novo regime, terá aplicação retroactiva a 1 de Março de 2001, dado que o atraso na sua implementação foi da exclusiva responsabilidade do incumbente. A Empresa estima que da aplicação dessa retroactividade, resultaria um efeito positivo no seu capital próprio, excluindo o efeito fiscal e os interesses minoritários, de aproximadamente Euro 2.500.000. A Empresa recorreu a um processo de arbitragem da ANACOM, estando a aguardar a respectiva resolução. Dando cumprimento aos princípios de contabilidade geralmente aceites, este proveito só será reconhecido nas demonstrações financeiras na data da sua concretização.

iii) Os valores de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, incluem Euro 43.112.621 e Euro 35.924.275, respectivamente, e os acréscimos de custos e de proveitos incluem Euro 411.649 e Euro 6.856.200, respectivamente, resultantes de um diferendo entre a filial Optimus e a operadora TMN relativo a preços de interligação durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001. Este diferendo, já referido no Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, mantém-se em apreciação pelo Tribunal e pela ANACOM. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras, pelo que, da resolução do diferendo, não resultarão quaisquer perdas que devessem ter sido provisionadas.

iv) Em Dezembro de 2002, a filial Optimus adquiriu 24.338 telemóveis à OniWay - Infocomunicações, S.A., pelo valor de Euro 7.196.470, tendo, à data do presente relatório, sido já vendida uma parte destes equipamentos. Outros activos poderão vir a ser adquiridos àquela sociedade, verificadas certas condições contratualmente estabelecidas entre as partes.

v) No início do ano 2001, a Empresa implementou um plano de “stock options”, o qual tem como beneficiários determinados colaboradores do Grupo SonaeCom. De acordo com esse plano, a esses colaboradores é atribuído anual e gratuitamente um número de opções de compra de acções da Empresa. As opções, que se subdividem em “Plano IPO” e “Plano Regular”, podem ser exercidas durante o período de um ano, que se inicia, respectivamente, dois e três anos após as datas de referência da sua atribuição. As datas de referência da atribuição do “Plano IPO” e do primeiro e segundo anos do “Plano Regular” foram 2 de Junho de 2000, 31 de Março de 2001 e 31 de Março de 2002, respectivamente. O preço de exercício para as opções concedidas no âmbito do “Plano IPO” é o preço da Oferta Pública (Euro 10). O preço de exercício das opções concedidas no âmbito do “Plano Regular” é o preço médio de transacção das acções na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, durante o mês precedente à data da atribuição da opção. Os beneficiários dos Planos Regulares têm a possibilidade de optar por receber opções ou, alternativamente, um determinado número de acções, de valor equivalente ao das opções. A elegibilidade depende do nível de responsabilidade e o valor das opções ou acções atribuídas (valorizado utilizando a fórmula de Black and Scholes) será função da remuneração total individual, ajustada à performance, medida de acordo com a metodologia corrente em cada empresa. O número de acções comprometidas em cada um daqueles planos de opções ascendeu a 980.859, 124.952 e 743.018, respectivamente. O número de acções comprometidas correspondentes ao plano alternativo de atribuição de acções, ascendeu a 332.647 e 882.567, para os Planos Regulares atribuídos em 2001 e 2002, respectivamente. Os termos do plano podem vir a ser ajustados, no futuro, para reflectir alterações na política de remuneração e/ou na posição financeira da Empresa e suas subsidiárias.

vi) Durante o ano de 2001, a Empresa implementou ainda um sistema de incentivos baseado na atribuição de acções a determinados colaboradores da subsidiária We Do. De acordo com esse plano, no dia 1 de Janeiro de 2005, esses colaboradores têm o direito a receber em acções dessa subsidiária, até 30% da valorização ajustada da mesma (por variáveis já estabelecidas), com referência a 31 de Dezembro de 2004.

O valor total das responsabilidades e encargos associados aos compromissos descritos nas alíneas v) e vi) ascende, em 31 de Dezembro de 2002, a aproximadamente, Euro 846.400 e está reflectido no balanço na rubrica de Provisões para riscos e encargos (Nota 46).

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Sonae.com, S.G.P.S., S.A e subsidiárias (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidência um total de 1.378.607.924 Euros e capitais próprios de 323.678.098 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 74.535.849 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. A partir de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes directamente em Outras Reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data (Nota 14). O critério agora adoptado não está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados em exercícios anteriores, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em, aproximadamente, 44.960.000 Euros e o resultado consolidado líquido negativo do exercício findo nessa data seria superior em, aproximadamente, 6.145.000 Euros correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do assunto mencionado no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae.com, S.G.P.S., S.A. e subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. O balanço em 31 de Dezembro de 2002 inclui na rubrica de “Acréscimos e diferimentos - Activos por impostos diferidos” o montante de, aproximadamente, 51.977.000 Euros relativo ao reconhecimento pela participada Optimus – Telecomunicações, S.A. de impostos diferidos activos respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis e utilizáveis num período de seis anos após o ano em que foram gerados. Daquele montante aproximadamente 8.809.000 Euros e 14.374.000 Euros deverão ser deduzidos a lucros fiscais que sejam gerados até 2004 e 2005, respectivamente. A realização destes montantes depende do cumprimento pela participada do seu plano de negócios e da possível concretização de determinadas operações financeiras a realizar nos dois próximos exercícios.
8. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria com data de 9 de Fevereiro de 2002, contém uma reserva similar à referida no parágrafo 5 acima.

Porto, 24 de Fevereiro de 2003

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Accionistas da
Sonae.com S.G.P.S., S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Sonae.com S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa e suas principais empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e funções e de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, tendo emitido a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria. Adicionalmente, examinámos o Relatório consolidado de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto para o assunto mencionado no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas e tendo em consideração o assunto mencionado no parágrafo 7 da mesma, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração da Sonae.com, S.G.P.S., S.A. e aos serviços das empresas do Grupo o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 24 de Fevereiro de 2003

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves